



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MARIA JOSÉ DA SILVA CORRÊA BOULHOSA**



Edifício do Grêmio Literário e Comercial Português

**ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA: O PROCESSO DE  
ALFABETIZAR NO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS  
(1921-1941)**

Belém/PA  
2021



**MARIA JOSÉ DA SILVA CORRÊA BOULHOSA**

**ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA: O PROCESSO DE ALFABETIZAR NO  
GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS (1921-1941)**

Texto apresentado como requisito para defesa da dissertação de Mestrado em Educação, da Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França.

**MARIA JOSÉ DA SILVA CORRÊA BOULHOSA**

**ESCOLA FILIPA DE VILHENA: O PROCESSO DE ALFABETIZAR NO  
GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS (1921-1941)**

Texto apresentado como requisito para defesa da dissertação de Mestrado em Educação, da Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França.

Belém-PA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_. Orientadora  
Prof. Dr. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França.  
Doutora em História, Filosofia e Educação- UNICAMP  
Universidade do Estado do Pará-PPGED-UEPA

\_\_\_\_\_. Membro interno  
Prof. Dra. Denise de Souza Simões Rodrigues  
Doutora em Sociologia – UFC/CE  
Universidade do Estado do Pará-PPGED-UEPA

\_\_\_\_\_. Membro Externo  
Prof. Dra. Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco  
Doutora em Educação- ICED/UFPA  
Universidade Federal Rural da Amazônia- UFRA

Belém/ PA  
2021

Ao meu Deus, meu amigo de todas as horas, minha força e fonte de sabedoria.

Aos meus pais, Vasco Antônio Corrêa e Dionett Corrêa, meus primeiros amores da vida, que de forma amorosa e constante me incentivam a lutar por meus sonhos sempre.

Ao meu filho, César Henrique, razão da minha existência, minha maior motivação para seguir em frente.

Ao meu esposo, Silvio Buhlhosa, meu companheiro de vida, fonte de inspiração.

Aos meus familiares que acreditaram também que esse sonho seria possível.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pelo dom da vida, e por ter me concedido a oportunidade de realizar essa pesquisa. Minha eterna gratidão, louvado seja sempre o Seu santo nome!

À minha orientadora, professora Dra Socorro França, por todo o empenho em me orientar por caminhos ainda tão desconhecidos para mim. Pela firmeza e doçura sempre tão constante em nossas orientações. Por toda a compreensão, generosidade e humanidade com que conduziu esse longo período de orientação ao meu lado. A minha eterna gratidão!

À professora Dra Denise Simões, inspiração em forma de gente, pelos seus valiosos ensinamentos acadêmicos que foram fundamentais para a construção dessa pesquisa e por ter acreditado em mim e incentivado a nunca desistir desse sonho. Amor e gratidão por toda a vida!

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, por oportunizar a pesquisa a tantos que desejam conhecer mais sobre a educação na Amazônia.

Ao Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA), pelas valiosas horas de estudo e de muitas conversas felizes e descontraídas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, na condição de bolsista da instituição.

Ao Grêmio Literário Português e seus funcionários que me receberam com muita gentileza. Em especial a bibliotecária Nazaré, que tanto me auxiliou no processo de obtenção das fontes desse estudo.

Aos meus pais, Vasco Antônio e Dionett, que são as melhores referências que eu tenho na vida, que compraram esse sonho junto comigo. Em especial, a minha mãe, por ter me ensinado desde sempre, a reconhecer no estudo a forma mais digna, enriquecedora e gratificante de alcançar o que se deseja na vida.

Ao meu filho, César Henrique, continuação da minha existência, pelo fato de existir, por ser a minha grande motivação na vida. Agradeço também por ter sempre compreendido meus longos períodos de ausência, sem deixar de me amar incondicionalmente e por me impulsionar com suas palavras de amor e incentivo sempre tão oportunas.

Ao meu esposo Silvio, meu companheiro de vida, meu amor. Por ter sido a minha base forte, meu ombro amigo, nesse longo período de estudos, sempre me proporcionando conforto para seguir produzindo. Que sofreu junto comigo, minhas angústias e inquietações, sem deixar de me amar e acreditar em mim.

A minha irmã Andrelyna, por ter me dado tanto amor e colo sempre e ainda dois sobrinhos maravilhosos, Yan e Carolina, que foram tantas vezes, um bálsamo para a minha vida, simplesmente por existirem. Agradeço também ao meu cunhado Josué, por todo o apoio emocional, por ter tantas vezes me auxiliado na UEPA e por toda a alegria que sempre agrega em minha vida.

A professora e amiga Elisângela Costa, por toda a amizade e orientação intelectual, que foram fundamentais para a realização desse sonho.

À turma 14, por todo o convívio harmonioso e amigável, durante esses dois anos de pesquisa.

Aos professores e funcionários do PPGED/UEPA, por tantos ensinamentos repassados de forma tão sensível, respeitosa e brilhante. E por todo o apoio técnico e administrativo nesses anos de estudo.

Ao professor Dr José de Anchieta, que me oportunizou o estágio em nível superior, e com amizade e sabedoria, conduziu nossas noites de muito aprendizado na turma de Letras- Libras da UEPA.

Ao professor Dr Ednalvo Campos, melhor chefe da vida! Gratidão pela compreensão de sempre e pela orientação intelectual que muito me auxiliou em diversos momentos dessa pesquisa.

Aos amigos da Turma 14, em especial a Iviny, Paula, Priscila, Roni, Vic, Hanna, Sabrina, Louise, Mailson; que pessoas lindas e inspiradoras. Agradeço por tudo que foi compartilhado!

Ao amigo Gerson, um anjo que caiu do céu. Muito obrigada por me auxiliar no abstract dessa pesquisa.

A todos que contribuíram para a realização de mais esse sonho.

*A história, como os historiadores bem sabem, e em contraste com a opinião corrente, não dá lições, não dita regras de ação, não diz a ninguém o que deve fazer; mas, somente ajuda, um pouco, a compreender o que somos, deixando-nos inteira a responsabilidade de escolher, depois de nos ter colocado na posição um pouco mais elevada, com a possibilidade de um horizonte de observação mais aberto. O resto depende da liberdade e da sabedoria dos homens, depende de suas opções, de sua generosidade, mas também, infelizmente, de seus egoísmos e de seus medos.*

(P. SCOPPOLA, 1975)

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar como se constituiu o processo de alfabetização do público leitor da escola Filipa de Vilhêna, no Grêmio Literário Português, na província do Pará, nos anos de 1921 a 1941. E como objetivos específicos: analisar a criação e implantação do Grêmio Literário Português, caracterizar o ensino de leitura e escrita desenvolvida na escola Filipa de Vilhêna e descrever o método da Cartilha Maternal de João de Deus, obra utilizada no ensino da leitura e da escrita nessa escola. O estudo está sendo realizado a partir de pesquisa documental e bibliográfica, segundo conceitos de Severino (2007), Bloch (2001), Burke (2001), sob uma abordagem qualitativa a partir de conceitos de Minayo (2001), Goldenberg (1997) e outros autores. Como base teórica pra este estudo, elegeu-se a História Cultural, que tem em Roger Chartier (1990) seu maior expoente, em razão do próprio caráter social e histórico dos sujeitos dessa pesquisa: portugueses, paraenses, moradores da província do Pará, nos séculos XIX e XX, todos, que de alguma forma estavam imbricados no processo de instrução desenvolvido no gabinete de leitura do GLP. No intuito de conhecer aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais da cidade Belém na Belle Époque, como também dissertar acerca da escola de ensino primário Filipa de Vilhêna do GLP, a partir da história das instituições educativas no Brasil, elencou-se os seguintes autores: Le Goff (2013), Burke (2008), Sarges (2010), Brito (1994), Cancela (2012), Sanfelice (2007), Saviani (1980), entre outros. O Gabinete Português de Leitura do Grêmio Literário Português de Belém do Pará, foi criado em 29 de setembro de 1867, por iniciativa de um grupo de 64 portugueses que residiam no Pará, com a finalidade de concretizar a fundação de uma entidade de caráter cultural, que instruiria os associados nas línguas local e estrangeira, como também proporcionaria distração por meio da leitura dos melhores impressos e livros abrigados em sua rica biblioteca. Essa instituição teve como primeira sede social, um prédio localizado na Rua Belém, nº1, 1º andar. Em abril de 1870, passa a funcionar no largo da Independência e posteriormente em 03 de abril de 1906, inaugura-se o então prédio da sede social do Grêmio Literário Português, localizado na Rua Senador Manoel Barata. Dentre as relevantes contribuições do GLP, pode-se dizer que o mesmo favoreceu a expansão do público leitor, impulsionou o comércio livreiro, auxiliou na legitimação e fixação da colônia portuguesa no Pará. Como também, desenvolveu diversas atividades educativas, como o ensino primário e secundário, ministrou aulas de línguas estrangeiras e um reconhecido curso de contabilista. E em 1 de dezembro de 1921, têm-se então a criação da escola de ensino primário Filipa de Vilhêna, que funcionou nas dependências do Grêmio Literário. Primeiramente oferecendo um ensino primário a adultos, principalmente portugueses, no período noturno e de forma gratuita. E posteriormente, admitindo menores, ainda de forma gratuita, sob a regência de professores legalmente habilitados, de nacionalidade brasileira ou portuguesa e conhecedores do método de leitura proposto por João de Deus, em sua obra Intitulada Cartilha Maternal ou Arte de Leitura, que fora publicada em 1877, um ano após a sua criação. Esse método valia-se do modo analítico de ensinar, onde a criança deveria ser estimulada a ler pelo significado das palavras e não pelo som das letras, como era pensado o ensino anteriormente a esse método.

**Palavras-chave:** Escola Filipa Vilhêna. Grêmio Literário Português. Práticas de Leitura. Belém/ PA

## ABSTRACT

This work aims to analyze how the literacy process of reading audience from Filipa de Vilhêna school is composed at Portuguese Literature Society (PLS) in Pará Province from 1921 to 1941. The specific objectives are: to analyze the designing and implantation of Portuguese Literature Society, to characterize the reading and writing teaching developed by Filipa de Vilhêna school and to describe the maternal spelling book from João de Deus, whose book was used at this school in order to teach reading and writing. This study is being realized by documental and biographical methods according to the concepts of the following authors: Severino (2007), Bloch (2001), Burke (2001), using a qualitative approach from concepts of Minayo (2001), Goldenberg (1997) etc. This work has a basic theory related to Cultural history whose the best representative autor is Roger Chartier (1990), due to the social and historical people own feature of this work: Portuguese immigrants, "Paraenses" (people from this region) who lived in Pará Province, between the centuries XIX and XX, all these people were related to the instruction process at the reading group at PLS. In order to know historical, social, economic and cultural features from Belém city in the period of "Belle Époque" and discourse about the primary teaching Filipa de Vilhêna school from PLS, from the history of educational institutions in Brazil. About the authors related to this questions: Le Goff (2013), Burke (2008), Sarges (2010), Brito (1994), Cancela (2012), Sanfelice (2007), Saviani (1980) etc. September 29, 1867, the Portuguese group of reading from Portuguese Literature Society from Belém, Pará state, was developed by a group of 64 Portuguese people who were living in Pará. They intended to establish a building of cultural feature, which would teach their members about local and foreign languages. The PLS would provide recreation by means of reading from the best printed material and books from their rich library. Their first building was located at 01 Belém street, 1º floor. April, 1870, they moved to Independência square and then April 03, 1906, their head office was inaugurated at Senador Manoel Barata street. About the meaningful contributions of PLS, it is possible to say this institution helped to expand the reading audience, they boosted the commerce books and they helped Portuguese colony to legitimize and rooted in Pará state. PLS developed several educational activities like primary and secondary teachings and they taught foreigner language lesson and recognized Accountant Course. December 01, 1921, Filipa de Vilhêna school of primary teaching worked at rooms of PLS buildings. This teaching offered a primary (teaching) lessons for adults, especially for Portuguese immigrants at night and free. After that, they admitted younger people taught freely by legally qualified teachers, from Brazil or Portugal. These teachers knew the reading method from João de Deus, that is to say, they used Maternal Spelling book or art of reading whose book was published in 1877, one year after his creation. This method employed the analytical way of teaching. About this method, children could be stimulated to read by the meaning of the words and not by the spelling of the letters. To teach by spelling of the letters was the way made before by this method.

**Keywords:** Filipa Vilhena School, Portuguese Literature society, reading Practices.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> – Teatro da Paz.....	48
<b>Imagem 2</b> – Instituto Lauro Sodré.....	49
<b>Imagem 3</b> – Interior da Biblioteca Fran Paxeco (1).....	49
<b>Imagem 4</b> – Real Gabinete Português de Leitura.....	53
<b>Imagem 5</b> – Família de Imigrantes portugueses século XX.....	54
<b>Imagem 6</b> – Antônio de Lacerda Chermont.....	56
<b>Imagem 7</b> – Sede social do Grêmio Literário Português.....	59
<b>Imagem 8</b> – Interior da Biblioteca Fran Paxeco.....	61
<b>Imagem 9</b> – Sede social. Comemoração da Escola Filipa de Vilhêna.....	63
<b>Imagem 10</b> – Anúncio publicado no Jornal Diário do Gram-Pará no ano de 1867.....	64
<b>Imagem 11</b> _ Capa do Estatuto do Grêmio Literário Português. 08/01/1932...	65
<b>Imagem 12</b> - Grupo Escolar José Veríssimo.....	71
<b>Imagem 13</b> - Lápide comemorativa da Escola Filipa de Vilhêna.....	72
<b>Imagem 14</b> - Relatório de Contabilidade do Grêmio Literário e Comercial Português de Belém do Pará. 1919/1920.....	76
<b>Imagem 15</b> - Capa do Auto Inaugural e Livro de Actas da Escola Filipa de Vilhêna.....	79
<b>Imagem 16</b> - Estatuto da Escola Filipa de Vilhêna.....	82
<b>Imagem 17</b> - Capa da Cartilha Maternal ou Arte de Leitura por João de Deus..	90
<b>Imagem 18</b> - João de Deus.....	93
<b>Imagem 19</b> - Programa de Ensino da escola Filipa de Vilhêna.....	95
<b>Imagem 20</b> - Apresentação da Cartilha Maternal ou Arte de Leitura por João de Deus.....	103
<b>Imagem 21</b> - Vogais da Cartilha Maternal.....	105
<b>Imagem 22</b> - Texto explicativo 1ª lição da Cartilha Maternal.....	106
<b>Imagem 23</b> - Sílabas ditongadas da Cartilha Maternal.....	106
<b>Imagem 24</b> - 2ª lição da Cartilha Maternal.....	107
<b>Imagem 25</b> - 3ª lição da Cartilha Maternal.....	108
<b>Imagem 26</b> - 13ª lição de Cartilha Materna.....	109

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Demonstrativo de teses e dissertações no banco da CAPES.....	20
Quadro 2: Demonstrativo de teses e dissertações no banco da CAPES 2.....	21

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	12
---------------------	----

1.1 Motivações do Estudo .....	12
1.2 Percurso Metodológico .....	19
<b>2 O GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS NA TERRA DAS MANGUEIRAS.....</b>	<b>45</b>
2.1 Gabinetes de Leitura: um espaço dedicado à leitura e ao livro.....	49
2.2 A Província do Pará e o processo de implantação do Grêmio Literário Português .....	54
2.3 O processo de regulamentação do Grêmio Literário Português .....	63
<b>3 ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA: UM ENSINO GRATUITO NO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS .....</b>	<b>70</b>
3.1 A Inauguração da Escola Filipa de Vilhêna .....	72
3.2 A constituição do Estatuto da Escola “Filipa de Vilhêna” .....	79
<b>4 O MÉTODO DA CARTILHA JOÃO DE DEUS: O ENSINO DE LEITURA E ESCRITA NA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA.....</b>	<b>90</b>
4.1 A vida de João de Deus.....	92
4.2 João de Deus e a educação no Grêmio Literário Português no Pará .....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>115</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1 Motivações do Estudo**

O historiador nunca se evade do tempo da história: o tempo adere ao seu pensamento como a terra à pá do jardineiro.  
(Fernand Braudel)

O interesse de investigar as práticas educativas que foram desenvolvidas no gabinete de leitura do grêmio Literário Português da província do Pará, nos anos de 1921 a 1941, me fez regressar aos fins do século XIX, para compreender a história dessa instituição, período permeado de marcantes acontecimentos que modificaram significativamente a história da humanidade.

Segundo Stoiani (2002) heróis nacionais, feitos marcantes, grandes combates e conquistas; ocuparam uma posição relevante na análise dos estudos históricos nesse período. A esse respeito, cita-se a política de expansão territorial de Napoleão Bonaparte (1804), que teve grande influência nas transformações ocorridas na Europa e ainda colaborou para o enfraquecimento do pacto colonial entre Portugal e Brasil. Em 1808 a 1821, a Família Real de Portugal chega ao Brasil, refugiando-se das guerras napoleônicas, fato que mais tarde, também contribuirá para a Independência do Brasil em 1822.

Dentre os diversos acontecimentos no mundo nesse período, têm-se as teorias de Karl Marx (1818-1883), que contribuíram para a organização dos trabalhadores visando a melhoria das suas condições de vida e trabalho, num mundo onde os meios produtivos eram cada vez mais tecnológicos e as relações de trabalho marcadamente conflituosas.

Aliado a isso, o Imperialismo desponta nos continentes Africano, Asiático e americano, como forma de dominação política, econômica, social e cultural das principais potências europeias, no intuito de “civilizar” outros países, fato considerado uma fase avançada do Capitalismo já instaurado no Velho Continente. E também, citam-se as guerras de unificação de países como Itália e Alemanha (1870-1871), fato que desencadeou um grande contingente migratório para o Brasil, onde pessoas fugiam de seus países marcados pelas dificuldades de um período de pós-guerra; como também a Comuna de Paris (1871), um movimento socialista inspirado em Marx que se configurou como a primeira experiência de governo operário da História.

Dessa maneira, é necessário atentar para o fato de que “outras histórias” foram constituídas dentro dessas “grandes histórias”, e que merecem uma

respeitosa atenção, por se tratarem de histórias de vida de pessoas comuns, de “heróis” do cotidiano, de sujeitos que ao se relacionarem socialmente e culturalmente, deixaram uma valiosa amostra do momento histórico em que viveram, permitindo o encontro do “outro” em outros tempos e espaços.

Segundo Bloch (2002), a história deve se ocupar dos feitos dos homens no tempo e não em acontecimentos estanques. O autor entende que para se compreender a sociedade, é necessário conhecer conteúdos de várias outras ciências e diz ser a interdisciplinaridade, um meio eficaz de se alcançar tal compreensão. Para ele, a história é busca, portanto escolha. Seu objeto não é o passado: “A própria noção segundo a qual o passado enquanto tal possa ser objeto de ciência é absurda.” Seu objeto é o “homem”, ou melhor “os homens”, e mais precisamente “homens no tempo”. (BLOCH,2001, p. 24).

E Le Goff (2013) revela que a história é uma prática social, uma questão política e “... é legítimo observar que a leitura da história do mundo se articula sobre uma vontade de transformá-lo”. (LE GOFF,2013, p.11).

Sendo assim, o estudo da história nos possibilita a compreensão de que o homem não é um ser passivo que vive à margem de sua história e sim um agente construtor dela; e suas ações, pensamentos e o reflexo disso no cotidiano, configura-se como matéria-prima da História. Apropriar-se do conteúdo histórico de nossa sociedade, significa uma real possibilidade de mudança de nossa própria realidade, como bem retrata Demerval Saviani (2008):

Considerando que é pela história que nós nos formamos como homens, que é por ela que nós nos conhecemos e ascendemos à plena consciência do que somos, que pelo estudo do que fomos no passado descobrimos, ao mesmo tempo, o que somos no presente e o que podemos vir a ser no futuro, o conhecimento histórico emerge como uma necessidade vital de todo ser humano. Tendo em vista que a realidade humana de cada indivíduo se constrói na relação com os outros e se desenvolve no tempo, a memória se configura como uma faculdade específica e essencialmente humana e atinge sua máxima expressão quando se manifesta como memória histórica. (SAVIANI, 2008, p. 151).

Posteriormente, com o avanço dessa pesquisa, deparei-me durante o levantamento de fontes sobre o Gabinete de Leitura Português do Grêmio Literário Português da Província do Pará, com fontes empíricas sobre a “Escola Filipa de Vilhêna” que sinalizavam uma outra direção para pesquisa sem perder de vista a história desse gabinete. A Escola Filipa de Vilhêna, que funcionou por mais de duas

décadas nas dependências do Grêmio Literário Português. A história, a educação e o mundo lusitano apresentando-se de uma outra forma nesse estudo.

Com toda a vida escolar cursada na rede pública de ensino, percebi a carência de trabalhos e pesquisas que buscassem valorizar o nosso patrimônio cultural e tampouco trouxesse luz aos saberes que foram veiculados entre os colonizadores do Velho Continente e os povos que na região amazônica habitavam. Finalizando o antigo 1º grau escolar, decidi cursar Magistério no tradicional Instituto de Educação Estadual do Pará (IEEP), no período de 1996 a 1998, onde vivenciei diversas e significantes experiências acerca do processo de ensino e aprendizagem no nível primário, como também tive os primeiros contatos com disciplinas específicas da área da Educação, tais como: História da Educação, Sociologia da Educação, Filosofia da Educação, Psicologia da Educação e outras, que mais tarde, serviram de base para a minha escolha profissional.

Concluído o curso de Magistério em 1998, decidi prestar vestibular para o curso de Letras na Universidade Federal do Pará (UFPA) e também para o extinto curso de Formação de Professores da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Aprovada no curso de Letras, em 2000, iniciei meus estudos na referida instituição superior de ensino, onde vivenciei as mais variadas experiências no âmbito do ensino das letras, linguagem, literatura e linguística. Licenciada, lecionei por quase uma década em escolas da rede privada de ensino, mas sentia que ainda faltava algo para completar minha carreira, somente o ensino direcionado à preparação de alunos para os vestibulares locais e para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), não contemplava as minhas expectativas de vida, eis então, que surge a ideia de cursar Direito em uma faculdade particular, mas por motivos de saúde, cancelei o curso e resolvi no ano de 2017, candidatar-me a uma vaga no curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará e na UFPA. Com a aprovação nas duas universidades, optei por matricular-me na UEPA, pois desejava conhecer um outro ambiente acadêmico, além de ampliar minhas atividades no campo da pesquisa e extensão.

Meu interesse pelo estudo da história dessa associação cultural, ocorreu a partir do ingresso como aluna do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará em 2017, onde tive a oportunidade cursar duas disciplinas intituladas História da Educação e Sociologia da Educação, ministradas pelas professoras Maria do Perpétuo Socorro Gomes A de França e Denise Simões, respectivamente.

Nessas disciplinas foram trabalhados os antecedentes históricos da educação brasileira desde a colônia até os dias atuais, evidenciando-se as organizações educacionais, visões pedagógicas e práticas educacionais característicos de cada período histórico. Como também, estudos das organizações e instituições sociais, nos processos sociais básicos, privilegiando a análise da escola e demais agências educativas a partir das distintas correntes sociológicas e históricas.

Dessa maneira, candidatei-me a uma vaga no processo de seleção do Mestrado em Educação da Universidade do Estado do Pará no ano de 2017 e tudo ganhou maior expressão com a minha aprovação no certame em questão. Engajei-me na linha de pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, no eixo História da educação na Amazônia, que se propõe a estudar, dentre outros assuntos, a história das instituições educativas. No ano de 2018, ingressei no Grupo de Pesquisa de História da Educação na Amazônia (GHEDA), o qual teve sua origem em 2010 e se propõe a investigar os processos educativos nos mais diversos espaços e tempos, tendo a História da educação na Amazônia, como seu principal foco.

Realizar um estudo acerca do processo de alfabetização dos alunos que frequentaram a Escola Filipa de Vilhêna, na província do Pará, no início do século XX, permite congregar as diversas áreas de interesse que permearam a minha carreira estudantil até o presente momento, a saber: História, linguagem, educação, sociedade, identidade lusitana e amazônica, etc.

A motivação deste trabalho também provém de uma referência anterior ou pesquisa nessa direção, pois como licenciada plena em letras, desenvolvi uma pesquisa bibliográfica referente ao TCC intitulado O Estudo do Vocabulário em Dicionários e Livros Didáticos de Nível Fundamental e atuei como monitora de Linguística III na UFPA.

O que verdadeiramente me motivou a buscar um estudo mais profundo acerca da escola Filipa de Vilhêna, foi o desejo de melhor compreender tanto o processo de criação da agremiação, como também desenvolver um estudo que demonstre a relevância dessa associação cultural no processo de formação intelectual dos portugueses e paraenses que habitavam na região de Belém, nos anos de 1921 a 1941.

Ao desenvolver esse estudo sobre a escola de ensino primário intitulada Filipa de Vilhêna, com sede no Gabinete Português de Leitura do Grêmio Literário

Português, acredito contribuir para o fortalecimento das pesquisas no campo da História da Educação na Amazônia. Especialmente, nas pesquisas realizadas no GHEDA (Grupo de Pesquisa e História da Educação na Amazônia), do qual faço parte.

Na tentativa de reconstituir a história dessa instituição de ensino, percebi que existem poucos estudos que contemplem a história da instituição e sua contribuição para a comunidade luso-paraense.

O Grêmio, como bem destacou Fran Paxeco<sup>1</sup>, foi o único Gabinete Português de Leitura, do Brasil, que não só implementou uma biblioteca, como também promoveu o ensino primário e secundário, em uma época de grande importância e ainda manteve suas atividades educacionais em um período que compreendeu os anos de 1868 a 1941.

Com um rico acervo ofertado a nova instituição, comprados de particulares e fornecido pelas principais livrarias da época, como a Livraria Clássica de Belém; o Grêmio passou a ser um espaço de difusão de uma modernidade que já se fazia muito presente na província do Pará, impulsionada pela expressiva economia da Borracha na região, a saber:

A partir de 1850, a cidade de Belém entra numa nova fase de desenvolvimento econômico: o ciclo da borracha. Esta foi uma era, se assim podemos dizer, do luxo e da modernização, em que a cidade tornou-se mundialmente conhecida por seu produto notável, a borracha. Mas, se esta foi uma era de riquezas, quer sejam de natureza econômica, patrimonial, urbana, essas riquezas não foram comuns à sua população como um todo. Contudo, podemos perceber que esta foi uma era de notável transformação urbana da capital do Pará, marcada na fisionomia da cidade, e que ainda hoje guarda em muitas de suas casas o testemunho do ciclo gomífero. (SOARES, 2008, P. 35).

Dessa maneira, é importante conhecer a história dessa instituição de ensino portuguesa, como também atentar para as ações educativas que foram desenvolvidas nesse espaço de leitura. Faz-se necessário um olhar atento no que diz respeito a história e ao desenvolvimento de atividades educativas desenvolvidas na referida escola, e a escolha em pesquisar de que maneira essas atividades eram realizadas nas dependências do Grêmio Literário Português, torna-se relevante por se tratar de uma instituição privada que foi pioneira em oferecer o ensino primário e

---

<sup>1</sup> Como a Biblioteca necessitava de ter um Patrono, foi escolhido o nome do saudoso sócio benemérito Dr. Fran Paxeco, numa justa homenagem a quem tanto honrou o nome de Portugal nos círculos culturais de Belém do Pará e de São Luís do Maranhão. (BRITO, 1994).

secundário, nos anos de 1921 a 1951, de forma gratuita, em um período emblemático na história de Belém, o republicano; que fora marcado por relevantes mudanças na área da educação, como podemos citar a implantação de grupos escolares no Brasil, que representou “ uma inovação educacional na organização do ensino primário e a ampliação da educação popular” conforme COELHO (2008. p, 82)

E, a partir do exposto acima, busco responder ao seguinte problema: Como se constituiu o processo de alfabetização do público leitor luso-paraense na Escola Filipa de Vilhêna, do Grêmio Literário Português, na província do Pará, nos anos de 1921 a 1941.

E, para atender a esse problema, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar como se constituiu o processo de alfabetização do público leitor na Escola Filipa de Vilhêna, no Grêmio Literário Português, na província do Pará, nos anos de 1921 a 1941.

E, como objetivos específicos, em consonância com o problema e o objetivo geral, têm-se:

- Analisar a criação e implantação do Grêmio Literário Português na província do Pará
- Caracterizar o ensino da leitura e escrita desenvolvido na Escola Filipa de Vilhêna no GLP
- Descrever o método de João de Deus, que originou a Cartilha Maternal ou Arte de Leitura, obra utilizada no ensino de leitura e escrita nessa instituição de ensino.

A estrutura dessa dissertação compreenderá 4 seções. A saber:

Na primeira seção: “**Introdução**”, apresento as motivações do estudo, o problema de investigação, o objetivo geral e específico e o percurso teórico e metodológico.

Na segunda seção: “**O grêmio literário português na terra das mangueiras**”, abordo questões referentes a origem e implementação do gabinete de leitura do GLP na província do Pará, a fim de compreender primeiramente a origem desse espaço de leitura, que mais tarde abrigou a escola Filipa de Vilhêna,

ressaltando a sua importância no contexto histórico, social, cultural e econômico da época e ainda apresento o estatuto do GLP.

Na terceira seção “***Escola Filipa de Vilhêna: um ensino gratuito no grêmio literário português***”, trato da criação da escola Filipa de Vilhêna, como também a constituição de seu referido estatuto.

Na quarta seção “***O método da Cartilha João de Deus: uma prática de leitura no glp***”, abordarei aspectos referentes a educação dos alunos que foram instruídos na escola Filipa de Vilhena, por meio desse método de estudo, a Cartilha maternal ou arte de Leitura por João de Deus.

E na quinta seção: Considerações Finais. Apresentarei os resultados dessa pesquisa, como também alguns indícios para estudos futuros.

## **1.2 Percurso Metodológico**

A pesquisa bibliográfica se realiza a partir de dados e registros já existentes, onde o pesquisador se apropriará das contribuições de outros autores que realizaram estudos analíticos constantes do texto (SEVERINO,2007).

Como em um primeiro momento o objetivo desse estudo era o de buscar compreender as práticas educativas desenvolvidas no Grêmio Literário Português, iniciei a pesquisa buscando estudos acadêmicos já produzidos sobre a referida instituição. Inicialmente, realizei no ano de 2018, um levantamento nos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), priorizando as grandes áreas: Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Linguística, Letras e Artes,

por meio dos descritores: Gabinetes de Leitura, Gabinetes de Leitura no Império, Práticas de leitura no Gabinete de Leitura; considerando a princípio o que havia sido produzido nos últimos dez anos. Porém, devido a carência de trabalhos afins, ampliei a busca, considerando agora estudos que foram realizados antes mesmo de 2013 (ano do funcionamento da Plataforma Sucupira).

E posteriormente, também realizei buscas nos programas de Pós-graduação de Universidades locais como o Programas de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA) e da Universidade do Estado do Pará (UEPA), onde procurei observar todas as dissertações e teses disponíveis no

site dos referidos programas, no afã de encontrar algum estudo que de alguma maneira se relacionasse com a minha dissertação.

Descrevendo tal levantamento, citei o descritor “Gabinete de Leitura” e obtive um resultado de 1145725 trabalhos, uma vez que a CAPES apresentou todos os trabalhos que possuíam as palavras “leitura” e “ensino”. Verifiquei uma página por vez, a fim de encontrar os que estavam de acordo com o meu tema.

Com o descritor “Gabinete de Leitura”, encontrei dez dissertações de mestrado que se relacionavam com a minha dissertação e elas estavam distribuídas em diferentes programas de pós-graduação no Brasil. Oito delas datavam de um período anterior a 2013 (Lançamento da plataforma Sucupira) e somente duas estavam em momento posterior a tal período, a saber:

**Quadro 1:** Levantamento de teses e dissertações no Banco da CAPES.

<b>Descritor: Gabinete de Leitura</b>		
<b>Dissertação</b>	<b>Universidade</b>	<b>Ano</b>
Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido, 1847-1890.	Universidade de São Paulo	1990
Gabinete Real de Leitura: livros de horas.	Universidade Estadual de Campinas	2006
Gabinete Português de Leitura: construção de uma identidade portuguesa (1837- 1893)	UFRJ	2007
Visão da modernidade: a presença britânica no Gabinete de Leitura (1837-1838)	Universidade de São Paulo	2007
Leituras a vapor: a cultura letrada na Belém oitocentista.	UFPA	2009
Entre caminhos e lugares do livro: gabinetes de leitura na região norte do Ceará (1877-1919)	Universidade Federal do Ceará	2011
O Livro e o Processo Civilizatório em Alagoas: do Gabinete de Leitura à Biblioteca Pública'	UFAL	2012
A memória discursiva e as estratégias em torno da identidade luso-brasileira nos discursos do gabinete Português de leitura do Rio de Janeiro: 1837-1888	UFRJ	2012

Um lugar para o tempo dos letrados: leituras, leitores e a biblioteca provincial do Ceará na segunda metade do século XIX	Universidade Federal do Ceará	2014
Práticas e representações nos primeiros anos do Gabinete de Leitura de Jundiá (1908-1924)	PUC São Paulo	2015

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES, 2018.

Dentre elas, seleciono quatro dissertações mais próximas do meu estudo, pois além de estudarem um espaço destinado à leitura, como é o Gabinete de Leitura, estavam localizadas no mesmo período histórico delimitado para investigação.

Dessa maneira, destaco a dissertação realizada por Martins (1990), intitulada *Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido, 1847-1890*, defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Nela, a autora retratou o estudo dos gabinetes de leitura da província de São Paulo na segunda metade do séc. XIX, além de levantar os vários significados que envolvem esse espaço cultural, buscou uma análise desde as origens europeias dos gabinetes até sua implantação na capital do Império, mais precisamente na província de São Paulo. Tal pesquisa possibilitou a compreensão de todo processo de instalação de um gabinete de leitura no Brasil, como também ampliou as informações acerca dos muitos significados que envolvem esse espaço de leitura.

Também merece destaque a pesquisa defendida por Cataldo (2012), intitulada *A memória discursiva e as estratégias em torno da identidade luso-brasileira nos discursos do gabinete Português de leitura do Rio de Janeiro: 1837-1888* e defendida no Mestrado de Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Nela, o autor pesquisa o Gabinete Português de Leitura (GPL), primeira associação portuguesa fundada no Brasil. Com análise voltada para a língua portuguesa como elemento identitário nos discursos produzidos pelo Gabinete Português de Leitura, em paralelo com construção do GPL como lugar de memória e sua transformação em instituição luso-brasileira. Tal estudo contribuiu para o entendimento do gabinete de leitura também como um espaço de memória.

Outra pesquisa que merece atenção, foi defendida por NOBRE (2009), no Programa de pós-graduação em Estudos Literários da Universidade Federal do Pará, intitulada *Leituras a vapor: a cultura letrada na Belém oitocentista*. Nesse

estudo a autora buscou historiografar como ocorreu o processo de circulação de livros como um elemento de transformação cultural dos hábitos da população de Belém na segunda metade do século XIX. Na dissertação a autora explana sobre o processo de implantação do gabinete de Leitura no Brasil e também em Belém, como também revela aspectos importantes sobre seus leitores e leituras. Agregou valiosas contribuições a minha pesquisa, oportunizando uma maior compreensão acerca desse espaço circulante de leitura.

Por fim, destaco a dissertação de Bastos (2007), intitulada "*Gabinete Português de Leitura: construção de uma identidade portuguesa (1837- 1893)*", defendida no Mestrado em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nela, a autora se dedicou a analisar as estratégias de valorização da imagem do imigrante português no Brasil, elaboradas pelo Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em seu processo de interação com a comunidade portuguesa, e com a sociedade brasileira, com ênfase nas últimas décadas do século XIX. E ter acesso a esse estudo, ampliou a minha compreensão acerca do imigrante português no século XIX, como também somou informações importantes sobre o processo de construção do primeiro gabinete de leitura do Brasil.

Utilizando o descritor "Império", deparei-me com um resultado de aproximadamente seis mil trabalhos, restringindo a busca somente na grande área de conhecimento das Ciências Humanas e em programas de Pós-graduação do Brasil, selecionei 11 trabalhos que apesar de não trazerem em seus títulos o termo "Gabinete de Leitura", versam sobre a educação no período imperial no Brasil, logo representam muito para as pesquisas de História da Educação no país.

Dentre eles, selecionei 2 trabalhos que tratam de leitura e de circulação de livros nos Gabinetes de Leitura principalmente levando em consideração a temática adotada que perpassa aspectos da cultura material que cercavam os gabinetes de leitura.

Sendo assim, destaco a dissertação de mestrado de Santos (2012), intitulada *O Livro e o Processo Civilizatório em Alagoas: do Gabinete de Leitura à Biblioteca Pública*, defendida no Mestrado em Educação na Universidade Federal de Alagoas. Nela, o autor retrata o surgimento do Gabinete de Leitura de Maceió/AL em meados do século XIX, versando sobre o sistema de escrita e o surgimento do livro numa perspectiva civilizatória. Tal pesquisa auxiliou-me na compreensão da Educação do século XIX, apresentou valiosas informações acerca do conceito e da estrutura dos

Gabinetes de Leitura no Brasil, como também discorreu sobre a discussão a respeito da consolidação do processo de hegemonia da cultura letrada a partir do desenvolvimento da cultura gráfica.

E a outra pesquisa que também aborda as práticas educativas que se faziam presentes nos gabinetes ou escolas do Império, por meio da leitura de livros, foi defendida por Teixeira (2008), intitulada *O Grande Mestre da Escola: Os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro*. Nela, a autora analisou a produção, controle e circulação dos livros nas escolas da Corte Imperial, especialmente dos manuais que eram destinados ao ensino da leitura e da escrita. A partir dela, pude compreender melhor o aparecimento e a permanência do livro na ordem escolar do Brasil, como também nos espaços de leitura nos Oitocentos.

**Quadro 2:** Levantamento de teses e dissertações no Banco da CAPES

<b>Descritor: Império</b>		
<b>Dissertação</b>	<b>Universidade</b>	<b>Ano</b>
O ensino da leitura e da escrita em Mato Grosso na passagem do Império para República (1888-1910)	UFMT	2007
O Ato Adicional de 1834 e a Instrução Elementar no Império: Descentralização ou Centralização	UFSCar	2007
O discurso legal e a organização da instrução pública no Império	UNIMEP	2007
O Grande Mestre da Escola: Os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro	UERJ	2008
Ordem no ensino: A inspeção de professores primários na Capital do Império brasileiro (1854-1865)	UERJ	2008
A constituição histórica do projeto educacional da criança no período imperial: instrução, moralização e disciplinamento	UNICAMP	2009
O Livro e o Processo Civilizatório em Alagoas: do Gabinete de Leitura à Biblioteca Pública	UFAL	2011
A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana	UFPA	2011
Educação de Meninas no Orphelinato Paraense (1893-1910)	UEPA	2012
Imprensa Estudantil e Práticas de Escrita e de Leitura: O Caso da Revista "O Estudo" (Porto Alegre/RS, 1922-1931)	UFRGS	2012
A educação popular no Brasil Império: as primeiras iniciativas de escolas noturnas em Alagoas (1870-1889).	UFAL	2011

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES, 2018.

A partir de um levantamento realizado em 2018 nos programas de pós-graduação dos cursos de Letras, História e Pedagogia da Universidade Federal do Pará, como também na Universidade do Estado do Pará, não localizei trabalhos que tratassem especificamente das práticas educativas do Grêmio Literário Português da província do Pará. Há uma produção significativa sobre aspectos sociais, culturais, históricos sobre essa instituição educativa em vários estados brasileiros.

Nos levantamentos realizados na sede social do Grêmio Literário Português, deparei-me com uma documentação sobre a Escola Filipa de Vilhêna, que foi criada para oferecer as crianças o ensino primário, tendo como prática de leitura e escrita as orientações traçadas pelo método de leitura expresso na Cartilha Maternal ou Arte de Leitura de João de Deus.

Alinhado ao processo de obtenção de fontes empíricas, incluí um terceiro descritor intitulado “Escola Filipa de Vilhêna” em buscas realizadas no banco de dados da Capes e de universidades locais; revelou-se um trabalho que abordou brevemente a criação dessa instituição educativa. Trata-se de uma tese de autoria da professora Maricilde Oliveira Coelho, do ano de 2008, defendida na Universidade de São Paulo, com tema “A escola primária no Estado do Pará (1920-1940); na qual a autora traz à baila informações pontuais sobre a escola, como ano de criação, mantenedor da instituição e método de alfabetização utilizado no ensino dos alunos. Não foi encontrado no levantamento nenhuma dissertação e tese sobre a “Escola Filipa de Vilhêna.

Em meio a diversas informações encontradas nesse levantamento de dados, enumerou-se as que mais se aproximam dessa pesquisa, têm-se então, as pesquisas coordenadas pela Profa Dra Germana Maria Araújo Sales, que atualmente atua na docência da pós-graduação de Letras da UFPA, com experiência na área de Letras, com ênfase na Literatura Portuguesa, História da Literatura e História do Livro e da Leitura.

Em especial, de 2009 a 2011, coordenou um projeto de pesquisa intitulado Grêmio Literário Português do Pará e Livraria Antônio Maria Pereira: Investigação sobre uma parceria (1868-1890), onde buscou-se compreender a parceria entre o livreiro Antônio Maria Pereira, principal fornecedor de livros do Gabinete de Leitura instalado no Pará, e a biblioteca do GLRP, uma vez que a significativa parcela de exemplares de livros que cruzaram o Atlântico no século XIX, ainda se encontra no acervo do gabinete. Também orientou a dissertação defendida por Izenete Garcia

Nobre (2009), intitulada *Leituras a Vapor: A Cultura Letrada na Belém Oitocentista*, a qual objetivou analisar como ocorria o processo de circulação de livros como representativos de uma transformação cultural nos hábitos da população.

Ainda faz-se necessário o registro de pesquisas de iniciação científica, orientadas pela professora Germana Sales, a saber: *As Camilianas no Grêmio Literário Português: uma trajetória do romance na Belém oitocentista* de Joyce Assunção Pimentel (2011), onde a autora analisou as obras do escritor português em seus mais variados gêneros: romances, contos, novelas, teatro, poesia e traduções e percebeu assim a grande importância que Camilo Castelo Branco teve no cenário literário e na formação de novos leitores e escritores.

Como também o estudo intitulado *A Presença de autoras portuguesas no Grêmio Literário Português* de Suzana Trindade Rodrigues (2017). E ainda, cabe elencar, um texto situado na seção de periódicos do acervo da UFPA denominado *Um Público Leitor em Formação* (Germana Maria de Araújo Sales), publicado na Revista da Pós-Graduação de Letras da UFPA, MOARA, n.23 (2005), o qual aborda as práticas de leitura no Brasil do século XIX, observando os espaços que interferiram na sua expansão, como escolas, gabinetes de leitura e bibliotecas. E outro texto intitulado *Folhetins: uma prática de leitura no século XIX* de Germana Maria Araújo Sales, publicado em agosto de 2007 na Revista Entrelaces, o qual aborda as relações entre leitura e leitores no século XIX.

Ampliando a busca no repositório da UFPA, registrou-se o TCC defendido por Joane Karoline Da Mota Aires (2017), intitulado *Obras Raras como Patrimônio Histórico-Cultural e seu Uso como Fonte Informacional: um estudo de caso na biblioteca Fran Paxeco*. Nele, a autora buscou analisar as formas de acesso, preservação e conservação do acervo de obras raras da Biblioteca Fran Paxeco e sua relação com o patrimônio histórico.

E ainda, um texto publicado na seção Papers do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará, alcunhado "*Uma Casa Portuguesa Com Certeza...*": *um estudo sobre a influência do Grêmio Literário e Recreativo Português na inserção produtiva de migrantes portugueses em Belém, PA*, de José Augusto Lacerda Fernandes e Luís Eduardo Aragon Vaca (2014), onde os autores buscaram compreender as relações existentes entre a formação/desenvolvimento de redes sociais e o fenômeno migratório, ressaltando a influência do Grêmio Literário e Recreativo Português no

processo de inserção produtiva de migrantes portugueses estabelecidos em Belém/PA.

Em âmbito nacional, têm-se o registro de estudos expressivos acerca dos gabinetes de leitura no Brasil, como também de bibliotecas; ambos vinculados ao nome do Profº Fabiano Cataldo de Azevedo, bibliotecário, mestre em Memória Social (UNIRIO) e doutor em História Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde pesquisa sobre temas relacionados a história das bibliotecas, coleções especiais, acervo de memória e patrimônio bibliográfico.

Em 2007, defendeu o seu trabalho de conclusão de curso (TCC) *intitulado A Política de Seleção do Real Gabinete Português de Leitura: identificação a partir da Compilação de Atas e Relatórios do Período de 1837-1847*; e também defendeu em 2012 sua dissertação que teve como título *A memória discursiva e as estratégias em torno da identidade luso-brasileira nos discursos do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: 1837-1888*.

Os estudos de Azevedo abrem um leque de possibilidades e fornecem valiosas informações acerca da história dos gabinetes de leitura português e bibliotecas públicas e também privadas fundadas no Brasil, que certamente contribuirão com o desenvolvimento da pesquisa em questão.

Dessa maneira, é importante registrar os artigos publicados em revistas, que constantemente trouxeram como enfoque central, os estudos relacionados ao Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. São eles: *A formação do Acervo do Gabinete Português de Leitura no século XIX* de Fabiano Cataldo de Azevedo e Luís Felipe Dias Trotta (2013), publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), *Contributo para o Perfil do Público Leitor do Real Gabinete Português de Leitura (1837-1847)*, artigo publicado em 2013 na Revista História e Teoria das Ideias- Cultura. O artigo denominado *A importância dos instrumentos auxiliares de seleção: considerações da literatura do século XIX e Usos do Real Gabinete Português de Leitura e O Acervo Bibliográfico do Gabinete Português de Leitura como lugar de memória e forma reconhecível: considerações acerca dessas aproximações*, ambos produzidos pelo Profº Fabiano Cataldo, nos anos de 2012 e 2013, respectivamente. Tais artigos em muito contribuíram para a feitura dessa dissertação, uma vez que agregaram informações importantes a respeito de todo processo de origem e implementação do primeiro gabinete de leitura no Brasil, o que nos permitiu compreender como ocorreu esse processo de

criação de um espaço de circulação de cultura letrada no Brasil, o que motivou posteriormente o surgimento de outros gabinetes de leitura pelo país.

Ainda em território nacional, registra-se o artigo publicado em 2014, na revista *Patrimônio e Memória* da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/SP intitulado *Lugares de Memória: ensaio sobre a Biblioteca Rio-Grandense*, de Márcia Carvalho Rodrigues, bacharel em Biblioteconomia e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (PPGMP/UFPE), que buscou compreender de que maneira as bibliotecas se relacionam com a memória das comunidades nas quais estão inseridas e como podem contribuir com o processo de preservação do patrimônio cultural da sociedade.

Cruzando o Atlântico, no banco de dados do CEPES (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade) fundada pela Universidade do Porto, encontrou-se um artigo intitulado *Associativismo luso nas terras das mangueiras: O Grêmio Literário Português e a Tuna Luso Caixeiral* de Marcos António de Carvalho, publicado no livro “De Colonos a Imigrantes. I(E)migração português para o Brasil de Fernando de Sousa *et al* (2013), o qual procurou discutir questões que envolvem a problemática singular da historiografia Luso-Brasileira.

E também uma tese de doutoramento em História, defendida por Marcos Antônio de Carvalho, em 2011, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, intitulada *Bebendo Açai, Comendo Bacalhau: Perfil e Práticas da Sociabilidade Lusa em Belém do Pará ntre finais do século XIX e início do século XX*, onde o autor busca compreender de que maneira a memória da pátria e os laços mantidos com ela estão presentes no estudo das diversas instituições associativas que foram sendo criadas nessa Belém do século XIX, identificando as práticas de sociabilidade dos portugueses migrantes nesse referido período.

Vale ressaltar a obra de Eugênio Leitão de Brito, sócio benemérito do Grêmio de Belém do Pará, que em 1994, publicou o livro denominado *História do Grêmio Literário e Recreativo Português*, com o intuito de registrar os fatos históricos desde a fundação até os dias atuais (nesse caso, os anos 90), conforme o ano de publicação do livro.

Tal obra aliada às pesquisas desenvolvidas pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Donza Cancela (UFPA/PPHIST) acerca da imigração portuguesa no Pará, e às pesquisas da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria de Nazaré Sarges, professora da Faculdade de História da UFPA

e do programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento dessa pesquisa, uma vez que oferecem dados administrativos da agremiação em questão como também revelam detalhes e minúcias da sociedade luso-paraense em fins do século XIX. Ampliando assim os horizontes de análise e compreensão das interpretações sobre a Belém de outrora.

Esta pesquisa sobre o Gabinete de Leitura do GLP de Belém do Pará, se insere no campo das instituições educativas, pois busca compreender esse espaço de leitura não só como uma biblioteca de fins utilitários, mas como o único gabinete português de leitura, no Brasil, que desenvolveu atividades referentes ao ensino primário e secundário na região de Belém, como bem afirma Brito

Numa oportunidade, Fran Paxeco lembrou que o Grêmio, era o único Gabinete Português de Leitura, do Brasil, que além da biblioteca, também se dedicava ao ensino primário e secundário, o que era deveras importante, principalmente na época em que se iniciaram (...) O Grêmio promovendo esse ensino, além de cumprir desde logo mais uma das finalidades para que foi criado, contribuía ao mesmo tempo para o desenvolvimento cultural de Belém, numa época em que as escolas secundárias no Pará ainda não eram muitas. (BRITO, 1994, p. 69)

Nosella e Buffa (2013) revelam que a partir dos anos 90, o interesse em pesquisar as instituições educativas no Brasil, aumentou consideravelmente entre os pesquisadores do campo da História da Educação. E esses estudos, a maior parte realizados nos programas de pós-graduação em Educação, objetivam estudar as instituições escolares a partir de sua materialidade e em seus vários aspectos. Os autores ainda apontam a expressão “Cultura escolar” como uma categoria muito utilizada nesses estudos, a saber

A cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou práticas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto de cultura que lhes são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. Para ser breve, pode-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. (JULIA, 2001, p.10).

No estudo das instituições educativas é importante perceber que as práticas e as normas que definem os conhecimentos a serem ensinados e as condutas a serem adotadas, variam de acordo com o tempo e o espaço onde vigoram. Dessa maneira, ao pensar o Gabinete Português de Leitura como um espaço educativo,

como uma instituição educativa, deve-se atentar para algumas questões que auxiliarão no processo de evidenciação de normas e práticas dessa agremiação, como o contexto histórico, a origem e a instalação do gabinete, a organização do espaço, regimento e outros.

Sanfelice (2007) considera que o estudioso ao adentrar à instituição, precisa estar desafiado a observá-la com olhos de pesquisador, atentando para todos os detalhes da constituição desse espaço e disposto a analisar vários tipos de fontes, para não incorrer no equívoco de fornecer uma vaga ideia acerca da instituição, uma vez que para o autor, “uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural)”. (SANFELICE, 2007, p. 77).

Todos nós, vivemos imersos em instituições. A escola, a igreja, a família; são exemplos de espaços onde o saber aparece como elemento fundante. Nesse estudo, em especial, elegeu-se um gabinete de leitura de uma cidade do Norte do Brasil, mais precisamente, Belém do Pará, como um espaço educativo destinado à instrução de cidadãos portugueses e belenenses. Segundo Werle (2004)

As instituições são ligares de ação social, e, como tal, marcados pelo tempo, espaços e pessoas, são formas sociais dotadas de organização jurídica e material, cujo estudo envolve a análise de suas origens, gênese, estabilidade, ruptura se processos de formação. Elas são o espaço real, tanto objetivo como subjetivo, no qual vivenciamos relações, valores, normas, poder, experiências de lideranças, rivalidade, conflitos e competição. (WERLE, 2004, p. 111).

Considerando o exposto acima, é possível afirmar que o estudo das instituições educativas, configura-se como um valioso instrumento de reconhecimento do ser humano como um agente social, político e cultural. A experiência da instituição e seus esforços oferece a sensação de existir aqui, de estar nesta situação, permitindo percepções, observações, descrições e representações (BUTELMAN, 1996, p. 14). Dessa maneira, emerge a necessidade de conhecer o processo de formação e implementação das instituições educativas no século XIX, considerando seus aspectos históricos. Mezano nos fala desse aspecto

A história está conformada por histórias de vida singulares, que transcorrem no seio das instituições. Nelas se entrelaçam acontecimentos de trabalho, questões de poder, vínculos libidinais, individuais e grupais, inseridos na cultura recortada de cada organização em particular. (MEZANO, 1998, p. 37)

O Brasil, nos fins do século XIX, encontrava-se fortemente influenciado por ideais republicanos e por muitos questionamentos acerca do poder centralizado que regia as províncias. Muitos acreditavam que o atraso industrial do país, e também o educacional, estava diretamente ligado à monarquia, daí a busca de uma reversão por meio de um governo republicano. De acordo com Azevedo, a educação teria de arrastar-se através de todo o século XIX, inorganizada, anárquica, incessantemente desagregada. Entre o ensino primário e secundário, não há pontes de articulações: são dois mundos que se orientam, cada um na sua direção. (AZEVEDO, 1976, p. 76).

Estando as camadas populares à margem do processo social, cultural, econômico, e, em especial, educacional; propagou-se a ideia de que com o advento da república, o sistema educacional seria modificado e direcionado aso menos favorecidos, objetivando formar indivíduos comprometidos com o desenvolvimento de seu país e contribuir para a diminuição das desigualdades sociais. A esse respeito formula Oliveira (1874)

A monarquia tem sido funesta no Brasil. A ella é que devemos todos os nossos males, a centralização que nos atrofia, os desperdícios que nos arruinam, a ignorância que nos deprime, a política de opressão que nos esmaga, a corrupção, de que ella e seu governo precisam para sustentar-se. Consequentemente nada de esperanças na corôa, nada de reformas com ella. Ou a morte com ella ou a salvação com a república. (OLIVEIRA, 1874, p.19).

Assim, o novo modelo de escola intitulado Grupo Escolar foi implantado no estado de São Paulo, no final d século XIX e início do século XX. Segundo Souza (1998, p.16) os grupos escolares consistiam em escolas modelares, onde era ministrado o ensino primário completo, com um programa de ensino enriquecido e enciclopédico, utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos existentes na época. E para atuar nesses espaços, os professores precisavam de uma formação cuidadosa, voltada para os saberes e práticas de um novo método de ensino. Isto posto, surge a necessidade da criação de Escolas Normais objetivando a formação de professores que pudessem atender às exigências dessa nova escola primária. Segundo França, “no Brasil, as primeiras escolas normais forma criadas pelas províncias, logo após o Ato Adicional de 1834, que delegava a elas a responsabilidade de organizar os seus sistemas de ensino primário e secundário e de formar os professores”. (FRANÇA, 2012, p.29-40).

Os grupos escolares se expandiram para as demais capitais do país, após sua implantação na cidade de São Paulo e passaram a corresponder a uma modalidade escolar, de métodos avançados e inovadores em relação às escolas de primeiras letras do período imperial. Essa instituição objetivou a reunião de todas as escolas (isoladas de uma determinada região) em um prédio só e sob uma única direção, com novas orientações administrativas, pedagógicas e metodológicas, que buscavam fortalecer a propagação dos ideários de modernidade.

A implantação dos grupos escolares na província do Pará, teve início no ano de 1899, na cidade de Alenquer, sob o decreto de nº 7222 de julho de 1899. E, em setembro de 1901, sob a gestão do Governador Paes de Carvalho, o grupo escolar José Veríssimo instituiu-se na capital do Pará, em uma privilegiada localização e direcionado ao ensino primário, como bem relata França (2013)

Em 7 de setembro de 1901, foi instituído na capital do Estado, o Grupo Escolar José Veríssimo. Ele foi instalado em um prédio próprio construído de acordo com as exigências da higiene e da pedagogia. Localizado em frente à Praça Batista Campos, inaugurava um novo modelo arquitetônico, destinado ao ensino primário. As escolas isoladas, elementares e complementares, masculinas e femininas, existentes no segundo e terceiro distrito da capital foram nele incorporadas, assim como seus alunos e professores. (FRANÇA, 2013, p.71).

Tal discussão acerca da origem e implementação das instituições educativas no Brasil e no Pará, justifica-se pelo fato de essa pesquisa objetivar analisar o Gabinete de Leitura do GLP, como um espaço educacional, que desenvolveu atividades escolares, de ensino primário e secundário, no período de 1868 a 1951. Com especial atenção à escola “Felipa de Vilhena” inaugurada em 1921, inicialmente instalada no Consulado de Portugal no Pará, e, em 1923, transferida para o Grêmio Literário Português, onde funcionou, em caráter gratuito, até sua extinção em 1951.

O aporte teórico eleito para esse estudo compreende os seguintes autores: Le Goff (2013), Severino (2007), Bloch (2001), Minayo (2001), Goldenberg (1997), Chartier (1990), Brito (1994), Cancela (2012), Carneiro (1980), Saviani (2005), Bacellar (2005), , Nosella e Buffa (2013), Sanfelice (2007), Saviani (2005), Sarges (2010), Oliveira (1903), Burke (2001), Julia (2001), entre outros.

Assim, dentre as diversas vertentes teóricas historiográficas existentes, elegeu-se a História Cultural, uma matriz teórica implementada por um grupo de

historiadores franceses, que tem em Roger Chartier (1990) seu maior expoente, cuja principal contribuição a este estudo reside na elaboração das noções complementares de “práticas” e “representações”, como os sujeitos produtores e receptores da cultura e circulariam entre estes dois polos, que têm correspondência com os “modos de fazer” (as práticas) e os “modos de ver” (as representações).

Segundo o autor, a História Cultural “[...] tem por objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é constituída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.17). Chartier acredita que para se chegar a uma significativa realização dessa tarefa, é necessário estar atento às classificações, divisões e delimitações que orientam a apreensão do mundo social, buscando atingir a percepção do real, tendo em vista o fato de que as representações do mundo social, estão sempre subordinadas aos interesses de grupos que as mascaram de acordo com seus próprios interesses. Para o autor

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. (CHARTIER, 1990, P. 17)

Dessa maneira, é possível afirmar que tanto as lutas de representações, como as lutas econômicas, são necessárias para que se compreenda os mecanismos que um grupo se utiliza para impor, a sua concepção de mundo social, incluindo os seus valores e também o seu domínio. E ocupar-se dessas delimitações e classificações, surge como uma necessidade primordial para evitar o afastamento do social, identificando assim os pontos de encontro e afastamento entre essas duas visões anteriormente citadas, como bem afirma Chartier

Trabalhando assim sobre as representações que os grupos modelam deles próprios ou dos outros, afastando-se, portanto, de uma dependência demasiado estrita relativamente à história social entendida no sentido clássico, a história cultural pode regressar utilmente ao social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um “ser aprendido” constitutivo da sua identidade. (CHARTIER, 1990, p. 23)

Esse trabalho, também ambiciona compreender o contexto, a realidade social dos criadores da Escola Filipa de Vilhena do Grêmio Literário Português e da

comunidade que a frequentava, onde o processo de alfabetização fora desenvolvido durante um considerável período, mais precisamente de 1921 a 1941. Tal proposição justifica a escolha dessa noção de representação como um alicerce de uma abordagem a nível da história cultural, a saber

Mais do que o conceito de mentalidade, ela permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos ; seguidamente, as práticas que visam reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivas graças às quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.(CHARTIER, 1990.p. 23)

Já Pesavento (2003) considerava que a História Cultural deveria ter como objetivo principal traduzir uma dada realidade do passado por meio das representações e para Chartier (1990), tais representações inserem-se em: “[...] um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 1990, p.17).

Objetivando conhecer o contexto histórico, político, social e cultural em que o gabinete de leitura do Grêmio foi instituído, adotou-se como aporte teórico as obras de: Cancela (2011,2012), posto a relevância da leitura de seus escritos a fim de compreender os fatores políticos, sociais e econômicos que contribuíram para o surgimento dos “paragueses”, termo cunhado pelo literato Orlando Carneiro, para se referir aos portugueses que continuaram residindo no Pará mesmo após a Proclamação da Independência, e aos filhos de portugueses nascidos no Pará (CARNEIRO, 1990). Os mesmos que propuseram a criação e o desenvolvimento de instituições culturais ou assistenciais, que mantivessem viva a cultura, a identidade lusitana e os laços entre Portugal e o Pará. Como também a obra de Sarges (2010), um clássico da historiografia amazônica, que tanto me auxiliou no processo de apreensão dessa Belém de outrora, buscando sempre transpor os limites do envelhecido conhecimento histórico acerca do nosso passado.

Outra fonte basilar adotada nesse estudo é a obra História do Grêmio Literário e Recreativo Português, escrita por Eugênio Leitão de Brito em 1994, a qual

forneceu diversas fontes de cunho histórico administrativo que ajudaram na confecção desse trabalho.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa inscreve-se no campo histórico-educacional e para compreender o processo de alfabetização dos alunos da escola Filipa de Vilhena do Grêmio Literário Português, tendo como recorte temporal, o período de 1921 a 1941, esta pesquisa se utilizará de fontes documentais e bibliográficas envolvendo as práticas educativas desenvolvidas nessa referida associação lusitana.

Segundo Severino (2007), a pesquisa bibliográfica se realiza a partir de dados e registros já existentes, onde o pesquisador se apropriará das contribuições de outros autores que realizaram estudos analíticos constantes do texto.

Para Gil (2010, p.29-31) “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”, assertiva que justifica o levantamento realizado em livros, periódicos, dicionários, dissertações e teses atinentes a questão das instituições culturais portuguesas no Brasil.

O autor ainda nos revela que a pesquisa documental não só se utilizará de documentos impressos, mas de outros tipos de documentos. E, no caso dessa pesquisa, têm-se a análise de cartas, jornais, fotos, leis, relatórios e documentação pessoal existente no Arquivo Público do Pará, na Hemeroteca da Fundação Cultural do Pará, no Instituto Histórico e Geográfico do Pará, no Centro de Memória da Amazônia e na própria sede do Grêmio Literário Português de Belém do Pará. Como bem ressalta o excerto abaixo:

Uma das tarefas mais difíceis do historiador é reunir os documentos de que pensa ter necessidade. Ser-lhe-ia difícil consegui-lo sem o socorro de diversos guias: inventários de arquivos ou de bibliotecas, catálogos de museus, repertórios bibliográficos de todas as espécies (BLOCH, 2001, p.116)

Os documentos escritos, orais, iconográficos e outros, são fontes que auxiliam no processo de aproximação do passado, uma vez que conhecê-lo em sua inteireza, configura-se como uma tarefa irrealizável no campo da História. Assim, os elementos que o pesquisador conseguiu reunir, interpretar e relacionar, fornecerão algumas pistas de como certas experiências se tornaram possíveis.

Segundo Bacellar (2005), ao ingressar nas universidades, muitos estudantes iniciam a sua trajetória nos arquivos, objetivando trabalhar com a história dos mais variados objetos de estudo. Mas, para que essa imersão do pesquisador no universo das fontes documentais seja desenvolvida de uma forma apropriada e eficiente, o autor elenca alguns procedimentos que devem ser adotados por esse estudioso dos arquivos. Ressalta que todo historiador precisa conhecer a estruturação da administração pública e todo o seu evoluir histórico, a fim de compreender o seu desenvolvimento no espaço e tempo decorridos, como bem explica o excerto

O entendimento desse grande mecanismo administrativo é fundamental para se compreender que tipos de documentos teriam sido hipoteticamente produzidos e arquivados nos desvãos das estantes dos funcionários régios. Hipoteticamente, pois nem sempre se tem plenas garantias de que tais documentos foram de fato produzidos, ou seja, se os administradores cumpriram fielmente suas obrigações. O problema é, contudo, ainda mais complexo. A elaboração de um documento não necessariamente significa que seguiram as normas de conteúdo informacional originalmente previstas. Por fim, o que foi produzido e acumulado muitas vezes se perdeu com o tempo ou com a incúria. (BACELLAR, 2005.p. 44)

Também revela que o pesquisador necessitará de um satisfatório exercício de paciência, para poder localizar os documentos de que necessita. E em se tratando de análises de manuscritos, cita a importância da apreensão das técnicas de leitura paleográfica; e ainda menciona a importância em adotar alguns cuidados ao manusear documentos históricos, principalmente aqueles que já sofreram a rígida ação do tempo, visando a preservação desses registros.

Acerca da discussão que abarca os documentos, devemos compreender que as fontes já não são mais testemunhas neutras do passado, onde possuíam um caráter indubitável e que geralmente encontravam-se associadas a um passado de grandes feitos heróicos e notáveis nações, ideia corrente dos fins do século XIX e início do século XX. Acima de tudo, o historiador precisa entender as fontes em seus contextos, perceber que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem as escreveu. (BACELLAR, 2005, p. 64).

Para Saviani “as fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. (SAVIANI, 2014, p .5)

Atualmente, o historiador carece do esclarecimento de que os documentos não são capazes de abranger totalmente o passado pretendido pelo seu estudo,

mas, sem dúvida, configuram-se como fonte de informações primorosas acerca de uma dada época, dotadas de intencionalidade e sujeitas à subjetividade da época em que foi produzida e do autor que a produziu. Assim, é relevante saber que:

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, especializado para esse uso... Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas de hinos? Ele sabe bem que sobre as crenças e as sensibilidades mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário das tumbas, têm pelo menos tanto para lhe dizer quanto muitos escritos. (LE GOFF, 1994, p. 540)

Como também é necessário compreender que:

Toda pesquisa histórica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está submetida a imposições, ligada à privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes são propostas, se organizam. (CERTEAU, 1982, p.66)

Além das fontes bibliográficas e dos documentos oficiais levantados para essa pesquisa, impressos também foram utilizados na tentativa de conhecer melhor as transformações sociais ocorridas na província do Pará, onde fora implantada a escola Filipa de Vilhêna do GLP, em 1921.

Segundo Simões e França (2010, p. 60), documentos são registros históricos, “testemunhos, monumentos, artefatos, de que o historiador se apropria para tornar inteligível seu objeto de estudo”. Porém, faz-se necessário um cuidado rigoroso por parte do pesquisador ao manusear essa ou qualquer outra fonte de pesquisa, atentando para o discurso da fonte, evitando incorrer no equívoco de realizar uma análise acrítica e superficial. Tendo em vista o fato de que

no limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (LE GOFF, 1994: 548)

Essa pesquisa será de cunho qualitativo, pois se preocupará em explicar e compreender aspectos de uma forma específica realidade que não podem ser quantificados, será executada a partir de amostras científicas e administrativas acerca do processo de alfabetização desenvolvido na escola de ensino primário intitulada Filipa de Vilhêna do GLP, com o intuito de produzir novas informações a despeito do que já se tem. Em uma pesquisa qualitativa, o pesquisador elenca questionamentos que serão discutidos ao longo do curso da investigação,

A esse respeito, Minayo (2001) nos diz que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Dessa maneira, pode-se verificar que:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

De acordo com Silva e Menezes (2005, p.20), a pesquisa qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.”

Os procedimentos a serem adotados nesta pesquisa serão as fichas bibliográficas, que conterão além da referência bibliográficas, os excertos de cartas, documentos administrativos e textos monográficos atinentes a esta pesquisa.

Para a realização desta pesquisa, selecionou-se algumas categorias de análise, como os gabinetes de leitura, práticas de leitura e instituições educativas.

Os gabinetes de leitura surgiram na Europa, entre os séculos XVII e XVIII, mas, ganharam maior destaque no século XIX. Eles se expandiram pela América e Europa. Esses espaços, a princípio, atuavam como agremiações de caráter comercial e cultural e tinham nos indivíduos do sexo masculino, seus fiéis frequentadores, dentre eles estavam os oficiais a serviço do rei, nobres, letrados, advogados, médicos, procuradores e outros.

O espaço do gabinete de leitura possuía um caráter laico, permitindo assim que as classes menos favorecidas, por meio da locação de livros, tivessem acesso a uma literatura diferenciada das bibliotecas públicas e religiosas e das livrarias tradicionais. Dessa maneira, os gabinetes de leitura possibilitaram o acesso a periódicos, folhetins e, principalmente, ao livro, esse último de elevado valor; contribuíram para o aumento do número de leitores, impulsionando assim o comércio livreiro., e, em cada país onde foram instalados, passaram a atender por diferentes nomenclaturas.

Segundo Maria Angélica Lau Soares (2007), na Inglaterra foram denominados de “*Circulation Lybrary*” ou “*Reading Room*”, nos Estados Unidos chamavam-se “*Free Circulating Library*”. Na Alemanha atendiam pelo termo “*Leihbibliotheken*”, “*Cabinet de Lecture*” na França e em Portugal e no Brasil, denominavam-se “Gabinete de Leitura”. Apesar dos diferentes nomes adotados em cada país, os gabinetes mantiveram seu objetivo principal, a difusão da leitura no mundo.

De acordo com a historiadora Ana Luiza Martins (1990), os gabinetes de leitura que foram implementados em países que possuíam um estágio cultural e de editoração mais avançado, como nos países europeus, significaram um reforço para a indústria do livro. Já em países, em que o processo industrial de impressos e livros ainda era deficitário, como nos países da América do Sul, mais precisamente no Brasil; os gabinetes adotaram uma postura filantrópica e social junto à comunidade leitora.

Mas, é sabido que esses espaços de leitura, foram muito mais do que um espaço destinado a abrigar livros e impressos disponíveis a empréstimos, configuraram-se também como um local de encontros sociais e políticos, onde o lazer e as práticas de leitura sustentavam-se em discussões literárias, a saber:

Os gabinetes de leitura inauguraram a prática democrática da leitura, correspondendo sua instalação, “lato sensu”, à transição entre as bibliotecas monásticas e as bibliotecas laicas, no processo de disseminação do conhecimento, marcado pela laicização, democratização, especialização e socialização da cultura, registrado basicamente no século XIX. (MARTINS, 1990, p. 22).

Ao pensar o Gabinete de Leitura do Grêmio Literário Português, da cidade de Belém do Pará, como um espaço físico de instrução, criado para ser um ambiente que possibilitaria o desenvolvimento de diversas atividades de leitura, fez-se

necessário o discorrer acerca da própria leitura, a fim de compreender a indissociável relação entre o Gabinete de Leitura e a história e cultura do livro.

A partir da década de 70, com o surgimento da Nova História, uma matriz historiográfica desenvolvida na França, que possibilitou o interesse por diversos objetos de estudo e problemas para a história, a história da leitura tornou-se um campo de estudo muito fecundo, uma vez que ampliou as abordagens e os objetos de estudo nessa área de pesquisa. Assim, a prática de leitura, aparece como um desses novos objetos a serem pesquisados, uma vez que ela se modifica de acordo com o tempo e a construção social de cada época.

O historiador francês Roger Chartier, é um dos principais representantes dos estudos acerca da história da leitura. Em suas produções, é possível notar que o autor dedica seu tempo buscando perceber o impacto que as práticas de leitura exerceram nas comunidades, durante o decorrer da história. Ele propõe

uma história da leitura que seja uma história dos diferentes modos de apropriação do escrito no tempo e no espaço – seja ele físico ou social -, tomando-se por referência a ideia de que a leitura é uma prática criativa e inventiva (o sentido desejado pelo autor não se inscreve de maneira direta no leitor) resultante do encontro das maneiras de ler e dos protocolos de leitura inscritos no texto. (CHARTIER, 2003, p. 11).

Como também menciona que

O acto de leitura não pode de maneira nenhuma ser anulado no próprio texto, nem os comportamentos vividos nas interdições que pretendem regulá-los. A aceitação das mensagens e dos modelos opera-se sempre através de ordenamentos, de desvios, de reempregos singulares que são o objeto fundamental da história cultural. (CHARTIER, 2002, pp. 136-137).

O ato de ler está para além da escrita, pois um texto tem muito a revelar, dependendo do contexto em que fora produzido, visto que num processo de leitura, tanto o autor, como leitor, atribui sentido ao texto. Dessa maneira não é possível desvincular a prática da leitura, da leitura de mundo de cada indivíduo; condições sociais, históricas, culturais, o arcabouço de informações retidas e o nível de compreensão do leitor, correspondem às significações estabelecidas por ele.

Para Silva (1991, p.22) “[...] o ato de ler inicia-se quando um sujeito, através da sua percepção, toma consciência de documentos escritos existentes no mundo. Ao buscar a intencionalidade, o sujeito abre-se para possibilidades de significação,

para as proposições de mundo que os signos do documento evocam ou sugerem”. E de acordo com Chartier:

É preciso considerar também que a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, espaços, hábitos. Longe de uma fenomenologia da leitura que apague todas as modalidades concretas do ato ler e o caracterize por seus efeitos, postulados como universais, uma história das maneiras de ler deve identificar as 2 disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores e as tradições de leitura. O processo supõe o reconhecimento de diversas séries de contrastes. De início, entre as competências de leitura. A clivagem, essencial, porém grosseira, entre analfabetizados e analfabetos, não esgota as diferenças na relação com o escrito. Os que podem ler os textos, não os lêem de maneira semelhante, e a distância é grande entre os letrados de talento e os leitores menos hábeis, obrigados a oralizar o que lêem para poder compreender, só se sentindo à vontade frente a determinadas formas textuais ou tipográficas. Contrastes igualmente entre normas de leitura que definem, para cada comunidade de leitores, usos do livro, modos de ler, procedimentos de interpretação. Contrastes, enfim, entre as expectativas e os interesses extremamente diversos que os diferentes grupos de leitores investem na prática de ler. De tais determinações, que regulam as práticas, dependem as maneiras pelas quais os textos podem ser lidos, e lidos diferentemente pelos leitores que ao dispõem dos mesmos utensílios intelectuais e que não entretêm uma mesma relação com o escrito. (CHARTIER, 1991, p. 118).

No presente trabalho, onde pretende-se pesquisar a prática educativa desenvolvida na escola Filipa de Vilhêna do GLP, a leitura, configura-se como um principal foco de atenção. E, é importante perceber que assim como o conhecimento, ela também vem sofrendo modificações de acordo com as concepções e entendimentos de cada época; e para compreender a forma de educar, por meio da prática da leitura presente nos documentos selecionados no Grêmio, Chartier (2002, p.131) revela que “o trabalho histórico deve ter em vista o reconhecimento de paradigmas de leitura válidos para uma comunidade de leitores, num momento e num lugar determinados”. E ainda discute as práticas de leitura, por um viés de uma sociologia histórica, que objetiva:

Identificar, para cada época e para cada meio, as modalidades partilhadas do ler \_ as quais dão formas e sentidos aos gestos individuais \_, e que coloca no centro da sua interrogação os processos pelos quais, face a um texto, é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação (CHARTIER, 1990, p. 121).

Para compreender a escola Filipa de Vilhêna do Grêmio, como uma instituição educativa, lanço-me no campo da História da Educação no Brasil. Nele, estudiosos como Ester Buffa e Paolo Nosella (2009), revelaram um percurso

metodológico de pesquisa que se propõe a investigar um dado objeto, partindo de um aspecto particular a um entendimento mais amplo.

Dessa maneira, busquei ampliar o conceito de instituição educativa, não o restringindo a espaços escolares, que possuem uma organização, gestão e funcionamento alicerçados em um plano pedagógico, mas o concebendo como um conceito que abarque todo e qualquer espaço, onde ocorra transmissão de saberes e o processo de ensino e aprendizagem.

Nesse rico campo de estudo, tal procedimento é validado por Castanho (2005, p.40), ao mencionar que “instituição educativa é um termo mais amplo e abrange não somente a escola, como a conhecemos, no seu envolver histórico, mas também outras formas sociais duradoras em que se desenrola o processo de transmissão cultural”. Demerval Saviani (2007), outro autor de levado destaque na área da História da Educação no Brasil, revela que as instituições educativas foram criadas para atender às necessidades dos indivíduos pertencentes a um determinado tempo e lugar. De acordo com o autor

Para satisfazer necessidades humanas as instituições são criadas como unidades de ação. Constituem-se, pois como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por eles perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no próprio funcionamento, uma vez que se constitui como conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a qual servem. (SAVIANI, 2007, p. 5).

No livro intitulado *Educação: do senso comum à consciência filosófica* (SAVIANI, 2009, p.60), o autor discorre sobre a presença de uma educação generalizada, presente em todos os ambientes sociais, revela que

[...] as pessoas comunicam-se tendo em vista objetivos que não o de educar e, no entanto, educam e educam-se. Trata-se, aí, da educação assistemática [...]; ocorre uma atividade educacional, mas ao nível da consciência irrefletida, portanto, não intencional, ou seja, concomitantemente a uma outra atividade, esta sim desenvolvida de modo intencional. Quando educar passa a ser objeto explícito da atenção, desenvolvendo-se uma ação educativa intencional, então se tem a educação sistematizada. (SAVIANI, 2009, p. 60).

Partindo desses esclarecimentos, penso que, ao me lançar sobre o desafio de buscar compreender melhor tanto o processo de criação da escola Filipa de Vilhêna

do Grêmio Literário Português de Belém do Pará, como também desenvolver um estudo que demonstre a relevância dessa associação cultural portuguesa no processo de alfabetização dos alunos portugueses e paraenses que habitavam a região de Belém, nos anos de 1921 a 1941, por meio da identificação e análise das práticas educativas desenvolvidas em seu seio, que nessa pesquisa, analisar-se-á em especial, a prática da leitura; espero contribuir para os estudos acerca da história da educação de nossa região amazônica, oportunizando o acesso a informações ainda não veiculadas e evidenciando a ideia de que há várias formas de educação, além da educação escolar, como bem nos diz Saviani (2008), em seu texto intitulado *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*.

[...] afirma-se que não é só através dela que se educa; educa-se através de múltiplas formas, através de outras instituições, como os partidos, os sindicatos, associações de bairro, associações religiosas, através de relações informais, da convivência, dos meios de comunicação de massa [...]. Portanto, há múltiplas formas de educação, entre as quais se situa a escolar. Segundo essa tendência, a escola não é a única nem mesmo a principal forma de educar[...]. (SAVIANI, 2008, p. 97).

Para o desenvolvimento deste estudo, a pesquisa documental foi realizada na Biblioteca Fran Paxeco, localizada na Sede Social do Grêmio Literário Português, à Rua Senador Manoel Barata, nº 477/483, no Bairro da campina, em Belém-PA. Durante a pesquisa, tive acesso a alguns relevantes documentos relacionados à origem do Grêmio e da Escola de ensino primário e secundário intitulada “Filipa de Vilhena”, que funcionou no interior do GLP. Nessa investigação, trataremos do ensino primário, ofertado por essa instituição.

Porém, no início do ano de 2019, a biblioteca do Grêmio, que possui um horário de visitação restrito, o qual compreende apenas o período da manhã, mais precisamente de 08h às 12h, teve suas atividades temporariamente interrompidas junto ao público visitante, devido às reformas e organização/catalogação do acervo, dificultando uma maior progressão da pesquisa, mas não a inviabilizando, posto que outros registros acerca do acervo raro do GLP, já haviam sido levantados nesse espaço. Com a promessa de reabertura da Biblioteca e normatização de suas atividades para o mês de agosto do corrido ano de 2019, pretendo expandir o número, mas principalmente, a qualidade das fontes documentais referentes a essa pesquisa. Compreendem as fontes documentais dessa pesquisa:

*Estatutos do Grêmio Litterário Português no Pará de 1932*. Neles são apresentadas informações acerca da associação e seus fins, de seus sócios (obrigações, direitos e penas), das atribuições da assembleia geral, das eleições e diretoria, dos sócios honorários e beneméritos e disposições finais.

*Auto Inaugural e Livro de Actas da Escola Filipa de Vilhena, fundada no 1º de dezembro de 1921*. Neste documento, encontram-se o programa de ensino para o funcionamento da referida escola, o Estatuto da escola, o qual abrange os aspectos econômicos de sua criação, informações acerca do ensino, como: aulas, regência das aulas, alunos, conselho permanente e observações finais.

No Arquivo Público do Estado do Pará, localizado na Tv. Campos Sales, nº 273, no Bairro da Campina em Belém-PA, encontrei uma certa dificuldade em localizar fontes referentes ao Grêmio Literário Português, uma vez que o mesmo não fora inaugurado como instituição pública, e sim privada, apesar de mais tarde, alguns anos após sua implementação, passar a ministrar aulas de forma gratuita como bem nos diz Brito (1994) ao se referir a escola Filipa de Vilhena.

Como já foi explicado esta escola foi instalada inicialmente no Consulado de Portugal no Pará, no dia 01 de dezembro de 1921. Era destinada ao ensino primário de adultos principalmente portugueses, com horário noturno, em caráter gratuito, ministrado por professores legalmente habilitados, brasileiros ou portugueses. (BRITO, 1994, p. 84).

Assim, em um momento inicial, só foi possível encontrar regulamentações da educação pública que apresentavam informações acerca das instituições escolares, como relatórios de diretores, inspetores de diferentes grupos escolares. Fato que não impedirá o meu retorno ao Arquivo Público, uma vez que o pesquisador necessita de paciência, determinação e uma boa dose de inconformismo, no que diz respeito à busca de fontes que respaldem sua pesquisa. Segundo Lopes e Galvão

O trabalho com as fontes exige, antes de tudo, paciência. Quantas vezes ficamos horas, dias ou semanas para encontrar um ou dois documentos que interessam à pesquisa? E quando o(s) encontramos, quanto tempo também despendemos até darmos significação a uma palavra, uma figura, um símbolo nele(s) contido, que insistentemente nos incomoda, nos remete a um mundo que desconhecemos e do qual ainda não nos apropriamos? A ansiedade parece ser uma das principais inimigas do historiador. (2001, p. 92-3).

Na consulta feita no site do Centro de Memória da Amazônia, uma instituição patrimonial criada em 31 de janeiro de 2007, fruto de um convênio assinado pela

Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA), com prédio físico localizado à Travessa Rui Barbosa, 491, no Bairro do Reduto em Belém-PA, encontrei os estatutos de Criação do Grêmio Literário Português, reformados e aprovados em Assembléia Geral de 08 de janeiro de 1932, digitalizado em boa resolução, fato que facilitou a feitura dessa pesquisa, uma vez que o estatuto encontrado anteriormente na Biblioteca do Grêmio, possuía uma baixíssima qualidade de imagem.

## 2 O GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS NA TERRA DAS MANGUEIRAS

Nesta seção, abordarei assuntos relacionados à criação do Gabinete Português de Leitura do Grêmio Literário Português da província do Pará. Busco demonstrar um esboço da criação dos gabinetes de leitura, desde os primeiros registros de serviços de locação de livros ocorridos no Reino Unido no século XVIII, até os anos de oitocentos, com a fundação do gabinete de leitura do GLP em Belém do Pará. E, ainda nessa seção, trato sobre o processo de regulamentação do Grêmio Literário Português, com base nos estatutos da referida instituição.

Para que o estudo dessa instituição lusitana seja feito de uma forma apropriada e legítima, faz-se necessário e fundamental que ocorra a articulação da própria história dos gabinetes de leitura com as questões mais gerais da sociedade, partindo do princípio de que para se produzir uma pesquisa, deve-se levar em conta as relações complexas e amplas do contexto cultural. De acordo com Saviani (2007), uma instituição não deve ser vista como algo estanque, e sim, histórico, dotado de um caráter transitório, que se formula e se reformula a partir das transformações ocorridas no período em que a mesma se insere.

E também, é indispensável que se busque documentos históricos e os analise a partir de uma perspectiva indagadora, investigatória, tendo em vista de que as fontes documentais testemunham as ações do homem no tempo, e são convenientemente aplicáveis se desejarmos produzir conhecimento. Para Bacellar

é preciso conhecer a fundo, ou pelo menos da melhor maneira possível, a história daquela peça documental que se tem em mãos. Sob quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem? Essas perguntas são básicas e primárias na pesquisa documental, mas surpreende que muitos ainda deixem de lado tais preocupações. Contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador. (2005, p. 63).

Segundo Pereira (2006, p.13), os termos “Cabinet de Lecture”, “Circulating Library”, “Leihbibliothek” ou “Gabinete de Leitura”, apesar de distintos em sua grafia, possuíam em comum a finalidade de designar “estabelecimentos de caráter ao mesmo tempo comercial e cultural que possibilitavam aos seus subscritores a leitura e/ou a locação de livros e periódicos, sem que houvesse a necessidade de compra”.

A prática da leitura no Brasil, no século XIX, foi intensificada por meio da criação de espaços de leitura silenciosa, como: bibliotecas, livrarias e gabinetes de leitura. E com a ascensão do comércio livreiro, impulsionado pela necessidade de consumir informações, em um período em que o país e suas capitais estavam em pleno processo de modernização, surgem também as tipografias e editoras. Toda essa movimentação literária potencializou ainda mais, a prática da leitura no país. Segundo Sales (2005)

Esses fatores influenciaram diretamente a história dos leitores nos anos oitocentos no Brasil, culminando na expansão da leitura de jornais, revistas e da prosa ficcional (novela, folhetins, romance, crônicas), sejam em forma de livro impresso ou em folhetins publicados em jornais e revistas. Além das tipografias e editoras; as tiragens de jornais e revistas, também contribuíram para a divulgação e veiculação das narrativas ficcionais que entretinham e encantavam o público. (SALES, 2005, p. 32)

Nesse quadro de intensificação do interesse pela leitura, os gabinetes de leitura desempenharam um papel de facilitadores desse processo de ampliação do número de leitores no século XIX, no Brasil, pois era possível realizar leituras no interior de suas salas, como também locar (emprestar) livros de assuntos diversos. De acordo com Martins (1990)

Coube aos Gabinetes de Leitura, o papel de consagrar a prática de locação de livros. O caráter mercantil da instituição cultural denota de início sua inserção em sociedades que renunciavam ou confirmavam a existência de um comércio livreiro, de um público consumidor e de uma produção literária. (MARTINS, 1990, p. 21)

Segundo Marcos António de Carvalho, em seu artigo nomeado *Associativismo Luso nas Terras das Mangueiras*, publicado no livro *De Colonos a Imigrantes I(E) migração portuguesa para o Brasil* de Fernando Sousa *et all* (2013), os portugueses imigrantes chegados no Brasil, mesmo que adotando uma identidade dupla (luso-brasileira), encontravam-se por um lado, estimulados a experimentar um novo padrão de comportamento, que se assemelhasse ao dos povos que aqui viviam; e por outro lado, desejavam não perder os costumes praticados em Portugal, procurando reproduzir práticas cotidianas vivenciadas em sua terra de origem.

Partindo desse pressuposto, resolveram criar associações lusíadas na Amazônia, a fim de integrar os portugueses nas comunidades que os acolheram e

compartilhar práticas sociais entre os mesmos, valorizando a identidade cultural portuguesa. Como afirma Carvalho

Torna-se preponderante afirmar que a quase totalidade das atividades realizadas pelas instituições de carácter associativo luso não tinha apenas como propósito integrar os portugueses nas comunidades de acolhimento, mas sobretudo, partilhar entre os compatriotas as sociabilidades representativas mais vinculadas a Portugal. Procuravam através da música, da poesia, do teatro e da leitura vias para manter e valorizar a identidade cultural portuguesa[...]As atividades desenvolvidas nos seios dessas associações lusíadas na Amazónia paraense assumem linhas específicas: a da filantropia (a Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, a Associação Vasco da Gama, a Liga Portuguesa de Repatriação, a Comissão Pró-Portugal), a da cultura e lazer (o Grémio Literário e Recreativo Português, a Tuna Luso Caixerai, o Grémio Lusitano, o Grémio Dramático e Musical Português, a União Musical Luís de Camões) e as de interesse corporativo-comercial (a Câmara Portuguesa de Comércio e a Junta Federativa das Associações Portuguesas no Pará). (CARVALHO, 2013, p.340).

Os portugueses criaram associações filantrópicas, comerciais e de cultura e lazer. Nesse trabalho, interesse-me em pesquisar a escola Filipa de Vilhêna do Grémio Literário Português. Para isso, julguei importante revelar traços da fundação desse grémio na cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará, que ocorreu após a criação do primeiro gabinete de leitura do país, o Gabinete Real de Leitura (GRL) do Rio de Janeiro (1837), inicialmente criado com o intuito de ser um espaço de lazer, cultura e congregação. Como ressalta Brito

No intuito de se congregarem para matarem saudades da Pátria e do Lar, ou de se precaverem tendo onde se recolher em caso de doença, e ainda, com vontade de se elevarem pelo estudo, resolveram fundar as associações recreativas, de beneficência e os gabinetes de leitura.(BRITO, 1994, p. 17).

Segundo Sarges (2010), a cidade de Belém, em meados do século XIX e início do século XX, passava por um notável processo de modernização, “era preciso alinhar a cidade aos padrões da civilização europeia”. (SARGES, 2010, p. 20). Belém precisava transpor a imagem de uma cidade feia, insalubre e desorganizada, e adquirir aspectos modernos, por meio da reprodução de um modelo de urbanização importado da Europa, mais precisamente da França. E nesse ideário de modernidade, estava contida a existência de um gabinete português de leitura, o Gabinete Português de Leitura do GLP, e frequentar esse espaço de leitura, como relata Nobre

Era fazer parte do que se chamava moderno, atual, uma vez que se propunha haver ali atualidades da cultura escrita quais sejam: romances, novelas, obras filosóficas, periódicos. Ser sócio ou subscritor significava estar atualizado ao que se havia de mais moderno em termos de leitura e instrução. (NOBRE, 2009, p. 89).

Segundo Rocque (1967), além do GLP, também é possível destacar em Belém, a realização de vários eventos, dentre os quais cita-se a fundação de importantes instituições de caráter educativo, cultural ou de pesquisa, tais como: Liceu Paraense (1841), Grêmio Literário e Recreativo Português (1867), Biblioteca e Arquivo Público do Pará, do Museu Paraense e da Escola Normal do Pará (1871), Theatro da Paz (1878), Imprensa Oficial do Estado (1890), Instituto Carlos Gomes (1895) e Instituto Lauro Sodré (1899), entre outros (ROCQUE, 1967). Apresentando um estilo neoclássico<sup>2</sup>, o Theatro da Paz, que teve suas obras concluídas em 1874, em pleno Ciclo da Borracha, representa o progresso para uma cidade que ansiava por modernidade, e que ainda não possuía uma casa de espetáculos de grande porte que pudesse receber notáveis espetáculos artísticos.

**Imagem 1:** Theatro da Paz



Fonte: <https://www.arteamazon.com>

Segundo Lopes (2018, p. 34)

“As instituições escolares também seriam exemplos da modernização. Os grupos escolares ganhariam construções arquitetônicas e luxuosas em muitos estados brasileiros, principalmente em suas capitais”, conforme o ideário de modernidade que se propagava na província de Belém do Pará.

<sup>2</sup> O Neoclassicismo foi um período artístico e literário, que surgiu como oposição ao Barroco e ao Rococó. Ele teve início em meados do século XVIII e foi até o século XIX. Teve como uma de suas principais características o resgate da cultura greco-romana da Antiguidade. <http://percorrendobelém.blogspot.com/2014/02/theatro-da-paz-thalita-leobas-m.html>

Têm-se assim o Instituto Lauro Sodré, um prédio em estilo neoclássico, construído em 1893 e finalizado somente em 1899, quando então passou a se chamar Instituto Lauro Sodré<sup>3</sup>; e funcionava como instituição pública voltada à profissionalização de meninos órfãos ou em situação de extrema pobreza.

**Imagem 2:** Instituto Lauro Sodré



Fonte: <https://www.ebay.com>

## 2.1 Gabinetes de Leitura: um espaço dedicado à leitura e ao livro

**Imagem 3:** Interior da Biblioteca Fran Paxeco



Fonte: Arquivo da pesquisa

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-129475-.html>

[...] a leitura de um texto pode escapar à passividade que tradicionalmente lhe foi atribuída. Ler, olhar ou escutar são efetivamente, uma série de atividades intelectuais que longe de submeterem ao consumidor [...], permitem na verdade a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou resistência (CHARTIER, 1988, p. 59).

Ao pensar sobre a origem dos gabinetes de leitura, faz-se necessário um retorno ao século XVIII, quando no Reino Unido, se estabeleceu o serviço de locação de livros. E na França, a partir da segunda metade do mesmo século, também tem início essa prática de livros. Chartier (2004, p. 205) revela que “multiplicaram-se assim os gabinetes de leitura, que passaram a ser importantes entrepostos provinciais para a difusão de periódicos, de novidades e de livros”.

Inicialmente, na França e na Inglaterra, esses espaços de leitura não possuíam fins lucrativos. Porém, em meados do século XIX, com a expansão dos gabinetes de leitura na França, “registram-se mais de uma centena de estabelecimentos de caráter comercial que alugavam livros para leitura domiciliar ou permitiam, mediante pagamento de módico valor, que os clientes lessem em suas próprias dependências”. (SOARES, 2006, p. 15).

A partir das ideias defendidas pelo movimento intelectual europeu que se originou na França, denominado Iluminismo, também conhecido como “Século das Luzes”, houve uma série de modificações, principalmente na França e na Inglaterra, que influenciaram o pensamento da população que habitavam nesses países.

Os avanços tecnológicos e econômicos, produtos da Revolução Industrial, aliados ao pensamento iluminista, que acreditava na reestruturação da sociedade por meio do uso da razão e não mais pelo uso da fé, ou qualquer conhecimento herdado da tradição medieval, possibilitaram a ascensão das pessoas que mantinham atividades no ramo do comércio e da indústria. Com mais conforto e tempo para realizar outras atividades, culturais e também de lazer, elevou-se o número de pessoas alfabetizadas, o interesse pela aquisição de livros, e conseqüentemente, pela leitura. (ROTTA, 2007, p. 25)

Ainda assim, era bastante reduzido o número de pessoas que possuíam condições financeiras de adquirirem livros, e nesse contexto econômico, os gabinetes de leitura surgem como facilitadores do processo de aquisição de conhecimento e informações, de uma forma mais abrangente, “operando em conexão com o mercado livreiro, eles ofereciam com fartura e por preço acessível a

uma parcela maior da população o que mais fascinava o leitor da época não muito afeito às obras clássicas: o romance”. (SOARES, 2006, p. 18). Márcia Abreu (2003) compara a leitura do romance à leitura de outros tipos de textos:

Embora fonte de inconvenientes físicos, há leituras que valem a pena, enquanto outras são perniciosas. Dentre essas, muitos incluem a leitura dos romances, tida como perigosa pois como perigosa pois faz com que se perca tempo precioso, corrompe o gosto e apresenta situações moralmente condenáveis. A leitura dos romances traz à baila discussões de natureza ética, religiosa e intelectual, tanto mais acaloradas quanto mais se percebe a disseminação do gênero e sua influência sobre os leitores[...] enquanto a leitura das belas letras tem por objetivo formar um estilo e ampliar a erudição e as leituras religiosas visam aprimorar o espírito e indicar o caminho da virtude e da salvação, a leitura dos romances parece sem finalidade” (ABREU, 2003, p. 255).

Mas ainda assim, por apresentarem um enredo pouco elaborado, de uma linguagem simples e próxima do cotidiano do leitor, o romance tornou-se o gênero mais procurado em bibliotecas, circulantes, gabinetes de leitura, livrarias entre outros espaços de leitura, principalmente pelo público feminino.

Sobre as contribuições referentes à instalação dos gabinetes de leitura, podemos perceber que além de mediar a relação entre indivíduos pertencentes ao mercado livreiro, como: escritores, editores e leitores, oferecendo um serviço mais lucrativo; eles permitiram que classes menos favorecidas, tivessem acesso ao livro (item de alto custo) e contribuíram para a história da literatura, uma vez que

prosperaram principalmente devido ao fascínio que o romance exercia no público leitor de classe média, por outro lado, eles contribuíram de maneira decisiva para a expansão desse leitorado assim como para a consolidação de sua preferência pelo novo gênero literário (SOARES, 2006, p. 19).

De acordo com Oliveira (2014, p. 2)

estes espaços abrigavam muito além de uma biblioteca, tornaram-se recinto da sociabilidade, local de encontros políticos, da prática folhetinesca, do lazer pautado e organizado em discussões literárias. Emergiram como elemento moderno, representativos de uma indústria livresca e de um processo de editoração em crescimento de acordo com as conjunturas em cada país de origem.

Ana Luiza Martins ao se referir sobre a origem dos gabinetes de leitura no Brasil, revela que eles foram pensados por estudantes da Faculdade de Direito de

São Paulo, engajados alunos em comunidades literárias que objetivavam ajudar a consolidar uma identidade pátria brasileira, como menciona Soares

[...] num período bastante conturbado da regência de Diogo Feijó, a cidade do Rio de Janeiro viu nascer mais um espaço de leitura e sociabilidade, o Gabinete Português de Leitura. Iniciativa de um grupo de portugueses liberais, recém-chegados de um Portugal dominado pelo absolutismo de D. Miguel, o Gabinete Português de Leitura abriu suas portas a 14 de maio de 1837. O grupo composto de homens com ideias modernas, em sua maioria formados por comerciantes e bacharéis de Direito, tinha como objetivo congrega a comunidade lusitana [...] (SOARES, 2006, p. 22).

Após a Independência do Brasil, no ano de 1822, iniciou-se a implantação dos gabinetes de leitura no país. O Real Gabinete Português de Leitura<sup>4</sup>, do Rio de Janeiro, foi a primeira associação portuguesa fundada no Brasil, em 14 de maio de 1837, por 43 imigrantes portugueses que se refugiaram no Brasil, para escapar de perseguições em Portugal. Sobre esse grupo, Azevedo esclarece que

O grupo fundador do GPL não foi formado de maneira aleatória, havia nele um forte elemento de aglutinação, associado à política e a um tipo de resistência cultural – se é que podemos utilizar esse conceito sem incorrer em anacronismos. Percebemos nesse grupo certa dinâmica de “diáspora”, ou seja, viviam como exilados voluntários numa sociedade ainda de corte, e absolutamente contrária à memória colonialista, razão pela qual sentiram a necessidade de formar um grupo coeso, a fim de se sentirem mais fortes. (AZEVEDO, 2012, p. 27).

Em estilo neomanuelino, o prédio do RGPL corresponde ao padrão arquitetônico do reinado de D Manuel de Aviz<sup>5</sup>, no século XVI. Tal associação objetivava ser uma “instituição para instruir e melhorar o nível de conhecimento dos portugueses que chagavam ao Brasil”.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> O título de “real” foi concedido pelo rei D. Carlos, em 1906. (TABORDA, 1937; TAVARES, 1977).

<sup>5</sup> Rei de Portugal, da casa de Avis, conhecido como O Venturoso ou O Afortunado. Nasceu em Alcochete, 1469 e morreu em Lisboa, no ano de 1521. Disponível em: <http://www.historiadeportugal.info/d-manuel-i/>. Acesso em: 29 mai. 2019.

<sup>6</sup> In: [http://www.caestamosnos.org/Pesquisas\\_Carlos\\_Leite\\_Ribeiro/Real\\_Gabinete\\_Leitura](http://www.caestamosnos.org/Pesquisas_Carlos_Leite_Ribeiro/Real_Gabinete_Leitura)

**Imagem 4:** Real Gabinete Português de Leitura



Fonte: Marc Ferrez. Real Gabinete Português de Leitura, na rua Luís de Camões. À direita os fundos da Escola Politécnica, atual IFCS/UFRJ (1887). Disponível em: <https://historiandoobrasil.wordpress.com/2016/07/27/real-gabinete-portugues-de-leitura/>. Acesso em: 29 mai. 2019.

Posteriormente, também foram instalados gabinetes de leitura na cidade de Recife (1850) e Salvador (1863). E nessas três associações, não era praticada a cobrança pelo empréstimo de livros, ratificando ainda mais a ideia de que o objetivo principal dos gabinetes era o de melhorar o nível de conhecimento dos seus associados. Como bem afirma Soares ao referir-se ao RGPL.

Severo (1937, p. 6 apud SOARES, 2008, p. 22) afirma que esse espaço cumpriria as diversas funções de um “instituto para a cultura do espírito, desenvolvimento da razão e aperfeiçoamento das faculdades do homem, tendo como consequência o melhoramento das condições de produção, nas ciências, artes, indústria, comércio e na organização social”.

Num contexto pós vinda da família real para o Brasil, onde uma grande parte da sociedades brasileira era escrava, não alfabetizada e sem remuneração por suas atividades laborais, os gabinetes de leitura significaram um avanço no que diz respeito à oportunização de leituras, uma vez que facilitou o aceso ao livro ( e outros tipos de leitura) por meio de subscrições e até de forma gratuita, entre os alfabetizados e cidadãos de classes menos favorecidas; e por meio da leitura oitiva, até os que não liam, puderam compreender o que havia nos livros daquela época.

## 2.2 A Província do Pará e o processo de implantação do Grêmio Literário Português

“A Terra do sonho é distante e seu nome é Brasil, plantarei a minha vida  
debaixo de céu anil”  
Milton Nascimento.

Início esse tópico do texto, citando os primeiros versos de uma canção do compositor brasileiro Milton Nascimento, que nos fala sobre o desejo contido no peito de muitos estrangeiros que vieram para o Brasil em busca de uma vida melhor, mais digna. Muitos deles, escolheram o estado do Pará, para iniciarem um projeto de vida novo ou mesmo finarem suas raízes. Motivados pela economia da borracha, nordestinos e estrangeiros vieram para Belém, e não foram somente os portugueses que migraram para cidade em ascensão, americanos, franceses, espanhóis e italianos; também chegaram atraídos pela possibilidade de construir uma vida melhor.

A historiadora Cristina Donza Cancela (2012) em sua obra intitulada *A família na economia da borracha*, menciona que a maior parte dos estrangeiros que vieram para Belém, eram de origem portuguesa. Esses imigrantes, em sua maioria eram homens que vinham desacompanhados, com pouca idade e por isso, muitas vezes se casavam com mulheres paraenses. Devido à escassez de terras e de trabalho em Portugal, os portugueses chegaram em Belém, buscando oportunidades de enriquecimento com a economia da borracha.

**Imagem 5:** Família de imigrantes portugueses, século XX



Fonte: CANCELA, 2012.

E, para compreendermos o processo de implantação do Grêmio Literário Português na província do Pará, faz-se necessário um retorno ao passado, explicitando o seu contexto histórico-cultural.

A Independência do Brasil ocorrida em 1822 e o advento da República proclamada em 15 de novembro de 1889, representam marcos históricos que provocaram muitas transformações no Brasil, e Belém do Pará não poderia ficar indiferente.

Este período bastante emblemático na nossa história foi marcado pelo embelezamento e tentativas de sanitização e europeização da cidade, que era conhecida como “Paris na América”. Este período se alinhou ao que conhecemos como o Ciclo da Borracha, ou a Belle Époque (1840 a 1920), que coincidiu com as gestões de Augusto Montenegro, governador e José Antônio Lemos, Intendente, dois grandes benfeitores de Belém.

Apesar da Independência do Brasil, o Pará foi a província que mais resistiu a separação dos lusitanos, prova disto foi a Adesão do Pará à Independência do Brasil, ocorrida um ano depois de todas as províncias brasileiras. Obviamente estes acontecimentos foram marcados por uma série de tensões, mas inegavelmente passamos a ter um novo povo – os Paragueses, termo cunhado pelo literato Orlando Carneiro, para se referir aos Portugueses que continuaram residindo no Pará mesmo após a proclamação da Independência e os filhos de portugueses nascidos no Pará (CARNEIRO, 1990). E foram justamente estes Paragueses os responsáveis por criar e desenvolver instituições culturais ou assistenciais que mantivessem viva a cultura e a identidade lusitana e os laços entre Portugal e o Pará. Apesar de todos os esforços o Pará ainda carecia de bens culturais e os portugueses viram neste expediente uma maneira de se manterem na extinta colônia da América Portuguesa (CANCELA, 2011).

Antônio Lacerda de Chermont, o Barão de Arari, como fora denominado, alcançou a presidência da província do Pará em junho de 1866 e somente em setembro de 1868, teve seu mandato encerrado. Ele estava à frente da administração da cidade de Belém do Pará, quando o Grêmio Literário Português foi implementado na capital.

**Imagem 6:** Antônio de Lacerda Chermont



Fonte: Página/facebook: Cartório da Nobreza e Fidalguia do Império do Brasil e Santa Sé.

Nesse período, a província do Pará vivia um momento emblemático de sua história, a cidade de Belém, a partir da segunda metade do século XIX, buscava se adaptar aos costumes europeus em meio a tensões geradas pelo advento de uma nova ordem social intitulado Capitalismo. Iniciava-se assim a fase da *Belle Époque*, uma bela época, principalmente para a classe burguesa, que experimentava os frutos das conquistas materiais e tecnológicas proporcionadas pela ampliação das redes de comercialização, como afirma Sarges (2010):

Entre 1840 e 1920, toda atividade econômica da região passou a girar em torno da economia extrativista da borracha. Em decorrência da nova economia que se instala, novos contingentes chegam à cidade, imprimindo uma ampliação e a modificação na paisagem do seu urbano. Parte do excedente que se originou da economia gomífera foi investido no setor público na área do urbano, com o calçamento das ruas da cidade com paralelepípedos de granito importados de Portugal, com a construção de prédios como o do Arquivo e Biblioteca Pública, Teatro da Paz, além de outros, e a própria expansão da urbe com a ocupação das terras altas pelas famílias ricas, favorecendo a criação de novos bairros, como Batista Campos, Marco, Nazaré, Umarizal, onde a elite pôde construir suas confortáveis casas, bem distantes do abafado bairro comercial. (SARGES, 2010, pp. 82-85).

Ainda em Sarges (2010), têm-se a informação de que Belém, havia se tornado sede da Província do Grão-Pará e Maranhão, em 1771, e isso ocasionou um considerável aumento da população na cidade, pois juntamente com o Governo-Geral, também vieram residir na cidade, as famílias de outros funcionários vinculados à administração.

Cancela (2012) revela números significantes que auxiliam no entendimento do crescimento da cidade de Belém no período da economia da borracha. A autora menciona que por volta do ano de 1868 (um ano após a implantação do GLP no Pará), trinta mil pessoas moravam na cidade, e esse número sofreu um aumento significativo no ano de 1900, que corresponde ao auge da economia gomífera, cem mil pessoas passaram a residir em Belém.

Em vista disso, a cidade precisou se reorganizar para acolher essas pessoas, o número de bairros cresceu, além da Cidade Velha e da Campina, os principais da cidade, surgiram outros bairros próximos à Estrada do Entroncamento, das travessas do Jurunas e Sacramento. Para que Belém se assemelhasse às grandes metrópoles, como Paris e Rio de Janeiro, foi necessário melhorias na infraestrutura da cidade: tratamento do lixo, cadáveres, iluminação pública, distribuição de água, meios de condução, moradia e outros, a saber

Era preciso cuidar do lixo para que as ruas não ficassem cheias de restos de comidas e com um odor insuportável[...]Para isso, foi criada uma usina de incineração de lixo, um grande forno que existe até hoje no Bairro da Cremação[...] construiu-se também um necrotério às margens da baía do Marajó, para onde eram levados os cadáveres das pessoas. Além da preocupação com a higienização, outras ações foram feitas para urbanizar a cidade de Belém. Como dissemos, a urbanização passava também pelo embelezamento da cidade. Para isso, o governo construiu ruas largas, que receberam o nome de avenidas e boulevards. Além disso, fez o calçamento das ruas e a arborização da área urbana. (CANCELA, 2012, pp. 13-15).

Com o advento da República, o Estado obteve uma maior participação na renda referente aos negócios ligados à borracha, pôde decidir como aplicar melhor os impostos e assim, houve um avanço significativo no que diz respeito ao desenvolvimento urbano da cidade de Belém, Sarges (2010) ressalta que

Na dinâmica cidade de Belém, foram projetados, além do Porto de Belém, o Mercado Municipal do Ver-o-Peso (1901), o Hospital Dom Luiz e o Grêmio Literário (obras da colônia portuguesa) [...] O Arquivo e Biblioteca Pública (1894), o Theatro da Paz (1878), 43 fábricas (incluindo desde chapéu até perfumaria), 5 bancos, 4 companhias seguradoras, além da implantação da iluminação a gás, sob a responsabilidade da *Pará Electric Railway and Lighiting Co. Ltd.*, autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 5.780 de 26.01.1905. (SARGES,2010, p. 152).

Após a Independência do Brasil, o fluxo de emigrantes tomou um outro formato. Administradores, magistrados e outros funcionários com um poder aquisitivo considerável, deixam de vim para o país, abrindo espaço para a chegada

de emigrantes de origem humilde, em sua maioria, vinham custeados pelos seus próprios rendimentos, na condição de solteiros, deixavam suas famílias no outro lado do Atlântico, para tentar estruturar suas vidas num meio que estava em pleno desenvolvimento. Longe de parentes e amigos, num momento em que as comunicações eram demoradas e com poucas opções de entretenimento, os portugueses, ainda que vivendo em um lugar que se falava a mesma língua de sua terra natal, sentiam o distanciamento e a nostalgia das distâncias. Dessa maneira, nasceu a vontade de criar associações recreativas, de beneficência e os gabinetes de leitura, a saber:

Já em outras épocas, os portugueses haviam fundado as Misericórdias que a rainha D. Leonor semeara na Metrópole e que tão brilhantemente prosperam também na Índia e no Brasil, onde são mais conhecidas por “Santas Casas”, agora confiadas à administração de naturais dos respectivos territórios e gozando de proteção financeira dos poderes públicos. Quantos e quantos serviços tem prestado o Hospital da Santa Casa do Pará que teve como predecessor o Hospital dos Pobres fundado pelo carioca D. Frei Caetano Brandão que mais tarde viria a ser arcebispo em Braga. (BRITO, 1994, p.17)

É nesse contexto histórico, que nasce o objeto de estudo deste trabalho, a escola de ensino primário Filipa de Vilhêna do Grêmio Literário Português, fundada na Santa Maria de Belém do Grão Pará, em dezembro de 1921.

**Imagem 7:** Sede Social do Grêmio Literário Português



Fonte: Acervo Particular, 2018

O Grêmio Literário Português é uma das associações culturais mais antigas de Belém e possui a mais antiga biblioteca associativa. Ele foi criado em 29 de setembro de 1867 por iniciativa de um grupo de 64 portugueses, residentes na cidade, que se reuniram na Sede da Sociedade Portuguesa beneficente, no intuito de concretizarem uma agremiação de caráter cultural. A saber:

[...] Após trinta anos da fundação do Gabinete Real de Leitura ( GRL) no Rio de Janeiro ( 1837), o primeiro do país, fundou-se na antiga Santa Maria de Belém do Grão Pará o Grémio Literário e Recreativo Português (GRLP), a primeira entidade associativa lusa do Estado do Pará criada após a separação política administrativa entre Brasil e Portugal, ou seja, após a "independência" Esta instituição, que foi fundada com o nome de Gabinete Português de Leitura, "foi o quinto entre os gabinetes de leitura [...] (BRITO, 1994, p. 25)

O Grêmio Literário Português foi criado com a finalidade de concretizar a fundação de uma entidade de caráter cultural, e em uma reunião preliminar , realizada na benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará e presidida pelo senhor Francisco Antônio Cardoso, abaixo assinados portugueses concordaram em estabelecer na cidade, uma instituição que se denominaria Gabinete Português de Leitura, responsável por instruir os associados nas línguas nacional e estrangeiras e proporcionariam distração por meio de uma biblioteca e dos melhores jornais do país e estrangeiros. (BRITO, 1994. P.20). Segundo os estatutos aprovados em reuniões e sancionados pelo governador provençal em 20.12.1867, o Grêmio.

Instalou-se com cento e quarenta sócios, e procedeu-se a eleição da Diretoria provisória, cuja duração será até a conclusão dos referidos estatutos e que seriam aprovados pela Assembléia dos associados e pelo presidente da Província. Sairam eleitos os seguintes: Srs Presidente Francisco Antônio Cardoso; vice-presidente, Fortunato Alves de Souza; 1º secretário, Antônio José da Silva Leite; 2º Secretário, Augusto Gonçalves Pereira; tesoureiro, Gualter José ribeiro[...] os referidos estatutos foram sancionados pelo governador provincial por ato de 25 de novembro de 1867[...] (BRITO, p. 22)

Segundo Brito (1994) em 03 de abril de 1906, foi inaugurado a Sede Social do Grêmio, mais de duzentas pessoas participaram da inauguração do prédio, que foi presidida pelo Sr. Domingos barreira, Srs Governador do Estado e Cônsul De Portugal e o Sr Comandante Silva Ribeiro, para inaugurarem o retrato do rei D. Carlos I, saudado por muitas palmas. Passado um pouco mais de 15 anos, em 1923, a Diretoria do Grêmio na pessoa do Sr. Antônio Vieira Gonçalves de Freitas, adquiriu um prédio deteriorado pela ação do tempo, localizado na Travessa Frutuoso

Guimarães, e destinou esse espaço a um projeto de ampliação da sede social do Grêmio.

Quatro meses após sua fundação, o Grêmio já contava com 155 sócios, que pagaram joias de admissão e também suas mensalidades. Ressalta Brito que a honestidade e compromisso dos administradores do Grêmio aliados à quitação pontual das mensalidades manteve por muito tempo as portas do Grêmio abertas, como o próprio autor afirma

O Grêmio Literário e Recreativo Português, se conseguiu ultrapassar o 1º centenário foi porque nunca lhe faltou o apoio do corpo social e o impulso das suas Diretorias que, nas horas das grandes decisões, encontravam sempre homens empreendedores e entusiastas para que a associação levasse avante os seus planos inicialmente culturais e educacionais, posteriormente também recreativos. Aquelas figuras que muito trabalharam e lutaram pelo engrandecimento do Grêmio, receberam em épocas diferentes as devidas homenagens das Assembléias Gerais, que lhes conferiram os títulos de que eram merecedores como recompensa. (BRITO, 1994, p. 46).

Eugênio Leitão de Brito ressalta que no campo do ensino comercial, preparou jovens para o exercício da profissão, cita-se o curso de contabilidade, onde os alunos precisavam ser sócios obrigatoriamente, que dada as devidas proporções fez as vezes de um curso de nível superior para os cidadãos que não tinham condições de se deslocar para o Rio de Janeiro ou para Portugal para avançar nos estudos (BRITO, 1994, p. 69).

Mas também se dedicou ao ensino primário e secundário, em uma época onde as escolas de ensino primário existiam em pequena quantidade. Os alunos podiam utilizar-se da biblioteca, além dos ensinamentos que obtinham nas aulas. Também ofereceu aulas de inglês e francês, aulas de balé, além de cursos de contabilidade, aritmética, escrituração mercantil, datilografia, desenho, caligrafia e como um estabelecimento de ensino particular, manteve aulas de 1868 a 1951, quando extinguiu o curso primário (inteiramente gratuito), como também o curso de contabilista.

Após a conclusão dos Estatutos Sociais do Grêmio, a Diretoria do Grêmio, passou a se dedicar ao projeto de criação da biblioteca da instituição. Para isso, mobilizou o 2º secretário Sr Antônio José da Silva Leite, o qual se empenhou em realizar os contatos iniciais com pessoas que pudessem doar livros, visto que o comércio livreiro em Belém ainda era pouco desenvolvido (BRITO, 1994).

**Imagem 8:** Interior da Biblioteca Fran Paxeco



Fonte: acervo pessoal, 2018

E entre os principais fornecedores de livros estariam a Livraria Clássica de Belém e o livreiro Antônio Maria Pereira, indicado pelo 1º Secretário da instituição.

Tal livreiro se comprometeu e enviou uma primeira remessa de 86 volumes de livros e posteriormente seguiram-se outras remessas de livros ainda mais significantes, uma vez que fora nomeado correspondente do Grêmio em Portugal.

Além das remessas de livros viabilizadas pelos esforços constantes do Sr Antônio Maria Pereira, o GLP também fora beneficiado em 1896 pelo historiador João Lúcio de Azevedo, que ofertou 152 volumes e diversas obras escritas em francês e ainda recebeu do Instituto nacional do Livro no Brasil, um considerável volume de livros. Segundo Brito (1994), em 1929, o Grêmio recebera a mais volumosa oferta. Tratava-se da “Coleção Camiliana”, composta por 1.165 volumes e que ainda veio com suas respectivas estantes, uma importante doação da viúva do consórcio Arcádio Menezes e em 1942 o grêmio recebe das mãos do consórcio Leontino da Fonseca Martins, uma luxuosa obra de oito volumes encadernados que contam a importante História de Portugal.

A Biblioteca do Grêmio recebeu o nome de um notável sócio benemérito Dr. Fran Paxeco<sup>7</sup> (criptónimo adotado pelo diplomata em questão), batizado com o nome de Manoel Francisco Pacheco, foi cônsul de Portugal no Pará na década de 1920, atuou como professor, jornalista e escritor e muito se empenhou para

---

<sup>7</sup> Diplomata, professor, jornalista e escritor, nascido em Setúbal. Em 1895, associou-se ao Grêmio Literário e Recreativo Português, onde reorganizou a biblioteca em 1923, o Dr. Fran Paxeco foi nomeado cônsul de Portugal em Belém.

enaltecer o nome de sua terra natal no circuito cultural e literário de Belém do Pará e de São Luís do Maranhão.

É importante salientar que dentre os 40.000 volumes que compunham o acervo dessa biblioteca, segundo Brito (1994), há um acervo imponente de obras raras, que em um capítulo posterior, serão mais detalhadamente retratadas.

A biblioteca guarda obras valiosas e raras, entre as quais podemos citar um exemplar de “Maquiavel” editado em 1550, um exemplar raro de gramática; um luxuosamente editado em Belém por iniciativa de Artur Vianna, com os famosos sonetos de Camões dedicados a sua saudosa Natércia, escrita em diversas línguas e dialetos, como português, espanhol, francês, inglês, alemão, italiano, mirandês, catalão, etc.[...] “Coleção Camiliana”, que como já dissemos, inclui todas as obras que Camilo escreveu, prefaciou, traduziu, colaborou, assim como muitos livros que fazem referência ao famoso romancista que Bordalo Pinheiro, grande mestre da caricatura, pintou como “Fabricante de Livros”. [...] Outra obra que também julgamos constituir uma variedade de alto valor existente na biblioteca, é a “História Genealógica da casa Real Portuguesa” em 19 grossos volumes encadernados a couro com gravações douradas, de autoria de D. Antônio Caetano de Souza, clérigo Regular e acadêmico do número um da Academia Real. (BRITO, 1994, p. 63-64).

Como já fora exposto, os idealizadores dessa associação portuguesa, fundaram o Grêmio pensando almejando o progresso intelectual de seus associados e que mais tarde, esse desejo acabou por alcançar uma parcela menos favorecida da sociedade, ocupando-se em ofertar à população local, o ensino primário e secundário, em uma época em que as escolas secundárias do Pará existiam em pouca quantidade, como revela o fragmento extraído de um relatório de contabilidade do Grêmio: “É precisamente para o terreno profícuo do ensino que deve guiar-se a melhor e a maior atenção das futuras gerências da sociedade, porque é ali que reside o seu elemento essencial de vida, de progresso e até de triunfo” ( Relatório de Contabilidade do Grêmio Literário e Comercial Português, 1919/1920, p. 4).

Segundo Brito (1994), no ano de 1893, ministravam-se aulas avulsas (sem obrigatoriedade de matrícula) de português, francês, escrituração mercantil e aritmética. Porém em 1924, como sugeriu Dr. Fran Paxeco, essas aulas avulsas passaram a constituir um “Curso de Contabilista” que fora dividido em três anos, conforme a distribuição de disciplinas

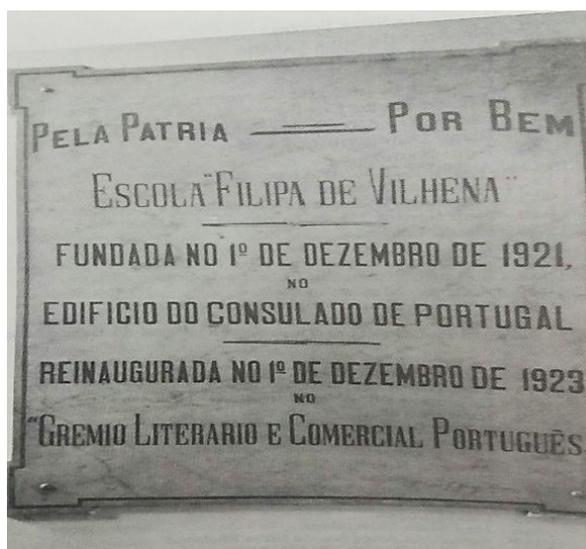
No 1º ano, seriam lecionadas nesse curso as disciplinas: português, desenho e caligrafia, aritmética, geometria, geografia comercial, francês e datilografia. No 2º ano: português, aritmética e álgebra, escrituração e contabilidade, francês, inglês,

história do comércio e estenografia. E, no 3º ano, as disciplinas: português, francês, inglês, álgebra, ciências naturais, escrituração e contabilidade, correspondência comercial, estenografia, direito comercial e aduaneiro.

Entre os professores designados a ministrar as disciplinas acima listadas, cita-se a importante atuação de Fran Paxeco como professor de Geografia Comercial e Aduaneiro, segundo Brito (1994), além de ensinar sem nada cobrar pelo serviço, ainda ajudava a pagar os outros professores.

Junto ao reconhecido “Curso de Contabilista” do Grêmio, têm-se o registro de uma escola primária, fundada em dezembro de 1921, que se destinava ao ensino de adultos, de forma gratuita, e que mais tarde, passou a acolher também menores. A discussão acerca dessa relevante instituição educativa, dar-se -á nos próximos capítulos deste trabalho.

**Imagem 9:** Sede Social. Comemoração da Escola Filipa De Vilhena



Fonte: Brito, 1994

### **2.3 O processo de regulamentação do Grêmio Literário Português**

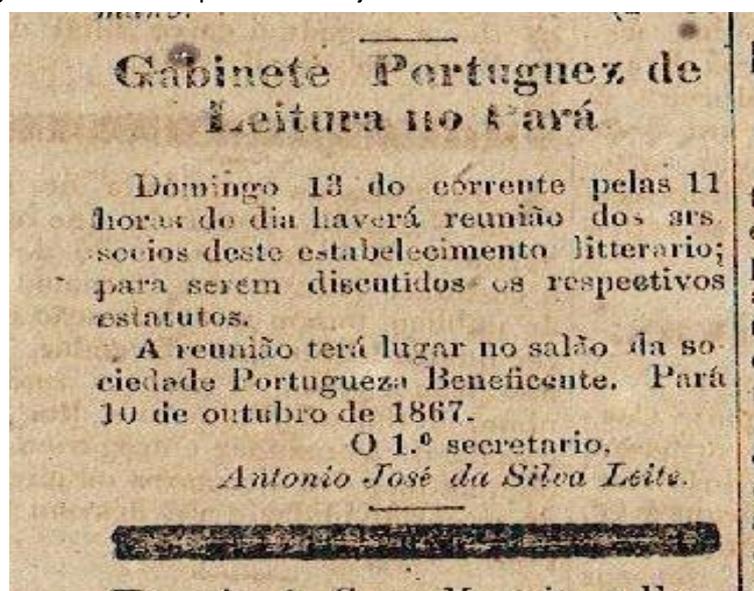
Brito (1994) menciona que a instituição foi criada primeiramente com o nome de Gabinete Português de Leitura no Pará, como bem informa a figura 10. Porém nas Assembléias Gerais, dos dias 13 e 27 de 1968, onde foram votados e aprovados os estatutos dessa agremiação, já era grafado o nome “Grêmio Literário”. Os estatutos que iriam nortear todo o funcionamento do Grêmio, foram elaborados em

menos de 15 dias, tamanha era a vontade de ver funcionar tal associação. Eles foram escritos pelo governador provincial vice-almirante Joaquim Raimundo de Lamare, por ato de 25 de novembro de 1867, a saber

“Carta de aprovação dos estatutos do grêmio Literário Português, como nela se declara.[...] Faço saber que, usando da faculdade que me é conferida na parte 2ª do art. 2º da lei no 1083 de 22 de agosto de 1860, e tendo em vista as disposições contidas nos decretos e regulamentos que têm baixado do Governo Imperial, aprovo os seguintes estatutos da Sociedade Grêmio Literário Português – estabelecido neta cidade, que foram submetidos a consideração desta Presidência pela diretoria provisória da mesma sociedade”. (BRITO, 1994, p. 23).

Segundo o jornal Diário do Grão Pará, de 10 de outubro de 1867, o Gabinete Português de Leitura no Pará convidou seus sócios a se reunirem no domingo 13 do corrente ano, às 11 horas da manhã, no edifício da Beneficente Portuguesa, que localizava-se no Largo das Mercês, para que se pudessem tratar da confecção e organização dos estatutos do Grêmio, como na notícia abaixo

**Imagem 10:** anúncio publicado no jornal Diário do Gram- Pará no ano 1867

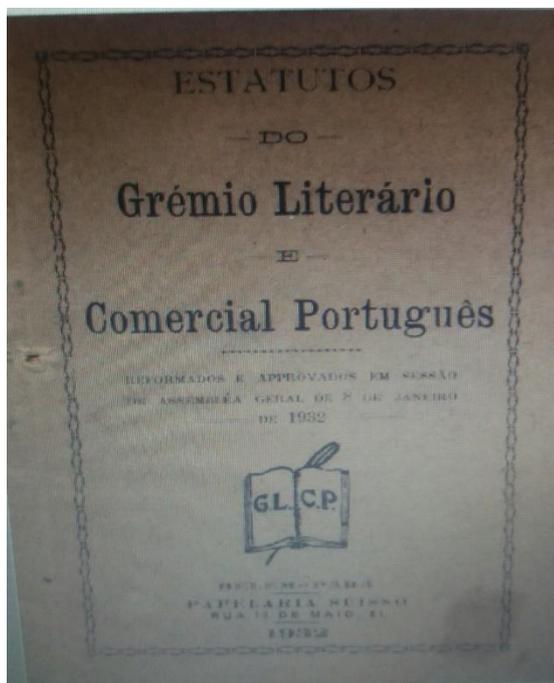


Fonte: Jornal Diário do Gram-Pará, 10/10/1867. P.3. col. 1. Assuntos diversos.

Segundo Brito (1994), em 01 de outubro de 1867, aproximadamente 3 meses após a fundação do Grêmio, uma notícia fora publicada no Diário do Grão Pará, versando sobre o Gabinete Português de Leitura, a saber

Foi sob lisonjeiro aspecto que teve lugar no domingo último a reunião de sócios desta nova associação no edifício onde funciona a Sociedade Portuguesa Beneficente, para tratarem da eleição da mesa provisória e da confecção dos estatutos para a mesma associação. Uma vez votados os estatutos e devidamente aprovados em reuniões de 13 e 27 de outubro, sancionados pelo governador provincial em 20.12.1867. Impressos os estatutos, a Diretoria provisória renunciou, mas foi reeleita como substituição do 2º secretário que passou a ser João da Silva Leite a quem coíbe a tarefa de organizar a biblioteca. Instalou-se com cento e quarenta sócios, e procedeu-se a eleição da Diretoria provisória, cuja duração será até a conclusão dos referidos estatutos, depois de aprovados pela Assembléa dos associados e pelo presidente da província. Saíram eleitos os eguintes: Srs. Presidente, Francisco Antônio Cardoso; vice-presidente, Fortunato Alves de Souza; 1º Secretário, Antônio José da Silva Leite; 2º Secretário, Augusto Gonçalves Pereira; Tesoureiro, Gualter José Ribeiro. (BRITO, 1994, p. 22).

**Imagem 11:** Capa do Estatuto do Grémio Literário Português. 08/01/1932



Fonte: Centro de Memória da Amazônia

Não tive acesso durante a realização da pesquisa aos primeiros estatutos do Grémio Literário Português, e sim concentrei minhas análises no estatuto do GLP, do ano de 1932. E de acordo com os Estatutos do grémio Literário Português, reformados e aprovados em sessão de Assembléa Geral de 08 de janeiro de 1932, a finalidade dessa associação era de “proporcionar aos seus associados em geral informações, instrução e recreio, facultando-lhes a leitura de bons livros”, mas também de jornais e folhetins internacionais e nacionais. (ESTATUTOS DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS, 08/01/1932, p. 3).

A finalidade de proporcionar instrução aos seus associados é ratificada nos incisos 3º e 4º do Art 1º, que menciona que o Grêmio teria o dever de “criar e manter aulas de instrução primária, de contabilidade, escrituração mercantil, português, caligrafia, datilografia, aritmética e correspondência oficial” e também ainda proporcionaria o ensino das línguas francesa e inglesa. (ESTATUTOS DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS, 08/01/1932, p. 4).

No capítulo II, referente aos sócios, a sociedade diz admitir seis tipos de sócios de qualquer sexo: “Efectivos, Beneméritos, Honorários, Correspondentes, Inactivos e Assinantes”. Os sócios efectivos são todos aqueles que “regularmente admitidos, estiverem obrigados ao pagamento da quota mensal estabelecida”, os Beneméritos correspondem aos sócios que “concorrerem para o desenvolvimento e prosperidade da associação[..] ou que lhe fizerem donativos importantes[...] ou promoverem, efetivamente, a admissão de mais de cinquenta sócios”. Os sócios honorários correspondiam aos ocupantes de altos cargos no poder, como: “Governador do Estado, Prefeito de Belém, Diretor da Instrução Pública, Diretor da Biblioteca Pública, Presidentes da Associação, cónsules portugueses neste estado e pessoas de qualquer nacionalidade e residência, que tendo prestado valiosos serviços à sociedade ou aos fins para que ela se constituiu tenham merecido essa distinção”. Os sócios correspondentes eram pessoas que mesmo residindo fora do estado, pudessem prestar serviços à sociedade, como também os presidentes das sociedades literárias, nacionais e internacionais. E, por fim, têm-se o sócio inactivo, que correspondia ao “contribuinte que tenha de ausentar-se deste Estado por mais de três meses, estando quite com o cofre social e tendo comunicado sua ausência á diretoria”. (ESTATUTOS DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS, 08/01/1932, p. 5).

No capítulo IV, que disserta sobre os deveres e direitos dos sócios assinantes, um fato chama atenção no que diz respeito à utilização do espaço do gabinete de leitura do Grêmio, quando diz ser direito do sócio efetivo, que esteja quite com o pagamento de suas mensalidades, “Frequentarem o edifício social podendo utilizar-se dos livros e revistas existentes na biblioteca, desde que não frequentem as aulas; utilizarem-se dos referidos livros, salvo daqueles cuja saída não possa ser permitida, para leitura domiciliária, uma vez que não frequentem as aulas. E, inscreverem-se nas aulas mantidas pela Sociedade, podendo, também, inscrever seus filhos menores de 8 a 12 anos”. Pela redação do texto, não fica muito claro, mas pode-se levantar a hipótese de que os sócios efetivos que estivessem

matriculados em aulas no Grêmio, encontrariam uma certa restrição no espaço da biblioteca. (ESTATUTOS DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS, 08/01/1932, p. 12).

No capítulo VI, que se refere à Assembleia Geral, têm-se a composição de seus membros, que seriam os sócios que estivessem quites com suas mensalidades e quando na condição de sócio efetivo, não estivesse desempenhando nenhuma função remunerada na associação. Essa Assembleia se reuniria “na séde da Sociedade[...] e sua convocação

Será feita por anuncio no jornal de maior circulação desta cidade, publicado cinco vezes, pelo menos, num intervalo não inferior a oito dias. O anúncio convocatório indicará o motivo da reunião e designará o local, dia e hora em que esta deve ter lugar. (ESTATUTOS DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS, 08/01/1932, p. 13-14).

Já no capítulo VIII, têm-se a descrição da Diretoria do grêmio e suas principais finalidades. No artigo 65º do referido capítulo, vemos que a diretoria do Grêmio era composta por um “presidente, vice-presidente, dois secretários, um tesoureiro, seis diretores e seis suplentes”; porém não havia remuneração pecuniária ao cargo de membro da diretoria, fato que possibilitava mais de uma eleição consecutivamente. E entre suas atribuições principais, situavam-se a

Gerência económica da sociedade, a guarda fiel destes estatutos, regulamentos e mais deliberações da Assembléa Geral[...], elaborar no final da gestão, o orçamento da receita e despesa para o ano seguinte, arrecadar com todo zelo, a receita da Sociedade e não determinar despesas, quer ordinárias, quer extraordinárias, que não estejam devidamente autorizadas, admitir e demitir livremente, os professores e empregados que forem indispensáveis para a execução dos serviços sociais, fixando-lhes os respectivos ordenados[...] esforçar-se pela satisfação e execução dos fins associativos, promovendo conferências e tudo quanto possa concorrer para o engrandecimento e prosperidade do Grémio, empregando os meios que forem convenientes e oportunos, fazer aquisição de novos livros, revistas e outras publicações de interesse[...]Organizar um relatório e as contas relativas ao período da sua administração, fazendo constar do relatório o estado em que se encontra a biblioteca, número de obras ou volumes nela existentes e seu estado de conservação, propondo medidas que julgar necessárias no sentido de melhora-la e apresenta-lo à Assembléa Geral, [...]. (ESTATUTOS DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS, 08/01/1932, p. 23-25).

No capítulo IX, observa-se a descrição da Comissão de Exame de Contas, que deveria ser composta de três membros ativos da sociedade, que fossem eleitos

anualmente pela Assembléia geral que se realizara em novembro. Essa comissão, tinha por finalidade

“examinar no decurso do ano e na época final de cada administração, todos os livros da escrituração, talões da receita, documentos da despesa, bem como o balanço geral, tudo do período administrativo a que a comissão pertencer, emitindo parecer escrito que a directoria exhibirá à Assembléa Geral” (ESTATUTOS DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS, 08/01/1932, p. 32).

Finalizando os estatutos, têm-se o capítulo XI e XII, os quais versam, respectivamente, sobre as finanças sociais e as disposições diversas e transitórias do Grêmio. Acerca das finanças sociais, o artigo 99º, diz serem rendas fixas e adventícias da associação “as anuidades dos sócios e remissões, o produto da venda de estatutos e regulamentos, bem como das certidões e outros documentos sujeitos a pagamentos, fornecidos pela secretaria ou qualquer renda eventual, a renda proveniente de alugueis das dependências do edifício social que tiverem sido arrendadas”. E no artigo 103º, há a descrição do patrimônio social do Grêmio que se constituía como capital fixo, seriam eles “ Os prédios da Sociedade, da Bibliotéca, dos moveis, utensílios e alfaias existentes e dos que de futuro adquirir”. (ESTATUTOS DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS, 08/01/1932, p. 35).

No capítulo final, das disposições diversas e transitórias, mais precisamente nos artigos 113º e 114º, a redação dos textos evidencia o intuito que o grêmio tinha de enaltecer a cultura de Portugal, como anteriormente foi exposto na parte introdutória desse texto. No artigo 113º fica registrada a sugestão de uma comemoração na passagem da data de inauguração da Sociedade, eis o texto original: “Sendo a fundação do Grémio a 29 de setembro, deve a sua directoria comemorar sempre que lhe seja possível esta data” e no artigo 114º, têm-se a forma como o estandarte social do Grêmio deveria ser representado, a saber “ O estandarte social será das côres da bandeira portuguesa, colocadas em diagonal, tendo no centro, em lugar do escudo, um livro aberto e as iniciais G. L. C. P. (ESTATUTOS DO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS, 08/01/1932, p. 37).

Ainda sobre as comemorações que eram realizadas no Grêmio, é possível perceber que desde a sua fundação, a sociedade sempre procurou estabelecer um vínculo com os festejos da vida portuguesa e luso-brasileira, validando assim a finalidade cultural e patriótica, com que fora criado, conforme Brito

“[...]sabe-se que se festejam com frequência as datas, da Descoberta do Brasil, de 10 de junho como “Dia de Camões”, o 14 de agosto referente a Batalha de Aljujarota ou 1º de dezembro de 1640 relativo à Restauração da Independência de Portugal. Com o decorrer o tempo foram surgindo outras datas e outros motivos para festejar, como a entrega anual dos diplomas aos alunos que concluíam os cursos, bem como os prêmios a que faziam jus àqueles que mais se distinguiam” (BRITO, 1994, p. 95).

A sociedade gremista teve em 1870, sua mais antiga cerimônia, que homenageou, em uma cerimônia realizada na catedral da Sé (homenagem aos falecidos da Guerra do Paraguai) a chegada dos voluntários paraenses na Guerra do Paraguai, à Belém. Já em abril de 1876, ocorreu nos salões do grêmio, uma exposição em homenagem à passagem da Família Imperial Brasileira pela província do Pará. Além dessas comemorações, outros festejos foram promovidos pelo GLP, situação que vemos com mais detalhamento nos capítulos adiante.

### 3 ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA: UM ENSINO GRATUITO NO GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS

Nesta seção abordo a criação da Escola Filipa de Vilhêna, a princípio destinada ao ensino primário de adultos, inaugurada em 1 de dezembro de 1921, que inicialmente funcionou nas dependências do Consulado de Portugal no Pará, mas teve sua sede transferida para o Grêmio em 1923, onde manteve suas atividades educativas até o ano de 1951. E, na tentativa de compreender a época em que fora inaugurada tal escola, faz-se necessário um breve relato do momento histórico onde se desenhou e concretizou essa ação educativa por parte do Grêmio Literário Português, em Belém do Pará.

Após o período imperial, o Brasil republicano necessitava encontrar maneiras de construir um discurso que acrescentasse credibilidade a esse novo regime. Diversas foram as estratégias eleitas pelos republicanos que visavam atingir esse objetivo. Nesse trabalho, é interessante voltar a atenção para a forma como a educação passou a ser pensada pelo governo republicano.

Fez-se necessário pensar um modelo de educação que fosse contrária ao modelo que vigorava no governo imperial, que apresentasse direcionamentos firmados nos moldes da moderna ciência pedagógica, os quais abarcariam os métodos de ensino, a formação de professores, a instrução dos alunos, fossem eles mulheres ou homens.

Como parte desse processo de afirmação de um novo regime, tudo o que remetesse às práticas ou a resultados do modelo de educação que vigorou no Brasil imperial, deveria ser visto como um atraso no desenvolvimento do país. Como bem afirma Schueler e Magaldi

Zombando do passado, as escolas imperiais foram lidas, nos anos finais do século XIX, sob o signo do atraso, da precariedade, da sujeira, da escassez e do “mofo”. Mofadas e superadas estariam idéias e práticas pedagógicas – a memorização dos saberes, a tabuada cantada, a palmatória, os castigos físicos etc. –, a *má* formação ou a ausência de formação especializada, o tradicionalismo do *velho* mestre-escola. Casas de escolas foram identificadas a *pocilgas*, *pardieiros*, *estalagens*, *escolas de improviso* – impróprias, pobres, incompletas, ineficazes. (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 35)

A escola assume assim, um papel de protagonista no projeto de desenvolvimento e fortalecimento do ideário republicano.

Os grupos escolares, surgem nesse cenário, como uma forma de propagar uma educação que correspondesse às funções primárias para que foram pensados. Instalados em várias cidades, dos mais diversos estados do Brasil, os prédios eram altamente valorizados, no que diz respeito à localização e arquitetura; e acrescentavam à escola primária a função primordial de repassar e manter os valores sociais, políticos e morais do regime republicano.

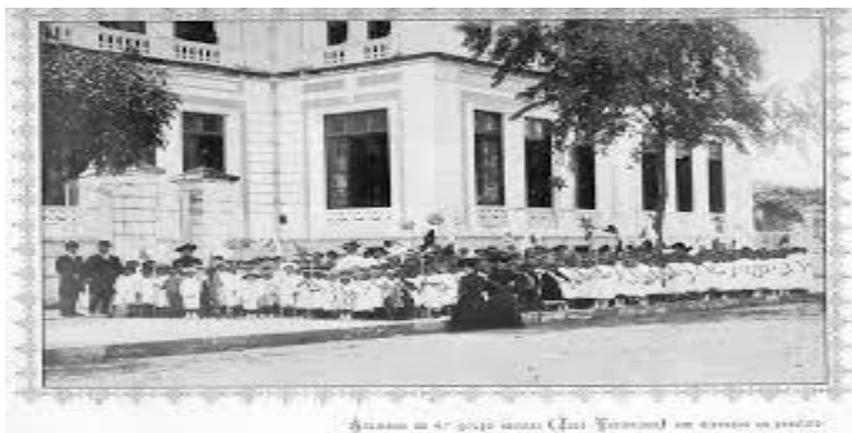
No Pará, o decreto de nº 625, de 02 de janeiro de 1899, do então governo de José Paes de Carvalho, ressaltou que o ensino primário seria oferecido às crianças nas dependências dos Grupos Escolares, como explicita o trecho abaixo:

O Governo do Estado usando da autorização que lhe foi concedida pela lei n. 593 de 25 de Junho do ano findo, resolve decretar a reforma do ensino primário do Estado, mandando que se observe o *Regulamento Geral do Ensino Primário* que com este baixa. [...]

Art. 84 – Nos distritos escolares da capital e nas sedes dos municípios nos quais houver pelo menos quatro escolas de ambos os sexos, no raio fixado para a obrigatoriedade, o Governo poderá reuni-las e fazê-las funcionar em um só prédio<sup>3</sup> (PARÁ, Regulamento da Instrução Pública - Decreto n. 625 de 2 de janeiro de 1899, p. 04, 24).

Porém, somente em 1901, concretizou-se a instalação do primeiro grupo escolar da cidade de Belém, chamado José Veríssimo, nome escolhido para render homenagem ao Diretor da Instrução Pública do Estado do Pará, nos anos de 1890 a 1891, que teve a vida dedicada às questões de educação. Segundo França (2013), em seu artigo intitulado “A implantação dos Grupos Escolares no Estado do Pará”, foram criados no estado do Pará, vinte e cinco grupos escolares, onde a grande maioria funcionava no interior do estado, no período correspondente aos anos de 1899 a 1905.

**Imagem 12:** Grupo Escolar José Veríssimo

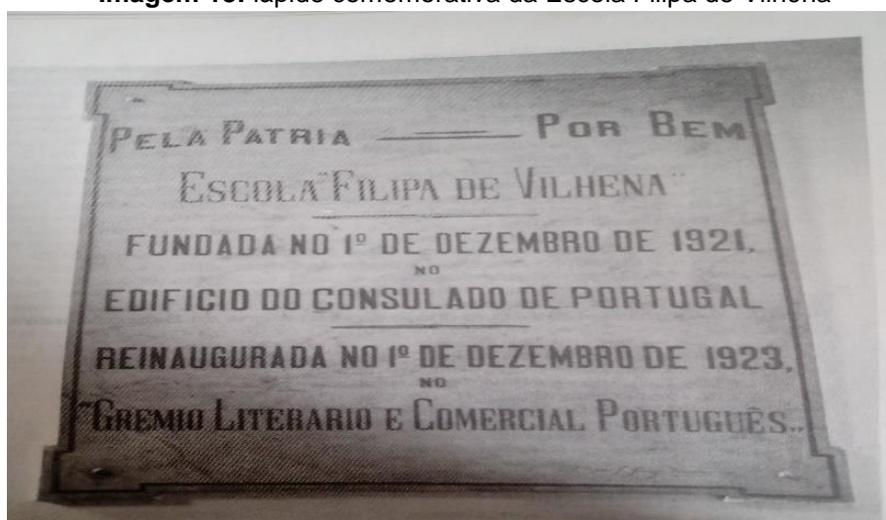


Fonte: belemantiga.blogspot.com

Isso implica a reflexão, acerca do quanto foi importante para a cidade de Belém, nos anos de 1920, a criação de uma escola primária que funcionaria, de forma gratuita, nas dependências de uma biblioteca que continha um expressivo acervo de livros, onde além de estudar, os alunos poderiam consultar os livros e impressos contidos naquele espaço de instrução.

### 3.1 A Inauguração da Escola Filipa de Vilhêna

**Imagem 13:** Lápide comemorativa da Escola Filipa de Vilhêna



Fonte: Brito, 1994.

Os anos de 1900 foram muito importantes no que diz respeito ao desenvolvimento da instrução pública no Pará. No governo de José Paes de Carvalho, não totalizava uma dezena, o número de escolas primárias no Pará. Com a nova gestão em 1901, pelo então governador Augusto Montenegro, esse número sobe consideravelmente, somando um total de 36 grupos por todo o estado, visto que nesse momento, as políticas sociais encontravam-se voltadas à construção de instituições escolares que pudessem reunir um grande número de alunos, preferencialmente nos povoados mais centrais; suprimindo assim as unidades de ensino fixadas nos interiores, a saber

A legislação estabeleceu que os grupos escolares seriam criados preferencialmente nos distritos escolares da capital e na sede dos municípios, onde o poder público municipal fornecesse prédios apropriados para o seu funcionamento ou terreno amplo para a sua edificação, devendo atender no máximo trezentos alunos de ambos os sexos(...) Convém

destacar que a instrução pública primária era obrigatória para os meninos de 7 a 14 anos e para as meninas de 6 a 12 anos. (FRANÇA, 2013 p. 6)

Ao pensar sobre o exposto acima, faz-se necessário um retorno do olhar ao contexto econômico dessa referida época. No plano da economia, a política de exportação da borracha, no Pará, já nos fins dos Oitocentos, correspondia a maior parte dos rendimentos do estado. Porém, em 1910, diante de uma grave crise financeira, motivada pela queda no preço de exportação de borracha, o governo paraense elencou algumas esferas da sociedade que deveriam sofrer alterações em seu funcionamento e estrutura orçamentária. A esse respeito, Sarges menciona que

(...) para se ter uma ideia do colapso, basta ver que em 1910 a exportação da borracha atingia uma soma de 134.958 contos de réis, traduzida em 34.248 toneladas, e três não depois não atingia sequer 70.000 contos de réis, o que significou uma queda de mais de 2.000 toneladas, face aos baixos preços do mercado internacional.(...) a queda da comercialização da borracha é explicada por vários fatores, como a grande rentabilidade da haveicultura do Oriente; a falta de uma classe política local que brigasse pelos interesses da região; o descaso do Poder Central e as vultosas remessas de lucro para o exterior. (SARGES, 2010, p. 133)

Por coincidência ou não, justamente no ano de 1921, ano da inauguração da Escola Filipa de Vilhêna, o então governador do estado do Pará, Antonino Emiliano de Sousa Castro, dentre diversas medidas de cortes nos cofres públicos de sua gestão, resolve extinguir sete escolas que funcionavam em Belém, como também restringir os incentivos financeiros que eram repassados aos demais grupos escolares e as escolas situadas no interior do estado, alegando para isso, a considerável porcentagem reduzida de frequências dos alunos nas escolas, conforme Coelho (2008).

Dessa maneira, é possível perceber que a oferta de grupos escolares na cidade de Belém e de escolas isoladas que ainda existiam no interior, não contemplavam o número de pessoas que precisavam dessa instrução primária, e também pode-se afirmar que a grande parte afetada por esse quadro educacional, foi a população que residia no interior, que somava a maior parte da população do estado. E que além do difícil acesso à escola, outros problemas também acometiam essa população e dificultavam ainda mais a frequência dos alunos nos espaços de instrução, fossem eles grupos escolares ou escolas isoladas, como no excerto abaixo

A precariedade do espaço físico onde funcionavam as aulas e a frequência irregular dos alunos à escola, eram queixas comuns dos professores e se repetiam constantemente. No município de Gurupá, localizado na Ilha do Marajó e distando 348 quilômetros de Belém, a maioria dos alunos matriculados na escola da sede do município não comparecia às aulas. A professora justificava as ausências pelo fato de uma grande parte das crianças da região estar com verminoses. (COELHO, 2008, p. 23)

Na cidade de Belém, o quadro não era tão diferente, a crise da borracha, acarretou um empobrecimento social ainda maior aos que já se encontravam em situação de pobreza, e alterou a colocação social das famílias que foram beneficiadas e promovidas a um nível social mais expressivo, pela política de aviamento da borracha.

Nas ruas da cidade era possível perceber que a prosperidade da capital, encontrava-se comprometida, ruas tomadas de lama, construções insurgentes, constante racionamento de energia elétrica, água encanada, lixo e etc, tudo sentia os efeitos da queda da economia gomífera no Pará; faltando mencionar o crescimento demográfico acentuado nos anos de 1920, fato que comprometeu ainda mais a dinâmica da cidade, uma vez que os serviços urbanísticos não contemplavam as necessidades da população.

Quanto ao panorama da educação no estado, a situação também não era das melhores, diversos problemas assolavam o ensino nas escolas, como falta de transporte público, reduzido número de professores, ausência de carteiras e salas de aula deterioradas, sem condições de uso etc, como bem mencionou Sarges (2010).

E é justamente nesse período, que o GLP implementa o ensino primário gratuito, na capital do estado do Pará, onde já mantinha outras atividades educacionais, como cursos profissionalizantes e de línguas estrangeiras, por exemplo. Iniciativa reconhecida por Fran Paxeco<sup>8</sup>, cônsul de Portugal no Pará, que lembrou em uma oportunidade que o Grêmio, “era o único Gabinete Português de Leitura, do Brasil, que além de biblioteca, também se dedicava ao ensino primário e secundário, o que era deveras importante principalmente na época em que se iniciaram”. (BRITO, 1994).

---

<sup>8</sup> Dr. Manoel Francisco Pacheco, cônsul de Portugal no Pará, na década de 20. Nascido em Setúbal, a 9 de março de 1874. Em 1995, associou-se ao Grêmio Literário e Recreativo Português, cuja preciosa biblioteca reorganizou. Brito, Eugênio Leitão de. *Fran Paxeco no Brasil*, Belém, Grêmio Literário e Recreativo Português, 1994. 49p.

Na fonte eleita intitulada *Grêmio Literário e Comercial Português. Dois Relatórios (Apresentados em 29 -setembro -1925 e 29-setembro-1926)* de 1926, percebe-se logo nas primeiras páginas do relatório, o nítido interesse dos portugueses em investir em educação, mas de uma forma particular, seguindo preceitos de uma cartilha que deveria nortear as instituições educativas que se encontrassem fora de Portugal; como no excerto de Reinaldo Montóro, membro significativo do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro

Pensava assim, em 1880, o incansável e lúcido comprador: - “ Para que esta índole complexa, enérgica e ousada( a do espírito americanizado, mas latino, idealista) não decáia em breve, para que não venha confundir-se no cosmopolitismo insulso, que abastarda já o reino, e o prepara, decapitado, para desaparecer da Európa Latina, é preciso que haja um centro de ensino, de transmissão de idéas, de gosto literário e artístico, das mais elevadas aspirações de predomínio intelectual, pela nobreza das aptidões e da educação” ( Dois Relatórios, 1926, p. 4) i

Dessa maneira, outros espaços de sociabilidade e de leitura, implementados por iniciativa portuguesa, também absorveram esse pensamento de perseverar pelo ensino. E como exemplo disso, têm-se a criação do Liceu Literário Português, no ano de 1864, que funcionou de 1868 (um ano da fundação do GLP no Pará) até os anos de 1964, na cidade do Rio de Janeiro; intentando a oferta de um ensino que atingisse as camadas mais baixas da sociedade carioca, a saber

No Rio de Janeiro, o Liceu foi criado com a finalidade de ofertar aulas noturnas gratuitas a jovens portugueses e à população adulta local, partindo da premissa de tentar amenizar o problema do analfabetismo na Capital do Império, sendo esse um problema debatido corriqueiramente na comunidade portuguesa. (PAIXÃO, 2017, p. 65-94).

No decorrer da pesquisa, nos diferentes arquivos e bibliotecas, eleitos previamente como locais de busca das fontes documentais que iriam compor essa investigação, verificou-se acerca dessas outras ações educativas que o GLP realizou desde a sua fundação até os anos de 1951, como afirmou Brito (1994), que mesmo antes da implantação do ensino primário na Escola Filipa de Vilhêna, o ensino de outras disciplinas já era ofertado pelo Grêmio.

Brito (1994) enumera alguns documentos como balancetes de tesouraria e em algumas atas de diretoria<sup>9</sup>, que deixam claro que naquele espaço de leitura, que

---

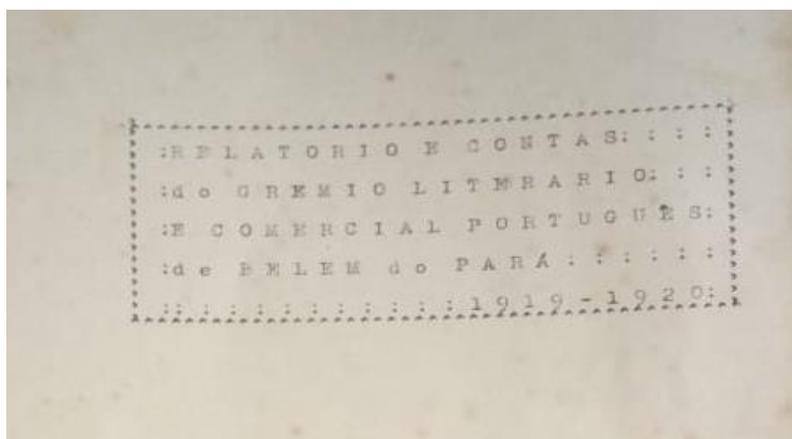
<sup>9</sup> Na pesquisa realizada na Biblioteca do GLP, alguns livros de atas e relatórios foram perdidos com a reforma que o gabinete passou na década de 90, e outros documentos que possivelmente poderiam

era o Grêmio, também ocorreu o desenvolvimento de diversas práticas educativas, a saber

A partir do mês de maio de 1868, a poucos meses de fundação, estão contabilizados pagamentos de honorários ao professor de francês e inglês, na importância de RS 50\$000 por mês. Os referidos documentos contábeis, não mencionam o nome do mestre, mas na cópia duma carta da diretoria datada de 21.01.1870, verificamos que nessa data era o Sr. Clésio de Mello e Albuquerque que se encontrava enfermo e que foi substituído nas aulas de francês pelo presidente do Grêmio Visconde Sanches Frias, durante o impedimento do titular(...) no período letivo de 1893 funcionavam as aulas de português, francês, escrituração mercantil e aritmética, que eram avulsas, isto é, não tinham ligação obrigatória, podendo o aluno matricular-se na disciplina que desejasse estudar. (BRITO,1994. P.69-70)

Felizmente, foi possível localizar uma fonte intitulada *Relatório de Contabilidade do Grêmio Literário e Comercial Português 1919-1920*, onde pôde-se verificar algumas informações relevantes que abordavam diretamente a questão das práticas educativas que foram desenvolvidas pelo Grêmio. Nesse relatório, constam informações acerca das aulas, dos professores, dos exames e de algumas conferências que ocorreram nesse referido período, um ano antes da inauguração da escola Filipa de Vilhêna.

**Imagem 14:** Relatório de Contabilidade do Grêmio Literário e Comercial Português de Belém do Pará. 1919-1920



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2019.

As primeiras informações desse relatório, apontam justamente para a maneira como os administradores do Grêmio, enxergavam a questão do ensino nesse espaço de leitura, e diz que “é precisamente para o terreno profícuo do Ensino que deve guaiar-se a melhor e maior atenção das futuras gerências da Sociedade,

---

conter informações a respeito desse período educacional do Grêmio, já não são mais passíveis de consultas, segundo informações da bibliotecária local.

porque é ali que reside o seu elemento essencial da vida, de progresso e de triunfo” (RELATÓRIO DE CONTABILIDADE DO GLCP. 1919-1920, p. 2).

Ainda no relatório, percebe-se que há uma chamada de atenção no que diz respeito aos investimentos financeiros que estavam sendo feitos para assegurar as aulas no Grêmio, como também a qualidade desse serviço, o relator<sup>10</sup> discorre sobre essa questão, apontando as seguintes informações

Adaptados os magníficos salões da sede às exigências da pedagogia, elaborado um salutar plano de instrução e de educação que abranja a frequência de alunos de ambos os sexos, com professores competentes em todas as classes, mas especialmente nas de “português”, prolongado e metodizado o período do ano letivo, o Grêmio sentirá extinguir de vez o peor estorvo do seu engrandecimento” (RELATÓRIO DE CONTABILIDADE DO GLCP. 1919-1920, p. 2).

A partir dessa citação, pôde-se perceber que a questão da frequência dos alunos nas aulas do Grêmio, era também alvo da preocupação de seus gestores. Durante essa pesquisa, não foi possível encontrar elementos que revelasse o número de alunos matriculados nas aulas oferecidas por essa instituição, documentos que guardavam esses dados e outros como diários de classe, registro de empréstimos de livros etc, já não se encontravam na biblioteca do GLP. Porém, de acordo com Brito (1994), em alguns documentos que teve acesso na década da pesquisa para o livro que pretendia lançar a respeito da história dessa instituição, o número de alunos matriculados não era significativo para os tempos de hoje, no caso, ele se referia aos anos entre 1895 e 1910, porém considerava relevante para a época, a saber

No ano letivo de 1895, conseguimos obter alguns elementos sobre as matrículas dos alunos que foram os seguintes: francês 24, português 32, escrituração mercantil 37. No ano de 1904 não funcionaram as aulas, “ por motivos econômicos”, certamente devido aos gastos com a construção do edifício da sede social, iniciada no ano anterior e concluído em 1906. Uma vez inaugurada a nova sede social, voltaram a funcionar as aulas que no ano de 1907 puderam contar novamente com o ensino da língua inglesa, no entanto houve pouca concorrência de alunos: 96 português, 64 contabilidade, 19 inglês(...) No ano de 1910 as matrículas atingiram 101 alunos. (BRITO, 1994, p. 72).

---

<sup>10</sup> A fonte documental intitulado “Relatório de Contabilidade do Grêmio Literário e Comercial Português de Belém do Pará. 1919-1920”, encontrava-se com uma contracapa, seis laudas de conteúdo e sem a informação acerca da identidade do relator desse documento. Dessa maneira, nesse trabalho, ao citarmos o autor desse relatório, usar-se-á o termo “relator”.

Já no que diz respeito as disciplinas que eram ofertadas no Grêmio, no período em que compreende a fonte eleita para esse trabalho, encontra-se o registro de aulas de Português (primeira e segunda classes), Escrituração Mercantil, Caligrafia, Inglês, Aritmética (primeira e segunda classes) e Dactilografia, tendo como professores, os respectivos senhores: Antônio Bessa Lopes, João José Teixeira Marques, Adalberto Lassance Cunha, José de Freitas Junior, João Vieira Gonçalves, e as senhoras D. Maria da Gloria Coutinho de Oliveira e D. Raquel Teixeira Gil.

Dessa maneira, pôde-se perceber que o ensino de Português, como também de Caligrafia, surge como uma necessidade primeira dentro do processo de escolarização dos alunos no Pará e o Grêmio não se mostrou indiferente a essa questão. De acordo com Coelho (2008), o panorama do analfabetismo no Brasil, como também no estado do Pará, sob o olhar das autoridades políticas da época, era visto como um impasse no processo de civilização desse público, e quanto à situação demográfica desse estado, a autora ressalta que

Em 1920, a população paraense cresceu para 445.356 pessoas, sendo que sabiam ler e escrever 11.879 homens e 41.786 mulheres. Nesse ano a população adulta do Pará, ou seja, maior de quinze anos, apresentava um índice de analfabetismo de 58,23%. (...) Apesar do crescimento proporcional do número de alfabetizados no Pará do final do século XIX às décadas de 1920-1930, deve-se considerar que a estatística do IBGE incluía aqueles que liam e que escreviam mal ou nunca se utilizaram da leitura de um livro e apenas assinavam seus nomes. Portanto a cruzada do analfabetismo tornou-se imperativa. (COELHO, 2008, p. 38).

Quanto ao segundo item do relatório denominado Exames, o relator disserta sobre o regular número de estudantes que prestaram os exames finais nas disciplinas Português e Escrituração Mercantil, e afirma ser importante para o nome das Aulas do Grêmio, a realização dessas provas e o prolongamento do período letivo para todos os alunos, até o mês de novembro, a saber

A duração das lecionações do grêmio, indo apenas de fins de fevereiro a 20 de setembro, com duas aulas semanais, não descontando os feriados que coincidem com os respectivos dias e as faltas por motivos justificados ou não, de professores e de alunos, é insuficientíssima e tem redundado numa completa ineficácia. É parecer nosso que o ano letivo deve iniciar-se em comêços de fevereiro e prolongar-se até fins de novembro. ((RELATÓRIO DE CONTABILIDADE DO GLCP. 1919-1920, p. 2).

Acredita-se que a partir dessas informações, é possível estabelecer uma linha de entendimento no que diz respeito ao período em que fora inaugurada a escola Filipa de Vilhêna, uma vez que tal fonte, data do ano que antecedeu esse evento.

### 3.2 A constituição do Estatuto da Escola “Filipa de Vilhêna”

Durante a pesquisa realizada na biblioteca do GLP, na intenção de buscar informações acerca da criação dessa instituição escolar de ensino primário (Escola Filipa de Vilhêna) que funcionou nas dependências do GLP, surpreendentemente, pude encontrar um documento intitulado *Auto Inaugural e Livro de Actas da Escola Filipa de Vilhêna fundado em 1 de dezembro de 1921*, um caderno de quinze laudas que traz informações acerca da estrutura e funcionamento dessa escola, não ainda reveladas por estudos anteriores a essa pesquisa, de acordo com a pesquisa bibliográfica realizada para esse estudo.

**Imagem 15** : Capa do Auto Inaugural e Livro de Actas da Escola Filipa de Vilhêna



Fonte: Acervo da pesquisa.

Segundo Castanho (2005 p.40) uma “instituição educativa é um termo mais amplo e abrange não somente a escola, como a conhecemos, no seu envolver histórico, mas também outras formas societais duradoras em que se desenrola o processo de transmissão cultural”. Como é o caso do Grêmio Literário Português de Belém do Pará, que além de um espaço de leitura, lazer e congregação, também se ocupou da importante missão de educar homens e mulheres daquela época.

No Auto da Inauguração da Escola “Filipa de Vilhêna”, fundada pelo Consul da Republica Portuguesa, Sr Gonçalo de Vasconcelos Figueiredo da Guerra Mourão, nº 1º de dezembro de 1921, em comemoração da data histórica da Reestruturação de Portugal, segue inicialmente a seguinte redação

No dia um de dezembro de mil novecentos e vinte um, as onze horas, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Doutor Antonino De Sousa Castro, Governador do Estado, e com a presença do Excelentíssimo Senhor Julio do Amaral e dos Ilustríssimos Senhores Tomaz de Oliveira Gomes e Jose Vitorino de Oliveira constituindo pelos respectivos Cargos de Consul da Republica Portuguesa, de Presidente do “ Gremio Literario e Comercial Português” e de Presidente da “ Camara Portuguesa de Comercio e Industria” o Conselho Diretor Permanente da Escola das Autoridades Civis e Militares, Representações da Imprensa, das Associações, do Comercio e da Industria abaixo assinadas, após ditas palavras de louvor à relevante e patriótica iniciativa, é solenemente declarada inaugurada a Escola “ Filipa de Vilhêna” na sede do Consulado de Portugal no Pará, por sua Excelencia o Senhor Doutor Governador do Estado. E para constar se lavrou o presente Documento que todos dispomos assinar. (Auto Inaugural e Livro de Actas da Escola Filipa de Vilhêna. 1921, p. 1)

E posteriormente, o documento revela relevantes informações acerca do funcionamento de tal instituição de ensino, como o estatuto da escola e seu programa de ensino, por exemplo, questões que serão abordadas nessa seção.

Na ata de nº 1 da sessão de 27 de Dezembro de 1921, encontram-se informações que versam sobre o Programa de Ensino que iria regular os trabalhos da instituição, programa esse aprovado pelos membros do Conselho Permanente e pelo Consul de Portugal, na pessoa dos senhores Julio do Amaral, Jonas de Oliveira Gomes e José Vitorino de Oliveira, a saber.

Programa de ensino para o funcionamento da Escola “Filipa de Vilhêna”  
 1º Ensino de Leitura e Escrita pelo método João de Deus  
 2º Leitura explicada e exercícios Praticos de Gramatica elementar  
 3º Conhecimento de algarismos e das primeiras operações aritmeticas  
 4º Noções de Praticas de aritmetica e Sistema métrico  
 5º Elementos de Geometria  
 6º Relações de Higiene  
 7º Rudimentos de Educação Civica, abrangendo os que ensinam o Culto da pátria e o respeito à Lei  
 8º Elementos de Desenho Linear

Como pode-se perceber, o programa de ensino da escola, priorizava disciplinas como o “português”, cálculos e também matérias ligadas a questão da higiene e de valores moralizantes, como a disciplina “Rudimentos de Educação Civica”. No quarto capítulo desse trabalho, dedicar-se-á uma maior atenção ao método de ensino de leitura e escrita de João de Deus, este método que adquiriu

alta confiabilidade por parte dos administradores de escolas de Portugal e do Brasil também, em uma época em que o tradicionalismo ainda se mantinha forte em algumas áreas de Portugal, e aqui no Brasil, ainda era possível perceber um distanciamento em relação a Europa.

Segundo Coelho (2008) as aulas na referida escola aconteceram, primeiramente, no Salão de Honra do Grêmio Literário Português, até dezembro de 1923. Porém, em janeiro de 1924, as aulas passaram a serem ministradas em uma outra sala do mesmo prédio, que tinha como mobília, os seguintes elementos: oito carteira de freixo, oito bancos, vinte carteiras com bancos, um estado de acapu, e pau amarelo, dois cabides de madeira, um filtro de barro e uma caneca esmaltada.

O Grêmio Literário Português, não adotou uma postura indiferente a esse novo método de ensino de leitura, como comprova a inclusão do método João de Deus no programa de ensino da Escola “Filipa de Vilhêna”. Têm-se assim a adoção de uma cartilha que combatia “o tradicional processo e o substituíria pela fixação parcial de determinados grupos de letras e pelas suas combinações que, posteriormente reunidos, constituiriam palavras”<sup>11</sup>

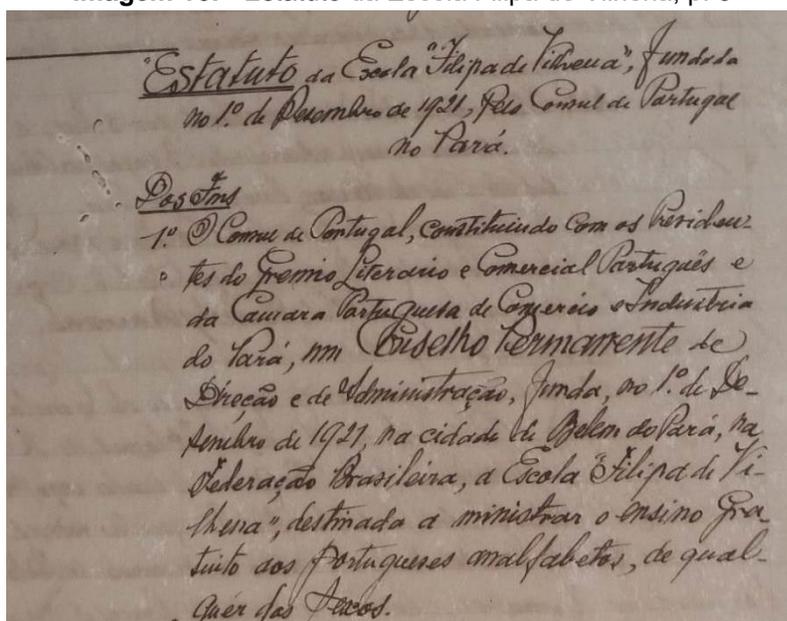
No interior do *Auto Inaugural e Livro de Actas da Escola Filipa de Vilhêna fundado em 1 de dezembro de 1921*, está contido o “Estatuto da Escola Filipa de Vilhêna”, que fora organizado às 10:30 h da manhã, nas dependências da sede do GLP, em uma reunião, organizada pelo Consul de Portugal, juntamente com os presidentes do Grêmio e da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Pará, em Conselho Permanente de Direção e de Administração.

No referido Estatuto, essa instituição educativa tinha como finalidade “ministrar o ensino gratuito aos portugueses analfabetos de qualquer dos sexos”, a princípio seriam os adultos, o principal público dessa instituição, que mais tarde também veio a acolher crianças.

---

<sup>11</sup> In Carvalho, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal – Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª Ed., Lisboa, 2001, p. 608

Imagem 16: “Estatuto da Escola Filipa de Vilhêna, p. 3”



Fonte: Arquivo de pesquisa

A princípio, segundo o Estatuto da escola Filipa de Vilhêna, o custeio da instituição seria realizado por meio da contribuição mensal, no valor de mil reis de cada sócio efetivo ou ainda por qualquer ajuda eventual que o Grêmio viesse a receber, informação essa presente também na redação do *Relatório da Directoria do Grêmio Literário e Comercial Português, relativo ao exercício social de 1924-1925, apresentado a assembleia geral de 29 de setembro de 1925*, que versava sobre as aulas da “Escola Filipa de Vilhêna”, as quais seriam financiadas pelas corporações portuguesas e por sócios e amigos da instituição, porém, na prática não foi bem o que ocorreu, embora continuassem aceitando auxílios ofertados pelas pessoas, geralmente patriotas, portugueses que tinham interesse em corroborar com o futuro das atividades educativas do Grêmio, a escola passou a ser mantida apenas pelo Grêmio Literário e Comercial Português, a saber

O auxílio das demais sociedades compatriotas era insuficiente e incerto, não obstante os compromissos assumidos. A despesa, isto é, o “déficit”, era devido pelas referidas corporações, faltava, no entanto, da parte de algumas, uma verdadeira boa vontade e união de vistas. Um pagavam a parte que lhes pertencia; outras pagavam metade ou ainda menos, e, volte-meia, não davam coisa nenhuma (...) Pelos seus Estatutos, este Grêmio deve manter uma escola de instrução primária. (RELATÓRIO DA DIRECTORIA DO GRÊMIO LITERÁRIO E COMERCIAL PORTUGUÊS. 1924/1925, P. 8)

De acordo com o referido Estatuto, os sócios da instituição eram classificados em três categorias: sócios efetivos, de honra e de benemerência. Aqueles que contribuíssem com uma quantia de mil reis mensais, seriam absorvidos como sócio efetivos, os que o Conselho Permanente julgasse merecedor de distinção, seriam os sócios de honra e aqueles que oferecessem à escola, de uma única vez, o valor de 500;000 reis ou dádiva correspondente, estariam entre os Sócios de Benemerência. Essa distinção foi concedida aos presidentes de honra da Escola Filipa de Vilhêna, o S. Exc.o Presidente da República Portuguesa, os S. Exc.os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Instrução da Republica Portuguesa e o S. Exc.o Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro. (ESTATUTO DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA *in* AUTO INAUGURAL E LIVRO DE ACTAS DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA, 01/12/1921, p. 4).

Em relação ao ensino, o Estatuto previa que o professor ou professora, deveria ser um conhecedor do método de João de Deus, “diplomado por Escola Normal portuguesa ou brasileira, e nomeado após concurso perante o Conselho Permanente”, nota-se então a predileção dos administradores do Grêmio pelo método de ensino de leitura e escrita de João de Deus, que será abordado no último capítulo dessa dissertação. Ainda sobre a forma de ingresso no quadro de professores da escola, é interessante informar que o concurso seria aberto por apenas cinco dias e anunciado três vezes nos diários mais populares do estado do Pará.

Acerca das aulas, segundo o Estatuto, funcionariam no edifício do Consulado de Portugal, no período que compreenderia o turno da noite, mais especificamente “das 19 ½ às 21 horas, de 2 de janeiro a 30 de novembro de cada ano, em todos os dias úteis, exceto às quintas-feiras”, lembrando que os feriados da escola, seriam os mesmos do Posto Consular, tendo o mês de Dezembro como o mês de férias. (ESTATUTO DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA *in* AUTO INAUGURAL E LIVRO DE ACTAS DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA, 01/12/1921, p. 4).

No espaço de tempo que compreendeu um pouco mais de quatro anos de existência, a escola Filipa de Vilhêna já encontrava dificuldades para manter suas atividades educacionais, segundo o *RELATÓRIO DA DIRECTORIA DO GRÊMIO LITERÁRIO E COMERCIAL PORTUGUÊS. 1924/1925*, as aulas seriam mantidas no Grêmio, porém os custos da escola seriam reduzidos ao máximo. Dessa maneira, as aulas que normalmente funcionavam cinco vezes por semana, passariam a

funcionar alternadamente, às segundas, quartas e sextas-feiras; levando em conta o fato de que a maioria dos alunos da escola, por terem ocupações durante o dia, necessitavam descansar e estudar em suas casas, sobre essa questão finaliza o relator

Parece-nos, salvo qualquer opinião mais esclarecida, ser esta a melhor maneira de tratar dois casos de certa importância, que mereciam solução imediata, a conservação da Escola Filipa de Vilhêna e a manutenção obrigatória, segundo os nossos Estatutos, do ensino gratuito das primeiras letras.(RELATÓRIO DA DIRECTORIA DO GRÊMIO LITERÁRIO E COMERCIAL PORTUGUÊS.1924/1925, P. 8).

Com relação à regência na escola, o artigo 7º do referido Estatuto, prevê que a regência da instituição seria feita exclusivamente pelo professor ou professora, que estivesse em perfeita concordância “com os mais rigorosos princípios da pedagogia, e nos limites máximos da disciplina e do respeito”, tendo como deveres, expressos no artigo 8º “o escrúpulo no aproveitamento dos alunos, assiduidade e pontualidade às aulas, cumprimento integral do Programa aprovado pelo Conselho Permanente e anexo a este Estatuto”.

Ainda acerca da regência, o Estatuto menciona de que maneira seriam realizados os testes, assiduidade e outros. Sendo assim, trimestralmente, a regência apresentava ao Conselho Permanente, provas do aproveitamento dos alunos e os mesmos eram submetidos trimestralmente a um exame final público, realizado nas dependências da escola, na segunda quinzena do mês de novembro; “a estes exames correspondem Diplomas assinados pelo Conselho Permanente e pela regencia, mencionando a classificação escolar e o comportamento do aluno”.

Nas fontes consultadas, não foi possível identificar o número de alunos matriculados nas aulas, mas de acordo com o Estatuto, uma classe de aula poderia ser iniciada com qualquer número de alunos e quando ultrapassasse a quantia de 40 alunos por classe, seria feita a solicitação de um “ajudante”, um tipo de estagiário que pudesse auxiliar o professor na condução da aula; e somente. Também acrescenta que somente de 3 em 3 meses é que poderiam ser admitidos novos alunos a classes novas. No que diz respeito a faltas, o estatuto menciona que durante o ano letivo, a tolerância máxima de faltas da regência, seria de 3 faltas, e caso esse número viesse a ser ultrapassado, deveria ser justificado perante o Conselho Permanente, que o julgaria a seu critério, finalizando com o artigo 14º que dizia: “ A regência é obrigada , nos seus impedimentos temporários, a fazer-se

substituir de acordo com o conselho Permanente, por pessoa idonea e competente”. (ESTATUTO DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA *in* AUTO INAUGURAL E LIVRO DE ACTAS DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA, 01/12/1921, p. 5).

O Estatuto da Escola Filipa de Vilhêna afirmava ainda que os alunos, no ato da matrícula, deveriam obrigatoriamente apresentar atestado de vacinação, como também em seu artigo 16º, revelava indícios do contexto higienista da época, quando menciona que “o aluno é obrigado a apresentar-se limpo nas aulas; a manter-se com o maior respeito e atenção às lições, e acatar as disposições deste Estatuto”. (ESTATUTO DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA *in* AUTO INAUGURAL E LIVRO DE ACTAS DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA, 01/12/1921, p. 5-6).

A partir do exposto acima, infere-se que o Grêmio não assumiu uma postura indiferente ao ideal positivista de progresso, sustentado pelo novo regime, o republicano; como menciona Sarges

A cidade do século XIX necessitava de ter seu espaço disciplinado e ordenado e para exercer essa tarefa o poder público, “ávido por transformar a cidade em um centro de atrações”, teve que replanejar a cidade, bem como também criar novos mecanismos de regulamentação (Código de Postura) da vida social na cidade. (SARGES, 2010, p. 159).

Ao exigir a comprovação de vacinas e uma apresentação “limpa” e respeitosa nas aulas, o Estatuto reforça a ideia de que era relevante que no ambiente escolar do Grêmio, se mantivesse uma postura semelhante ao que a nova organização urbana da cidade de Belém, adotara como imperiosa, sendo necessário que cada cidadão tomasse como sua, a prática de atitudes que privilegiassem a limpeza e o rigor no comportamento social.

Segundo Coelho (2008, p.18) em 1920, ano que antecedeu a criação da Escola Filipa de Vilhêna, doenças como tuberculose, sarampo, coqueluche, tifo, varicela, lepra; que alcançava um grande número de infectados “principalmente nos municípios de Vizeu, Cametá, Bragança, Santarém, Soure e Mosqueiro”, eram as enfermidades mais comuns no estado do Pará. A vigilância e o controle das doenças tornaram-se questões centrais para o governo local, que se organizou a partir da construção de leprosários e preventórios que cuidariam de doentes e de sus filhos.

Ainda segundo o Estatuto, o aluno que se mantivesse ausente da escola por um período superior a três meses, sem um motivo justificado, seria eliminado e aqueles que além de faltarem, ainda não cumprissem com as obrigações impostas

pela escola, os que desatendessem à regência e não mantivessem uma postura respeitosa, sofreria o julgamento do Conselho Permanente, com penas que iriam de uma suspensão até a expulsão do aluno, ao fim do processo disciplinar. Sendo que “a nota de mau comportamento do aluno impossibilita o aluno da readmissão á escola”. Ao contrário do artigo 20º do Estatuto que versa sobre a possibilidade de premiação do aluno que se destacasse com uma boa conduta escolar (ESTATUTO DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA *in* AUTO INAUGURAL E LIVRO DE ACTAS DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA, 01/12/1921, p. 6).

O Conselho Permanente, que tinha como presidente o Consul português, como secretário, o Presidente do “GLCP” e como tesoureiro, o presidente da “C.P do Pará”, além de serem responsáveis pela assinatura de todas as atas produzidas na escola em questão, também acumulavam algumas outras responsabilidades acerca da direção e da administração da escola. No artigo 21º do referido Estatuto, têm-se as seguintes obrigações do Conselho Permanente, a saber

- estabelecer o ordenado da regência, e seu auxiliar, quando haja, e do pessoal da Escola;
- julgar e punir as faltas dos alunos que lhe sejam comunicadas pela regência;
- presidir as provas trimestrais dos alunos e aos exames finais das classes;
- premiar de acordo com a regencia, os alunos que o mereçam;
- fiscalisar por qualquer de seus membros, o funcionamento da Escola;
- registrar num “Livro de Actas” as suas resoluções
- decidir sobre aa escolha do Metodo de \Ensino e adotar quando se mostre a impossibilidade de usar o de João de Deus;
- elaborar e publicar anualmente o relatório de seus trabalhos. (ESTATUTO DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA *in* AUTO INAUGURAL E LIVRO DE ACTAS DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA, 01/12/1921, p. 6).

Ainda de acordo com o Estatuto, na ausência dos membros efetivos do Conselho Permanente, os seus substitutos legais deveriam assumir as suas respectivas funções, como pode-se observar no parágrafo 1º do artigo 22º do Estatuto que versa sobre a obrigação imposta ao tesoureiro, de depositar “ em Casa Bancaria, todo o seu numerário e quando excede de 200;000reis, sacando em face das ordens de pagamento, com cheques sempre assinados por si e pelo presidente” não perdendo de vista que essas ordens de pagamentos sempre seriam financiadas pelo Presidente. Ao tesoureiro também caberia a função de apresentar, em sessões ordinárias, o balancete do Caixa referente ao mês anterior. Essas reuniões seriam sempre convocadas pelo Consul, e na sua ausência, pelo seu substituto, de modo que o Conselho Permanente, se reunisse regularmente, na sede do consulado, uma

vez por mês, “realizado extraordinariamente as sessões que julgar precisas ao interesse da Escola”. (ESTATUTO DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA *in* AUTO INAUGURAL E LIVRO DE ACTAS DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA, 01/12/1921, p. 7).

O artigo 25º, refere-se ao Fundo Especial, onde “as receitas a que se refere o artigo 2º do Estatuto são capitalizadas com o fim da obtenção do edifício próprio do Estado Português, para funcionamento da Repartição Consular e da Escola”. É seguido de algumas observações acerca do funcionamento das aulas e do processo de admissão de professores para a regência na escola. Nesse momento final do Estatuto, menciona-se que nos primeiros três meses de cada classe, seria ministrado o ensino da Leitura e da Escrita, e, em dias alternados, seguiriam disciplinas como Elementos de Gramática e de Sistema Métrico, Noções Elementares de Higiene e Educação Cívica; Desenho Linear e etc. Assinam esse Estatuto, em 28 de Dezembro de 1921, os seguintes senhores, Júlio do Amaral – Consul de Portugal, Tomás de Oliveira Gomes – Presidente do Grémio Literário e Comercial Português e José Vitorino de Oliveira, Presidente da Câmara portuguesa de Comércio e Indústria, exercendo os respectivos cargos de presidente, secretário e tesoureiro da Escola Filipa de Vilhêna. (ESTATUTO DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA *in* AUTO INAUGURAL E LIVRO DE ACTAS DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA, 01/12/1921, p. 7).

Após a conclusão do Estatuto da escola, o Conselho Permanente, passou a analisar o currículo de possíveis candidatos ao cargo de professor dessa instituição de ensino, os documentos empíricos a esse respeito, ou qualquer fonte bibliográfica que nos revelasse mais detalhes dessas admissões não foram encontrados durante a pesquisa. visto a carência de documentos que revelassem tais informações; mas incansavelmente, foi possível localizar uma lauda que continha algumas observações a esse respeito, localizada na aparte final do Estatuto.

Nesse documento, os membros do Conselho Permanente, reuniram-se “ em 28 de Dezembro de 1921, em Sessão extraordinariamente convocada para julgar das candidatos admitidos do Concurso para provimento de regência da mesma Escola” puseram-se a analisar a documentação apresentadas por três candidatos ao cargo de professor, os senhores Profº José Fernandes Ramos, Profª D. Antonia Cardoso e Profª D. Raquel Augusta Teixeira.

Os concorrentes ao referido cargo, apresentaram a seguinte documentação: o senhor José Fernandes Ramos apresentou documento expedido pelo Ministério da Marinha, que comprovava sua nomeação ao cargo de professor de ensino primário da Escola de aprendizes Marinheiros no estado do Pará e Amazonas, não constando que tivesse sido diplomado por qualquer Escola Normal brasileira ou portuguesa. Dona Antônia Cardoso, apresentou seu Diploma da Escola Normal do Pará e a candidata Raquel Augusta Teixeira, apresentou Diploma do curso da Escola Normal do porto e do 2º premio do mesmo curso, ainda comprovou ser antiga proprietária e diretora do Colégio Normal de Figueira da Foz , como também antiga regente da cadeira de Ensino Complementar Oficial, daquela cidade,” provando os seus conhecimentos do Método João de Deus”. Diante dessa comprovação, o Conselho Permanente concluiu que

Sendo dos mais valiosos os documentos referentes a candidata D. Raquel Augusta Teixeira, resolveu o Conselho Permanente provê-la definitivamente na regência da Escola “Filipa de Vilhêna”. Secretaria da Escola Filipa de Vilhêna, aos 28 de Dezembro de 1921.

a.a) Júlio do Amaral – Presidente

Tomás de Oliveira Gomes – Secretario

José Vitorino de Oliveira – Tesoureiro.

(ESTATUTO DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA *in* AUTO INAUGURAL E LIVRO DE ACTAS DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA, 01/12/1921, p. 8).

A partir da decisão do Conselho Permanente, percebe-se que o mesmo optou em admitir uma professora que além de ter sido diplomada por Escola Normal , uma obrigatoriedade já expressa no artigo 4º desse Estatuto, e também de possuir conhecimentos acerca do Método João de Deus, outra premissa presente no referido artigo, tratava-se de uma profissional que teve sua formação pela Escola Normal do Porto, fato que abre uma reflexão sobre uma possível predileção por parte dos portugueses em recrutar professores com formação nos moldes de Portugal.

Ao fim dessas observações, é possível pensarmos, num esforço imaginativo, como eram organizadas as salas de aula dessa escola, uma vez que a redação final versa sobre uma espécie de processo licitatório, que visava adquirir mobílias para a instituição, a saber

Sr Presidente comunica que tendo tido o orçamento da casa Manoel Pedro; o que melhores condições de preço e de pagamento oferecia o fornecimento do mobiliário escolar, o preferira pela importância de Rs 975:000, a pagar em prestações mensais de 2000:000 reis. Esse mobiliário consta do seguinte: 3 carteiras escolares com bancos de 3 metros, 1 estrado de acapu e amarelo de 2 metros, 1 lousa com cavalete e 1 ponteiro de marupá”. (ESTATUTO DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA *in* AUTO INAUGURAL E LIVRO DE ACTAS DA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA, 01/12/1921, p. 8).

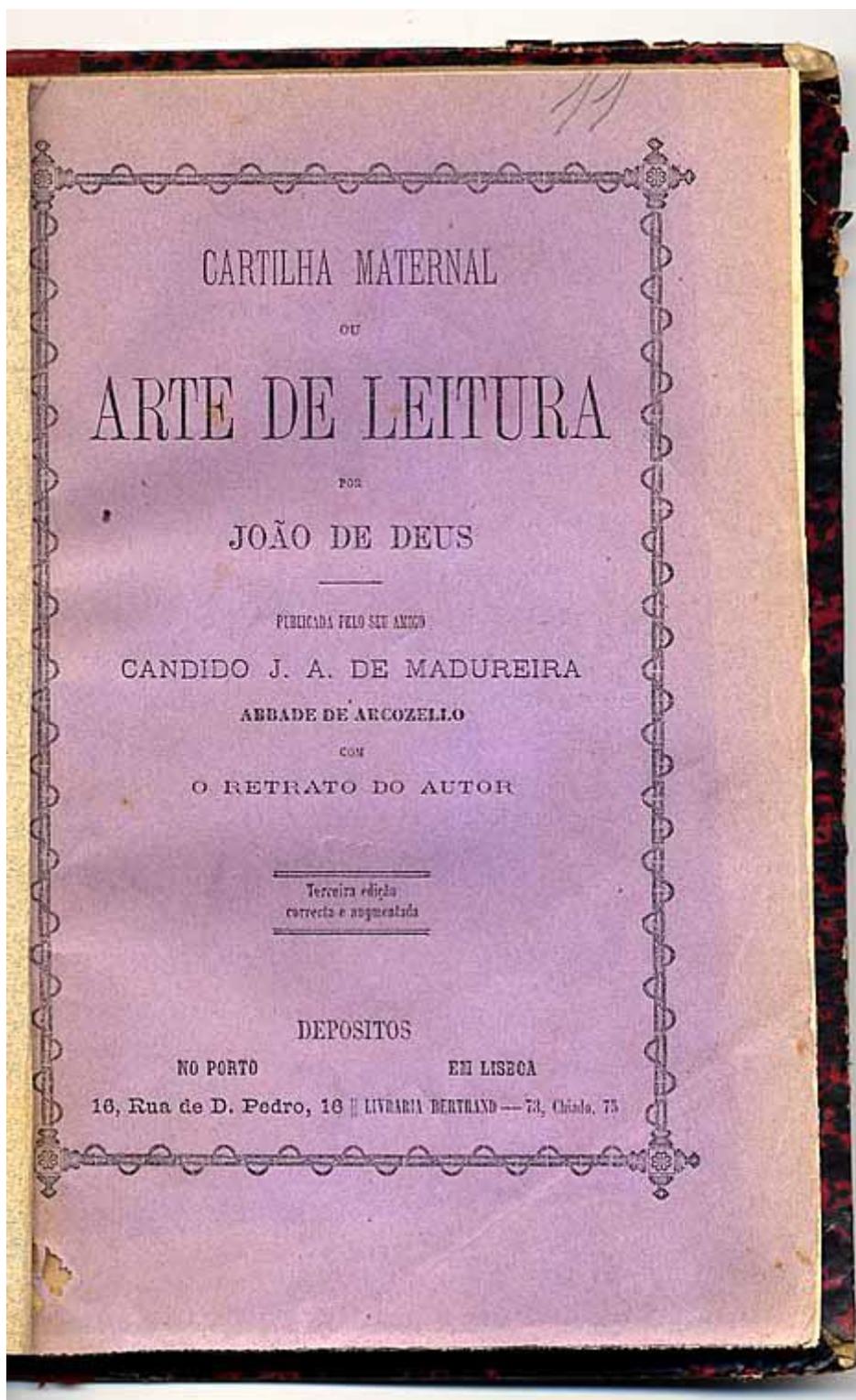
E ainda, em decisão unânime, o Conselho Permanente delibera que as aulas na Escola Filipa de Vilhêna iniciariam no dia “2 do primeiro mês de janeiro”, com uma honrosa solenidade.

Como vimos, o referido Estatuto, buscou reger as ações da escola Filipa de Vilhêna, todas as normativas acima detalhadas deveriam ser rigidamente seguidas pela instituição. O Conselho Permanente foi responsável por elencar todas as diretrizes a serem seguidas pelos professores e alunos, chamando a atenção para o fato de que ainda nos ritos iniciais desse conjunto de regras de organização e funcionamento desse estabelecimento de ensino, a predileção pelo Método João de Deus, já era encarada com um forte grau de obrigatoriedade, uma vez que consta nos artigos 4º e 21º do estatuto, a premissa de que o professor ou professora que desejasse ensinar na escola, já obtivesse o conhecimento acerca desse método de ensino de leitura e escrita, como também, menciona que o Conselho Permanente teria a incumbência de “decidir sobre a escolha do Método de Ensino e adotar quando se mostre a impossibilidade de usar o de João de Deus”.

Dessa maneira, no capítulo 4 abordo a vida e obra de João de Deus e alguns aspectos fundamentais da obra intitulada *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura por João de Deus*, buscando entender a relação entre o método de ensino proposto em Portugal e o método utilizado para educar adultos na Escola Filipa de Vilhêna, que funcionava no Grêmio Literário Português e compreender a importância desse método para a educação no Pará.

### 30 MÉTODO DA CARTILHA JOÃO DE DEUS: O ENSINO DE LEITURA E ESCRITA NA ESCOLA FILIPA DE VILHÊNA.

Imagem 17: Capa da Cartilha Maternal ou Arte de Leitura por João de Deus



Fonte: DEUS, 1878.

A educação brasileira, ao longo dos tempos, sofreu inúmeras alterações acerca do processo de alfabetização. O ensino de leitura e escrita nos primeiros anos de escolaridade, continua a ser objeto de grande interesse por parte de estudiosos da educação. Dentre os diversos métodos alfabetizadores, as cartilhas surgem como um manual, trazendo uma proposta educativa que ao ser implantada nas escolas, no ensino de crianças, jovens e adultos, proporcionando uma nova maneira de conceber a leitura e a escrita, bem diferente do modelo tradicional de ensino.

Com o advento da República em 1889, a educação brasileira adquiriu um novo olhar. O projeto de educação republicana no Brasil, como vimos no capítulo anterior, buscou apagar a experiência educacional construída durante o período imperial no país, segundo Coelho (2008, p. 28) “novos métodos, modernos processos, orientação nova ao ensino, constituíram os ingredientes do movimento renovador em educação que se inicia na década de 1920”.

Na Escola Filipa de Vilhêna, as disciplinas compreendidas para o ensino primário, manteve uma certa semelhança ao conteúdo proposto para esse nível de ensino implementado nas escolas, durante os primeiros anos da República, como bem afirma o Decreto 3356 de sete de maio de 1918, a saber

Art. 3º. --- O ensino primário compreende: leitura, escripta e calligraphia, língua nacional; arithimetica, auxiliada pelo estudo elementar da equações algébricas, noções de geographia e historia, especialmente do Brasil e do Pará, licções de coisas, compreendendo noções completas de zoologia, botânica e phisyca, instrucção moral e civica, elementos de hygiene individual (licções occasionaes), noções praticas de geometria, desenho, exercícius militares e de callistenia sueca, apropriados á idade e ao sexo dos alunos, prendas domésticas (para meninas); canto ( a uma, a duas e a muitas vozes), hymnos patrióticos e escolares.

Disciplinas como leitura e escrita, aritmética, instrução moral e cívica, geometria, desenho e outras, também compunham o programa de ensino da escola implantada no Grêmio.

Nessa instituição de ensino, em especial, o Ensino de Leitura e Escrita foi proposto seguindo os moldes da Cartilha Maternal ou Arte de Leitura de João de Deus, editada no ano de 1876, essa cartilha provocou grandes mudanças no método de ensino da leitura, e serviu de base para muitos professores que se utilizaram dela para alfabetizar crianças, adolescentes e adultos, em um período em que o livro necessitava ser visto como um “veículo de disseminação de saberes a serem

reafirmados ou apropriados pela sociedade, como bem menciona VIEIRA (2017, p. 25).

É bem verdade que existe uma concepção educativa para cada época, sendo assim, a cartilha que seria utilizada pelos professores da Escola Filipa de Vilhêna, no ano de 1921, necessitava estar de acordo com os propósitos ideológicos que permeavam a proposta de ensino e formação dos alunos dessa instituição. E, justificando a escolha da abordagem histórica da História Cultural de Roger Chartier, a qual revela a não existência de textos estáveis, uma vez que julga “única” a forma como o leitor se apropria do texto, concorda-se que as obras possuem

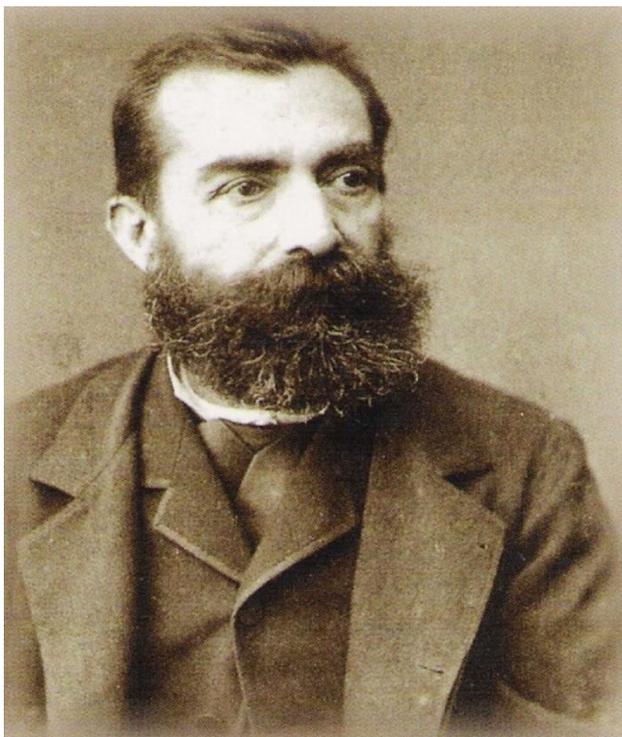
Significações plurais e móveis, que se constroem num encontro de uma proposição com uma recepção. Os sentidos atribuídos às suas formas e aos seus motivos dependem das competências ou das expectativas dos diferentes públicos que delas se apropriam. (CHARTIER, 1999b, p. 9).

Sendo assim, neste trabalho, o ensino da leitura, que fora desenvolvido na escola Filipa de Vilhêna do GLP de Belém do Pará, também deverá ser pensada a partir de uma perspectiva histórica, escolha essa que possibilita, segundo Chartier, “identificar para cada época e para cada meio, as modalidades partilhadas do ler, as quais dão formas e sentidos aos gestos individuais” (CHARTIER, 1990, p. 121).

Para isso, realizou-se nos últimos dois subtópicos dessa seção, um estudo acerca do método de ensino de leitura e escrita adotado pela escola primária do Grêmio, o Método da Cartilha de João de Deus, cedendo espaço para uma breve explanação da vida e obra desse renomado pedagogo português e para relevantes informações sobre o cenário da educação primária no estado do Pará, no período em que ocorreu a implantação das escolas primárias, a formação de professores nas escolas normais, a regulamentação nacional do ensino e outros importantes feitos no âmbito da educação, com especial atenção aos anos correspondentes a data de fundação(1921) e extinção(1951) da Escola Filipa de Vilhêna.

#### **4.1 A vida de João de Deus**

O que diz João de Deus sobre o ensino da leitura? Que ele deve ser a continuação do ensino da fala, isto é, que deve ter um laço lógico, racional e, da parte do mestre, raciocinado com o primeiro instrumento de comunicação geral que a crença possui.  
(BARROS, 1911. P, 98)

**Imagem 18:** João de Deus

Fonte: <http://pinterest.pt>

Segundo Oliveira (2008), João de Deus Nogueira Ramos, foi um grande pedagogo e poeta português do século XIX. Nasceu no Algarve, em 8 de março de 1930, mais especificamente na Vila de Bartolomeu de Messines. Durante a infância, João de Deus Ramos experimentou uma vida sem luxos, pois pertencia a uma família humilde e oriunda de uma região pobre de Portugal. Em sua casa, o poeta recebeu os primeiros ensinamentos de Latim.

O pedagogo levou bastante tempo para conseguir integralizar o curso de Direito, devido as vicissitudes de sua vida. Em 1849, quando já estudava na cidade de Coimbra, conclui o ensino preparatório na intenção de cursar Direito na universidade, e somente após dez anos, João de Deus integraliza o curso de Direito em Coimbra.

É importante perceber que João de Deus dividiu sua vida entre a poesia e a pedagogia, e essa duas vertentes, se desenvolveram em tempos distintos em sua trajetória de vida.

Em 1862, o poeta já contabilizava 33 poesias, e por dois anos de sua vida (1862/1863), ocupou-se da redação do periódico O Bejense, na cidade de Beja. João produziu canções, odes, idílios, elegias, etc, que se organizaram em duas

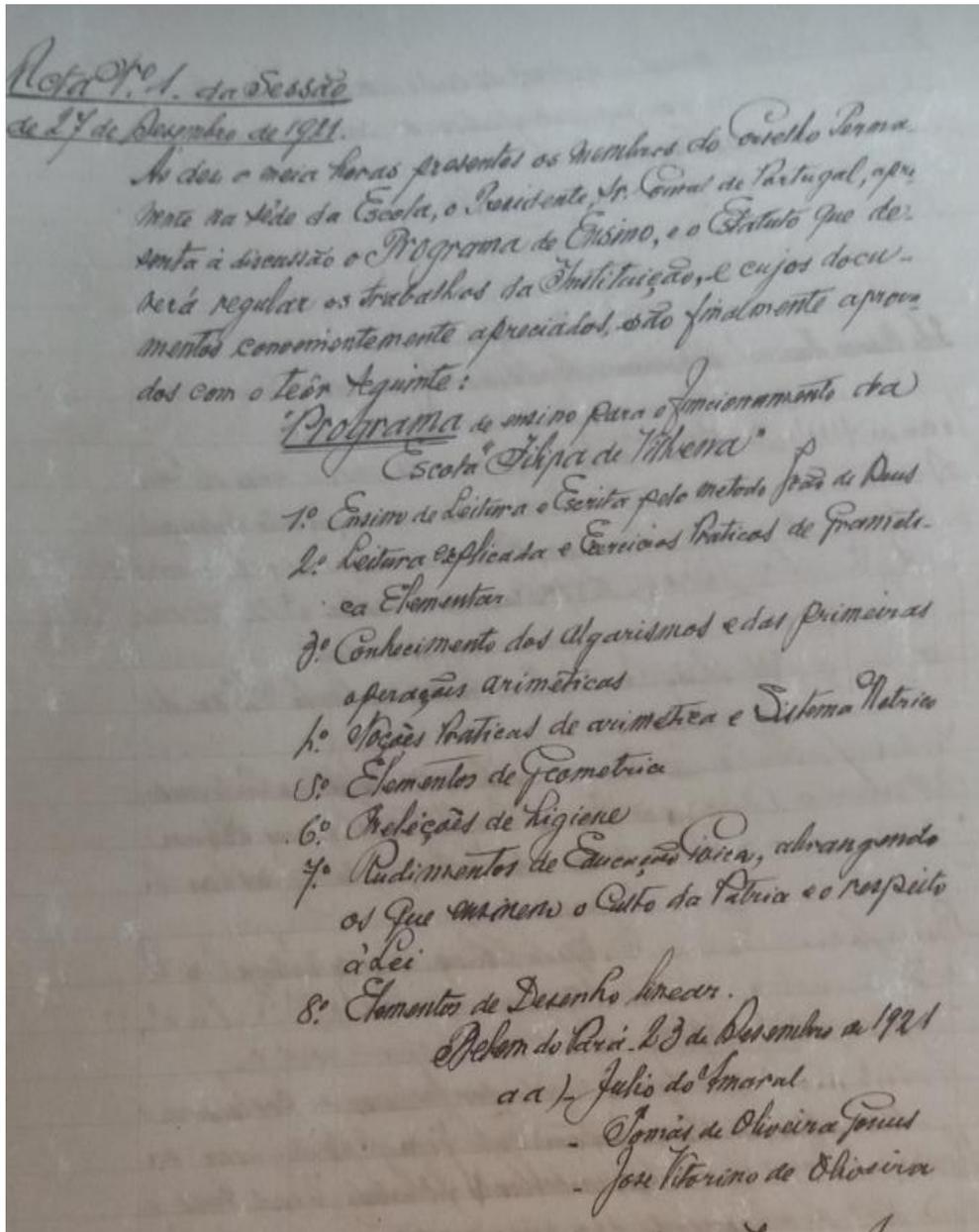
vertentes dentro de sua poesia, uma lírica amorosa e outra satírica. Em 1868, inicia sua produção com a compilação de poesias chamada Campos de Flores. Nesse mesmo ano, casa-se com D. Guilhermina Battaglia e dessa união, nasce Maria Isabel Battaglia Ramos e José do Espírito Santo Battaglia Ramos.

Durante o seu percurso como poeta, João de Deus teve como grandes admiradores e incentivadores de sua poesia, os realistas Antero de Quental e Teófilo Braga, este último publicou em 1893 a obra Campos de Flores e mais tarde em 1899, a obra Prosas, ambas de autoria de João de Deus. Três anos após essa última publicação, em 11 de janeiro de 1896, João de Deus falece na capital de Portugal, vitimado por problemas cardíacos, tendo seu corpo sepultado no Mosteiro dos Jerônimos.

Em sua prática, buscou se ocupar de assuntos referentes ao modelo de educação vigente na Europa e da considerável distância cultural e intelectual existente com relação a outros continentes, como o latino-americano, por exemplo.

O autor demonstrou em sua vasta produção, um forte interesse em questões que envolviam a alfabetização de crianças e para isso, idealizou e produziu a cartilha Maternal ou a Arte da Leitura, obra essa que norteou a instrução dos alunos frequentadores da Escola “Filipa de Vilhêna”, como também de outros cursos ofertados no Grêmio Literário Português, como bem encontra-se registrado no programa de ensino da instituição em questão, onde pode-se observar que tal método seria utilizado nas aulas de ensino de leitura e escrita na instituição, como na imagem 19

**Imagem 19:** Programa de Ensino “Estatuto da Escola Filipa de Vilhêna”



Fonte: Auto Inaugural e Livro de Actas da Escola Filipa de Vilhêna, 1921.

Na segunda metade do século XIX, a obra educativa de João de Deus desponta em Portugal, em um momento em que a instrução escolar além de se encontrar em condições precárias, era disponibilizada somente a uma pequena parcela da sociedade. O poeta-pedagogo teve uma meteórica carreira na política, quando fora eleito deputado e apesar de ter estado presente em raríssimas vezes no parlamento, foi por meio dessas experiências que pôde refletir sobre toda aquela realidade flagrante da carência de conhecimento tão evidente em Portugal naquela

época dos Oitocentos, segundo Gomes (1976, p.4), “em quatro milhões e meio de habitantes, há quatro milhões e um quarto de analfabetos”.

Ao se interessar pelas campanhas de alfabetização vigentes em Portugal, João de Deus se posicionou contra o método que vigorava no país, o Método Português de Castilho. Conforme Oliveira (1998), para o pedagogo, o método de Castilho apostava em uma simples repetição de palavras, sem fazer com que o aluno se familiarizasse com as letras e seus valores em uma estrutura inteligível. Como também, criticava o uso de silabário, o qual julgava serem séries de combinações mecânicas que não eram assimiladas pelo aluno, litavam-se a fixação visual de letras.

Já o idealizador do método, o cansaço e desprazer não faziam parte do processo de aquisição da leitura e da escrita, a saber

O projeto da escola moderna de António de Castilho vinculava a prática da agricultura a um projeto de instrução pública sob a ótica de um projeto civilizador, vislumbrando assim tanto o ensino dos rudimentos da leitura e escrita quanto o ofício, a arte do fazer. (ALBUQUERQUE, 2019, p. 73)

Para António Castilho, a experiência de aquisição da leitura e da escrita deveria ser um processo rápido e prazeroso. Inicialmente, o próprio autor intitulou seu método como Leitura Repentina, onde aspectos lúdicos e alegres estariam amplamente presentes e os possíveis resultados poderiam ser vistos em menos de um ano.

Pode-se afirmar que não foi somente João de Deus que se opôs ao método de Castilho, o próprio povo português julgou o mesmo nada profícuo. Em uma obra encontrada na Biblioteca Fran Paxeco do Grêmio Literário Português intitulada A Nacionalização do Ensino de João de Barros, do ano de 1911, provavelmente uma obra que circulou entre os alunos que alí foram instruídos, foi possível perceber o que se pensava acerca do método de Castilho, em um âmbito mais educacional. Assim, João de Barros afirma que

O fundamento de todo o seu systema de ensino consiste em amenizar o estudo, em torna-lo mais aceitável, não modificando a sua base, mas disfarçando-a, engrinaldando-a, escondendo-a bem por meio do canto e da musica. O seu Methodo Portuguez de Leitura é, por assim dizer, um abecedário vulgar: só tem a mais o canto, os versos e o bater de palmas dos alunos, com o fim de rythimar a aprendizagem. Na creança, Castilho não viu o homem futuro que precisava ser desenvolvido e que para isso tinha faculdades; viu um desgraçado que se aborrecia mortalmente com o

ar grave do professor e com a severidade da escola. E procurou suavizar-lhe a lição e fazer sorrir o mestre. Nada mais.  
(BARROS, 1911, p. 63-64)

O método de Castilho nunca fora adotado oficialmente para o uso nas escolas públicas de Portugal, apesar de seu incansável esforço em lograr êxito nesse propósito. António Feliciano de Castilho, seguiu sempre muito preocupado com questões sociais, como por exemplo, com o alto índice de analfabetismo no país. Para Albuquerque (2019, p.80), o projeto de civilização do poeta “consistia em derramar luzes na alfabetização e profissionalização”. E ainda de acordo com a autora acima

A preocupação de Castilho com a instrução da criança possibilitou a sua passagem pela educação. Passagem cercada de embates, oposições, ataque de fúrias, dentre inúmeras desilusões, vindas de um não pedagogo, antes; de um ator com escassa fundamentação científica, demarcado por uma dialética verbalista” (ALBUQUERQUE, 2019, p. 76).

Mesmo em vista do exposto acima, os feitos de Castilho na área da educação foram notáveis, uma vez que em vida, dedicou a maior parte de seu tempo persistindo em um projeto de instrução que atingisse o maior número de pessoas, principalmente aquelas desprovidas de recursos e que se encontravam em grave situação de necessidade em um país ainda marcado pelo pós-guerra, explicita Barros

Na instrução do povo ninguém pensava seriamente. Depois da reforma pombalina, inutilizada com a queda política do grande ministro, o povo português volta à ignorância, ao fanatismo, ao aviltamento das épocas imediatamente anteriores. (BARROS, 1911, p, 67).

Ainda de acordo com Barros (1911), Castilho merecia ser reconhecido como um grande educador português, não exatamente por suas teorias e métodos de leitura, mas principalmente, por ter empenhado esforços para conscientizar a população acerca da importância em buscar a instrução e ao mesmo tempo, que esse processo fosse permeado por amor e vontade genuína em se obter cada mais conhecimento.

Em sua trajetória de vida, tentou incansavelmente fazer com que seu método de leitura fosse oficialmente adotado pelas escolas e para isso, não poupou ataques contra os diversos modos de ensino existentes nas mesmas.

Segundo Albuquerque (2019), o pensamento de Castilho fora influenciado por autores como Rousseau, Froebel e Pestalozzi, resultando na proposta de uma educação maternal e natural que se diferenciava do método então proposto, o qual

aprisionava crianças nas escolas, como também, manteve em seu projeto pedagógico um notável objetivo civilizatório.

Como bem foi mencionado acima, João de Deus se opôs a esse método proposto por Castilho por alguns motivos técnicos que elencamos há pouco no texto, e na intimidade de seu lar, quando se esmerava em alfabetizar seus próprios filhos, percebeu que os métodos de ensino vigentes eram inapropriados e a partir de observações feitas em seu cotidiano, criou o seu próprio método de ensino de leitura.

Antes de adentrarmos nas questões que envolvem a criação do método de leitura de João de Deus, faz-se necessário mencionar o contexto em que se encontrava o processo de alfabetização no Brasil, uma vez que já é sabido que em Portugal, a educação se encontrava secundarizada e restrita a um pequeno número de pessoas, como já mencionamos anteriormente.

Segundo Mortatti, no Brasil, até o final do Império, o ensino encontrava-se em uma situação de grave desorganização e desleixo. As aulas régias<sup>12</sup> eram ministradas em espaços improvisados e inadequados para este fim. Além de não haver nenhuma classificação de alunos por série, o material utilizado para alfabetizar os alunos, eram geralmente as “cartas de ABC” que eram lidas e depois copiadas, como bem menciona a autora

Para o ensino da leitura, utilizavam-se, nessa época, métodos de marcha sintética (da "parte" para o "todo"): da soletração (alfabético), partindo do nome das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas. Dever-se-ia, assim, iniciar o ensino da leitura com a apresentação das letras e seus nomes (método da soletração/alfabético), ou de seus sons (método fônico), ou das famílias silábicas (método da silabação), sempre de acordo com certa ordem crescente de dificuldade. Posteriormente, reunidas as letras ou os sons em sílabas, ou conhecidas as famílias silábicas, ensinava-se a ler palavras formadas com essas letras e/ou sons e/ou sílabas e, por fim, ensinavam-se frases isoladas ou agrupadas. Quanto à escrita, esta se restringia à caligrafia e ortografia, e seu ensino, à cópia, ditados e formação de frases, enfatizando-se o desenho correto das letras. (MORTATTI, 2006, p, 5).

---

<sup>12</sup> O sistema de ensino implantado com a Reforma dos Estudos Menores de 1759 baseava-se, portanto, nas Aulas de primeiras letras e nas Aulas de humanidades, que eram denominadas de maneira geral de Aulas Régias. É oportuno assinalar que no Despotismo Ilustrado, a palavra régio tem um caráter ambíguo, porque ao mesmo tempo em que remete à figura do monarca, reiterando uma tradição absolutista, que persiste período afora, representa também o avanço que o termo traz, pela contraposição à tradição de ensino por parte da Igreja. Nesse caso, as Aulas Régias significavam as Aulas que pertenciam ao Estado e que não pertenciam à Igreja. Também na educação manifestava-se o Regalismo. (CARDOSO, 1999. P, 106).

Com a publicação da Cartilha Maternal ou Arte da Leitura em 1876, em Portugal, inicia-se um novo período na história da alfabetização no Brasil. O método de ensino de leitura de João de Deus, passa a ser adotado nas províncias de São Paulo e também do Espírito Santo, por um militante e professor de Português da escola Normal de São Paulo, chamado Antônio da Silva Jardim. A esse respeito, reitera Mortatti

Diferentemente dos métodos até então habituais, o “método João de Deus” ou “método da palavração” baseava-se nos princípios da moderna lingüística da época e consistia em iniciar o ensino da leitura pela palavra, para depois analisá-la a partir dos valores fonéticos das letras. Por essas razões, Silva Jardim considerava esse método como fase científica e definitiva no ensino da leitura e fator de progresso social. Esse 1o. momento se estende até o início da década de 1890 e nele tem início uma disputa entre os defensores do “método João de Deus” e aqueles que continuavam a defender e utilizar os métodos sintéticos: da soletração, fônico e da silabação. Com essa disputa, funda-se uma nova tradição: o ensino da leitura envolve necessariamente uma questão de método, ou seja, enfatiza-se o *como ensinar metodicamente*, relacionado com o *que ensinar*; o ensino da leitura e escrita é tratado, então, como uma questão de ordem didática subordinada às questões de ordem lingüística (da época). (MORTATTI, 2006. p, 6).

Por um lado, têm-se a adoção de um método de alfabetização analítico, que muito inspirava confiança por parte de gestores, professores e os demais envolvidos no processo de alfabetizar, e por outro, nos deparamos com um quadro crítico de analfabetismo no Brasil e especificamente no Pará, nos fins do século XIX, conforme Coelho (2008)

Em 1890 a população absoluta do Pará era de 328, 455 pessoas. Desse número, sabiam ler e escrever 52.864 homens e 19945 mulheres, ou 22,16% do total da população. Em 1920 a população paraense cresceu para 445,356 pessoas, sendo que sabiam ler e escrever 11. 879 homens e 41, 786 mulheres. Nesse caso a população adulta do Pará, ou seja, maior de quinze anos, apresentava um índice de analfabetismo de 58,23%. Esse percentual não se distanciava muito do percentual dos Estados brasileiros. (COELHO, 2008. p, 38).

Como se vê, nas décadas de 1920-1930, tomou-se imperiosa a necessidade combater o analfabetismo no estado do Pará. Algumas modificações foram feitas no âmbito educacional, porém as questões relacionadas a leitura e a escrita, mereceram destaque, uma vez que “o domínio do ler e do escrever era fundamental para definir uma pessoa como letrada”. (COELHO, 2008. p, 38).

Assim, o método de João de Deus, passa a ser utilizado no ensino de leitura e escrita no GLP, mais especificamente na Escola Filipa de Vilhêna, que em 1921 tem suas atividades educacionais inauguradas.

#### **4.2 João de Deus e a educação no Grêmio Literário Português no Pará**

Esse meio ou esse método não pode ser essencialmente diferente do método encantador pelo qual as mães nos ensinam a falar, que é falando, ensinando-nos palavras vivas, que entretêm o espírito, e não letras e sílabas mortas, como fazem os mestres. Pois apressemo-nos também nós a ensinar palavras e acharemos a mesma amenidade. (Deus, J. Cartilha Maternal, 1878, p.2).

Os diversos trabalhos consultados ao longo dessa produção sobre o ensino de leitura e escrita, percebeu-se que esse tema desperta um relevante interesse no que diz respeito a sua implementação e execução nos primeiros anos de escolaridade. E ao adentrar nesse universo da Alfabetização, salta aos olhos o uso das cartilhas, que:

Traziam em si uma proposta educativa que deveria ser adotada pelo professor alfabetizador que, ao colocar em prática os conteúdos do novo manual, estaria, supostamente, rompendo com o modelo tradicional e adotando um método moderno de ensinar (VIEIRA, 2017, p.13).

Essa modernidade do ensino ganha destaque com a proclamação da República onde têm-se o fim da monarquia constitucional e o início da era republicana, no final do século XIX. Nesse período, a educação passou a assumir um papel de destaque nos ideais do Estado, que a essa altura, necessitava de mecanismos que garantissem a instrução de uma nova geração, baseada em princípios norteadores de uma nova ordem social e política. Sendo assim, o ensino da leitura e da escrita, que até então era destinado a poucos e restrito a espaços privados das residências ou das poucas escolas do império, assume um caráter obrigatório, gratuito e leigo. Segundo Mortatti (2006):

Até o final do Império brasileiro, o ensino carecia de organização, e as poucas escolas existentes eram, na verdade, salas adaptadas, que abrigavam alunos de todas as “séries” e funcionavam em prédios pouco apropriados para esse fim; eram as “aulas régias”, já mencionadas. Em decorrência das precárias condições de funcionamento, nesse tipo de escola o ensino dependia muito mais do empenho de professor e alunos para subsistir. E o material de que se dispunha para o ensino da leitura era também precário, embora, na segunda metade do século XIX, houvesse aqui algum material impresso sob a forma de livros para fins de ensino de

leitura, editados ou produzidos na Europa. Habitualmente, porém, iniciava-se o ensino da leitura com as chamadas “cartas de ABC” e depois se liam e se copiavam documentos manuscritos (MORTATTI, 2006, p. 5).

Em consonância com o exposto acima, Coelho (2008) assegura:

O modelo escolar já consolidado no Brasil de homogeneização das classes, seriação, ensino simultâneo, regulamentação e padronização do tempo escolar, ajustamento disciplinar e aparelhamento do espaço escolar, precisava continuar buscando conhecimentos científicos e doutrinários que permitissem ao Estado o controle regular da administração do ensino (COELHO, 2008, p. 26).

Em 1920, no Pará, o curso primário já era obrigatório para meninos na faixa etária entre sete e catorze anos e o programa de ensino assemelhava-se ao programa que compreendeu as três primeiras décadas da república, como bem menciona Coelho (2008), ao elencar as disciplinas ministradas nesse período.

Leitura, escrita caligráfica, língua nacional, aritmética auxiliada pelo estudo elementar das equações algébricas; noções de geografia e história; especialmente do Brasil e do Pará; lições de coisas; compreendendo lições concretas de Zoologia; botânica de física; instrução moral e cívica e elementos da higiene individual; noções e práticas de geometria; desenho; exercícios militares e de calistenia sueca apropriados à idade e ao sexo dos alunos; prendas domésticas para meninas; canto de hinos patrióticos (COELHO, 2008, p. 32).

Essas disciplinas também constavam no programa da escola Filipa de Vilhêna que funcionou no GLP, algo que já tratamos no capítulo anterior. Contudo, destacamos que no programa de ensino da escola referida, se faz presente o método de ensino de João de Deus, que se utilizava da cartilha criada pelo autor, a qual trataremos a seguir.

Nas aulas desenvolvidas no grêmio, não foi utilizada somente a Cartilha Maternal de João de Deus, em um relatório redigido por um professor de escrituração mercantil, em 1893, chamado Sr. Roberto A. Moreira, consta a informação uma possível oferta de um “Diccionario Prosodico de João de Deus” ao aluno que melhor apresentação alcançasse, sempre primando pela boa caligrafia e produção própria.

Porém, antes de adentrarmos especificamente no estudo da cartilha de João de Deus, julga-se necessário trazermos alguns conceitos acerca das cartilhas, esse método de ensino bastante utilizado na história da alfabetização e dos métodos de ensino da leitura e da escrita no Brasil.

Para Andre (2011, p.33) as cartilhas de alfabetização seriam “suportes de métodos de aprendizagem, que podem servir como instrumentos de didatização do ensino da leitura e da escrita”. Além desse conceito, é importante pensar sobre as cartilhas no sentido de terem sido um eficiente mecanismo de propagação de uma nova ideologia que se fazia presente naqueles primeiros anos de república, onde a modernidade assumia um papel fundante na formação de novos cidadãos, veiculando uma filosofia arraigada a valores de uma classe privilegiada e dominante, como bem afirma Vieira (2017) quando menciona que as cartilhas se constituíam

em um manual de comportamento e de conduta, de conselhos morais, de amor à família e à Pátria, de rememoração dos feitos considerados dignos de serem lembrados por toda uma nação, visando à formação de um sujeito-cidadão adequado aos valores dominantes em um tipo determinado de sociedade. Ela coloca em funcionamento diferentes formações discursivas, em que se pode observar uma migração e deslizamento de sentidos entre diferentes discursos, construindo novas formas de gestão do político nas práticas sociais. Ela dá visibilidade a um processo amplo e complexo de trabalho com a letra, a sílaba, a palavra, o texto. (VIEIRA, 2017, p. 26).

Dessa maneira, pode-se inferir que além do intuito de alfabetizar os alunos frequentadores daquela instituição de ensino, denominada Escola Filipa de Vilhêna, os elaboradores do programa de ensino da escola em questão, os senhores membros do Conselho Permanente do GLP composto pelo Consul de Portugal, pelo presidente do Grêmio Literário Português e pelo presidente da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria; também tinham o desejo de propagar um discurso oficializado, tendo em vista que nesse método de ensino, estariam incutidos valores sociais, econômicos, temporais e culturais.

Cronologicamente, no Brasil, alguns métodos de ensino de leitura e escrita antecederam o advento da Cartilha Maternal ou Arte da Leitura de João de Deus. Segundo Saviani (2011) a pedagogia jesuítica foi o primeiro projeto educativo brasileiro, posteriormente vieram três cartilhas, a saber: A cartinha João de Barros (1539), as Cartas do ABC como expressão do método de Alfabetização e a cartilha “Método Português de Antonio Feliciano de Castilho (1830). Após a adoção de tais métodos, o de João de Deus, chega como uma tentativa de rompimento com os tradicionais modelos que elencamos acima, a saber. Para Vieira o método de ensino de João de Deus tratava-se de um compêndio que inovava quanto ao modo de ensinar leitura e escrita, com uma abordagem analítica

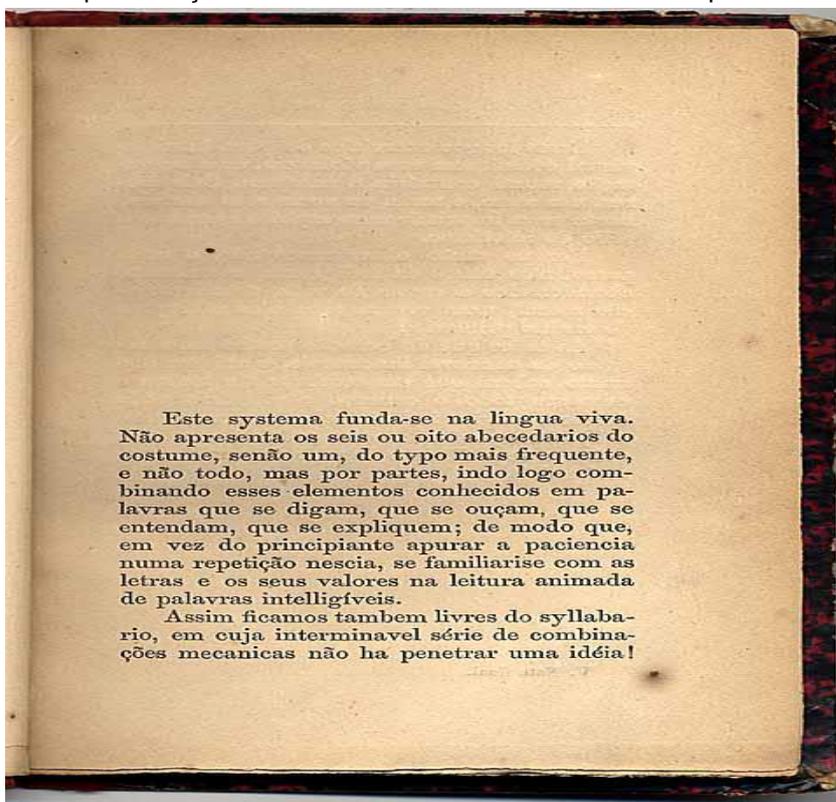
O método João de Deus apresenta-se nesse novo cenário como um “novo” e “revolucionário” modelo de ensino, buscando superar os “antigos” e “tradicionais” métodos sintéticos da soletração e silabação até então defendidos pelos manuais *Cartinha de aprender a ler* de João de Barros e o *Método português* de Antonio Feliciano de Castilho, ambos, defensores da “arte de silabar”. Esse novo método passa a ser divulgado com a adoção de uma nova cartilha. (VIEIRA, 2017, p. 96).

Ainda de acordo com a autora, a Cartilha Maternal de João de Deus era um manual didático que defendia muito claramente o método analítico, “segundo qual o ensino da leitura só seria possível ao considerar o significado da palavra”, como no excerto abaixo

*O método analítico*, buscando romper com a falta de sentido expressa pelo método sintético, traz conteúdos ou temas cujos elementos favorecem ao aluno descobrir, de forma mais significativa, a codificação da escrita. Propõe para tanto, formas de trabalho que priorizaram a análise e compreensão, defendendo a inteireza do fenômeno da língua e do processo de percepção infantil. (VIEIRA, 2017, P. 41).

Esse posicionamento de João de Deus, se confirma nas primeiras páginas de sua obra, quando o autor menciona seu posicionamento acerca do sistema de alfabetização (DEUS, 1978, p.10)

**Imagem 20:** Apresentação da Cartilha Maternal ou Arte da Leitura por João de Deus



Fonte: Deus, 1878, p.10

A Cartilha Maternal de João de Deus foi criada em 1876, mas, somente, fora publicada um ano após essa data, com o auxílio do Sr. Cândido J.A. Madureira-Abade D. Arcozello, que era um amigo íntimo do autor em questão. Ela propunha um ensino que deveria ser desenvolvido por partes, com um abecedário destinado a ensinar os alunos acerca da formação de palavras, sem que o mesmo estivesse preso a processos exaustivos de repetição e sim que procurasse se familiarizar com as letras e palavras presentes nesse manual.

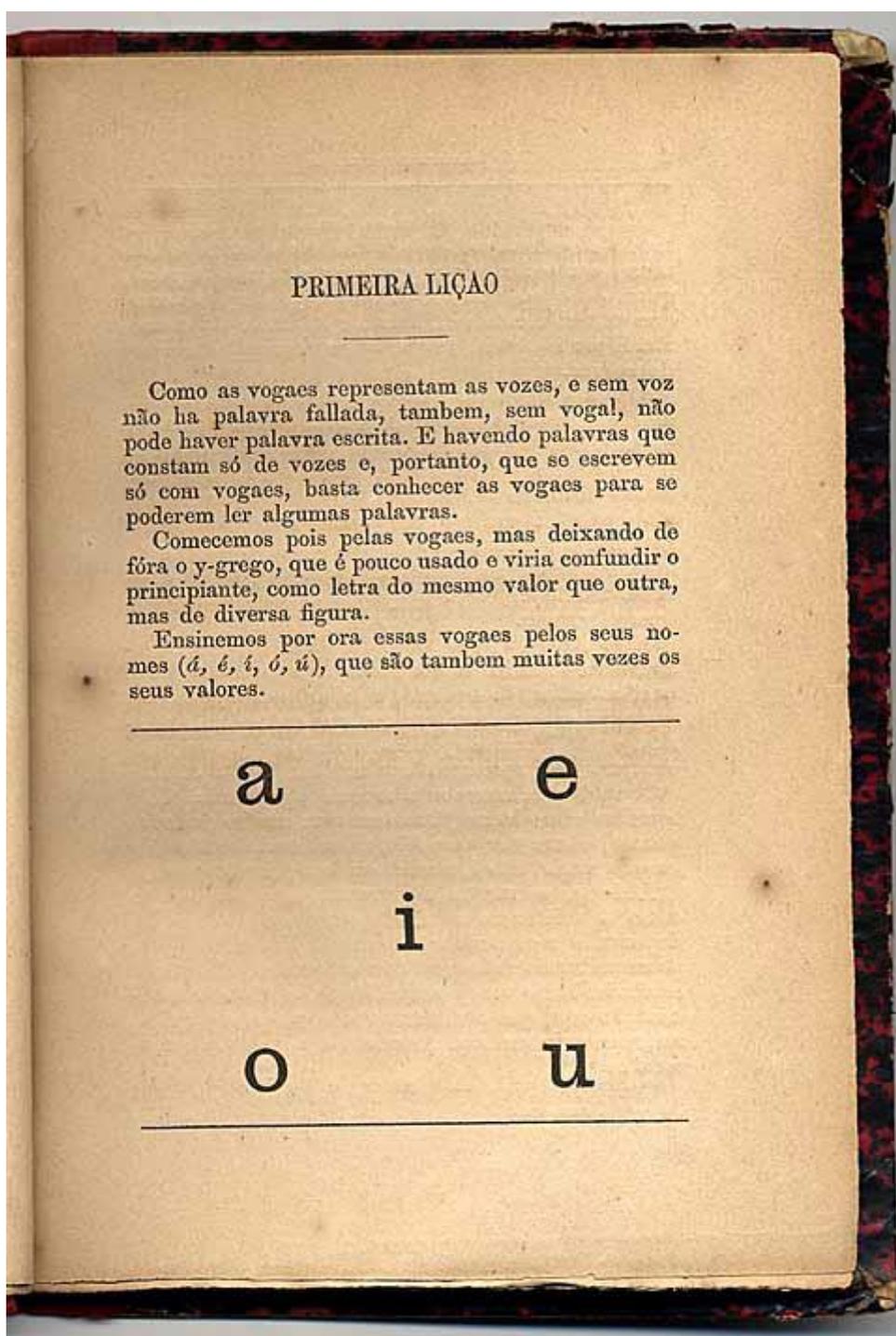
Como bem fora mencionado acima, o método de João de Deus, fazia uma clara oposição ao método antigo, que era utilizado nas escolas portuguesas. Para o autor, a adoção de seu método contribuiria para que as crianças não aprendessem de forma mecânica e exaustiva e sim aprendesse a ler de maneira satisfatória e sem gaguejar. Para isso, utilizou-se de algumas estratégias na estruturação da Cartilha Maternal, eliminou o silabário, utilizou recursos visuais (cores distintas) e de impressão da grafia de letras e palavras, como bem menciona OLIVEIRA (1998)

Por isso esse sistema só admite palavras - diz João de Deus - e não sílabas soltas, geralmente incertas e ilegíveis. O poeta, ao apresentar o método, vale-se de um recurso inédito e original, que é a utilização de uma diversidade de cor na apresentação da palavra a ser ensinada. Trata-se de uma diferenciação de tonalidade (cinza e preto), para que o aprendiz sutilmente perceba que a palavra é formada por partes.

No decorrer das lições, as letras são impressas de duas formas - ora liso ora lavradas para que as sílabas sejam distinguidas, sem que as palavras sejam desmembradas, como já dissemos anteriormente. A regra principal dita por João de Deus, no início da cartilha é "Lêde-as e nunca soletreis". A soletração para ele deprava o raciocínio com somas falsas. (OLIVEIRA, 1998, p. 51).

Quanto à estrutura da Cartilha Maternal de João de Deus, observa-se que a obra está dividida em vinte e cinco lições. Os professores da escola Filipa de Vilhêna deveriam trabalhá-las de modo que seus alunos adquirissem habilidades em conceber e realizar os sons das letras que os fossem apresentadas. A primeira delas diz respeito ao ensino das vogais, por serem consideradas pelo autor como parte fundamental no processo de formação das palavras

Imagem 21: Vogais da Cartilha Maternal



Fonte: DEUS, 1878, p. 12.

Segundo Vieira (2017), é possível perceber que o autor, em seu método de ensino de leitura, considera as vogais como “vozes”, o mesmo destaca que a condição essencial para que o aluno aprendesse a ler, seria por meio de um método que analisasse foneticamente as letras que compunham o alfabeto, desenvolvendo assim o estudo da fala.

Ainda na primeira lição, o autor apresenta as sílabas ditongadas, estabelecendo um raciocínio que se opunha ao método antigo de ensinar a leitura, baseado em associar as sílabas ditongadas a “syllabas mortas”

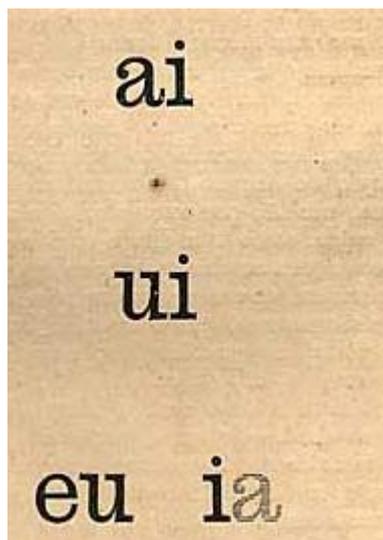
**Imagem 22:** texto explicativo 1ª lição da Cartilha Maternal

Esse meio ou esse methodo não póde ser essencialmente differente do methodo encantador pelo qual as mães nos ensinam a fallar, que é *fallando*, ensinando-nos palavras vivas, que entretêm o espirito, e não letras e syllabas mortas, como fazem os mestres. Pois apressemo'nos tambem nós a ensinar palavras, e acharemos a mesma amenidade. Com aquellas cinco letras já se escrevem quatro palavras usuaes, e que por uma feliz coincidencia se lêem do mesmo modo, isto é, accentuando a primeira voz.

Lêde-as, e NUNCA SOLETREIS; que mal sabeis como a soletração confunde o principiante, e lhe deprava o raciocinio com sommas falsas. Lêde-as acompanhando fielmente com o ponteiro a letra que estais lendo; e vereis a facilidade, o gôsto e a admiración com que o alumno vos segue e vos imita, reconhecendo em sua consciencia a palavra retratada no papel.

Fonte: DEUS, 1878, p. 13.

**Imagem 23:** Sílabas ditongadas da Cartilha Maternal



ai  
 ui  
 eu ia

Fonte: DEUS, 1878, p. 14.

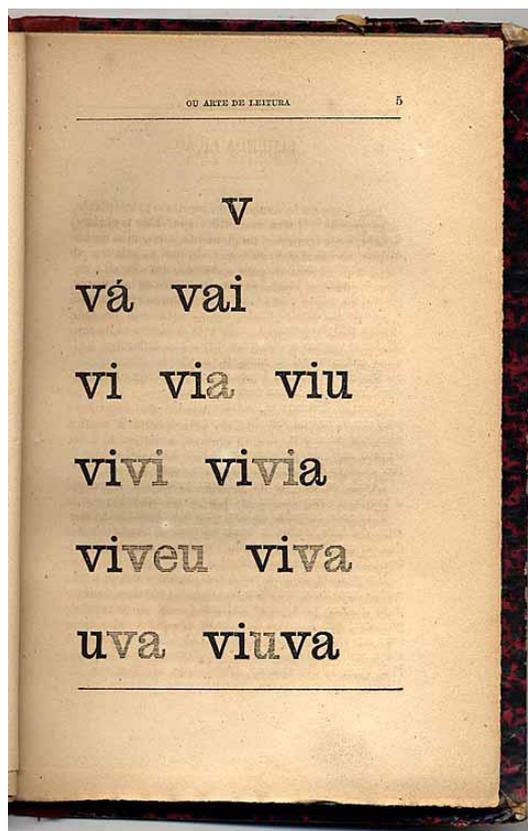
Depois de ensinar as vogais e o encontro delas, o autor segue apresentando consoantes que denominava de “invogais”, seriam elas as invogais certas - v, f, t, d,

b, p, l, k, q. E depois, as lições da cartilha referir-se-iam às invogais incertas - c, g,r, z, s, x, m, n. Finalmente, as invogais compostas certas th, rh, nh, lh, ph, a invogal incerta ch e o alfabeto maiúsculo" .

Na segunda lição, apresenta a invogal que considera uma das mais fáceis de serem aprendidas, como bem mencionou no excerto abaixo

Vamos agora combinar, com as vogaes, a invogal mais perfeita, que é o **v**; porém não lhe haveis de chamar **ú-consante**, que é uma falsidade, e vai desmentir todas as combinações; nem, como se usa modernamente, **vê**, ou **ve**. Não lhe deis nome algum. Ensinai a lél-o com o beijo inferior sempre unido aos dentes de cima, vozeando; e depois não tendes mais do que ir apontando na palavra, sucessivamente, as letras, demorando-vos na leitura de cada uma o tempo conveniente, porque o valor dessa invogal é tão prolongável com o das vogaes. A leitura, na syllaba, nunca se interrompe, e as letras da mesma côr pertencem á mesma syllaba. (DEUS, 1878. p, 4).

**Imagem 24:** 2ª lição da Cartilha Maternal

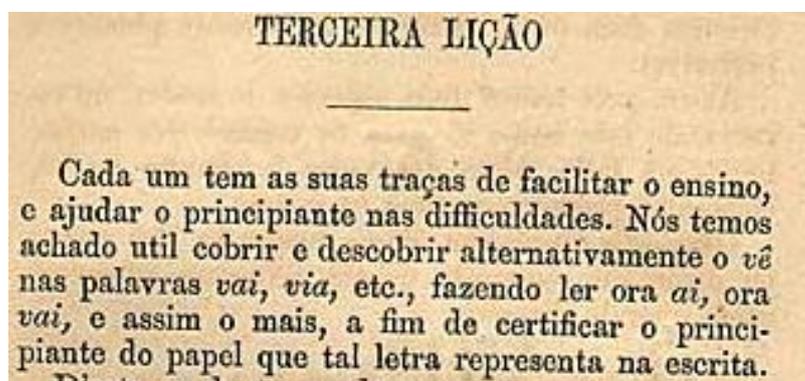


Fonte: DEUS, 1878. P, 16.

Avançando na leitura da Cartilha Maternal, percebemos que em cada lição que se seguirá, o autor procura ensinar uma letra e orientar o professor constantemente quanto a forma como o ensino deveria ser efetivado, utilizando

exemplos práticos do cotidiano de uma sala de aula para apresentar conceitos ou explicações de conteúdos programáticos, como bem o faz na terceira lição

**Imagem 25:** 3ª lição da Cartilha Maternal



Fonte: deus, 1878. p, 6.

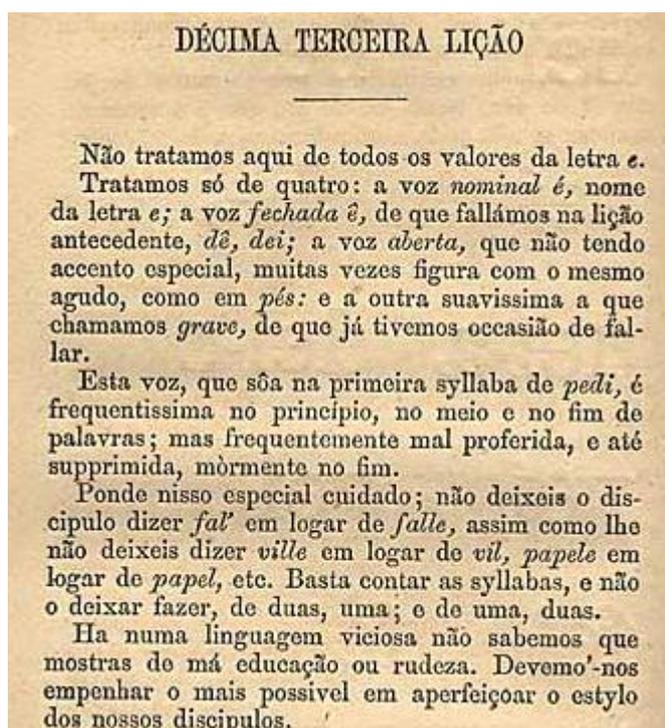
Vale ressaltar que nessa pesquisa, especificamente nesse subtópico, a ideia é comentar acerca das principais lições da Cartilha Maternal, procurando evidenciar a sua metodologia, uma vez que fora utilizada nas aulas da escola primária Filipa de Vilhêna do GLP, configurando-se como uma importante prática educativa nesse espaço de instrução.

Sendo assim, de forma resumida falaremos sobre as lições seguintes, objetivando fornecer uma maior compreensão acerca desse método de ensino de leitura, que fez parte da instrução de alunos frequentadores dessa escola, nos anos de 1921 até 1951, ano em que foi extinto o curso primário da escola juntamente com o curso comercial, conforme Leitão (1994).

A partir da terceira lição, o autor segue apresentando as “invogais certas”, fazendo algumas observações importantes no que diz respeito a distinção da pronúncia, da inserção de ditongos, emprego de acentos gráficos e lições acerca das vogais tônicas e átonas; assuntos que encontram-se a partir da terceira lição até a décima terceira lição da Cartilha.

É relevante salientar que o autor primava sim, por um rigor linguístico, considerava que os professores deveriam ensinar os alunos, sempre evitando vícios ou traços de uma linguagem mais rude e sim estimulá-los ao aprimoramento de sua linguagem, como bem menciona no fragmento abaixo

Imagem 26: 13ª lição da Cartilha Maternal



Fonte: Deus, 1878. p, 40.

No decorrer das lições, o autor não se limitava a repassar as regras de acentuação, pontuação de forma isolada. Todas as palavras já eram apresentadas aos alunos com seu correspondente acento, e a medida em que as crianças iam se familiarizando com as palavras, iriam sendo ensinadas as regras que norteavam esse processo de formação de palavras.

Segundo Oliveira (1998), também é possível verificar que a Cartilha Maternal assume uma forma muito dialogada, uma vez que no decorrer das 25 lições, o autor estabelece com o leitor um diálogo constante, sempre apresentando um conceito, uma regra, sempre relacionando com a exemplos práticos desenvolvidos na escola, como bem afirma nesse excerto

Há duas soletrações, a antiga e a moderna. A soletração antiga vai chamando as letras pelos seus nomes, mais a soma dos valores dessas letras. Esta soletração é absurda, e desmoraliza o raciocínio do principiante. Como quereis vós que uma alminha, ainda com aquela luz tão pura que traz de Deus, entenda que cê agá á, junto, somado, é xá?! Isto será ensinar a ler, mas é ao mesmo tempo empavecer. Ora mil vezes antes analfabeto que idiota. Porém a soletração, que aliás reina em Portugal é seus domínios, está condenada. (Deus, 1878, p.29).

Assim, têm-se uma ideia acerca do processo do ensino de leitura que fora desenvolvido nas dependências do GLP. Homens, mulheres e crianças, naquela Belém dos anos de 1920, de forma gratuita, tiveram acesso, num período de trinta anos, a uma educação baseada em princípios portugueses, em práticas que buscavam aproximar e manter vivo a identidade luso-portuguesa. Fato que não inviabilizou um encontro de culturas distintas, de troca de experiências que certamente influenciaram na forma como o ensino e a aprendizagem se estabeleceu nesse espaço de instrução.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ora apresentada tentou buscar compreender como se constituiu o processo de alfabetização do público leitor na escola Filipa de Vilhêna, no Grêmio Literário Português, na província do Pará, nos anos de 1921 a 1941. E para dar conta desse propósito, lancei-me em arquivos e bibliotecas da cidade, em busca de fontes empíricas que revelassem traços desse período tão emblemático na história dessa instituição portuguesa, que muito contribuiu para reduzir o índice de analfabetismo, primeiramente entre os jovens colonos portugueses e posteriormente, entre crianças de ambos os sexos, de nacionalidade portuguesa ou brasileira.

Sabe-se que a princípio, entre os séculos XVII e XIX, o gabinete de leitura atuavam como instituições de caráter comercial e cultural. Tinham como público, homens de diversas ocupações sociais e segundo Oliveira (2014, p.1) “possibilitavam a distribuição e leitura de periódicos, folhetins e, especificamente, o livro; item de elevado custo, sem a necessidade de sua compra ou posse”. Nesses espaços de caráter laico, pessoas pertencentes de classes sociais menos abastadas, poderiam ter acesso a diversas obras e autores, por meio de pagamento de aluguel, uma vez que a prática de locação de livros caracterizava as relações nesse espaço de leitura.

O gabinete português de leitura do grêmio literário português, foi criado no ano de 1867, por iniciativa de um grupo de 64 portugueses que residiam na cidade e que buscavam, em um primeiro momento, criar uma agremiação de caráter cultural, que fosse responsável em instruir os associados nas línguas nacional e estrangeiras, como também, agregar para manterem saudades de sua pátria e de seus lares; uma vez que acreditavam que por meio dessas associações Luso-Brasileiras, poderiam melhor servir a comunidade, mantendo-a unida.

Cumprindo com esse objetivo primeiro, o gabinete português de leitura, além de abrigar uma biblioteca, passou a se dedicar ao ensino primário e secundário, contribuindo assim para o desenvolvimento cultural de Belém, em uma época onde não havia um número satisfatório de escolas no Pará.

Segundo Leitão (1994) o Visconde Sanches de Fria, um dos sócios fundadores do grêmio, foi um dos incentivadores do ensino na instituição, que manteve suas atividades escolares no período de 1868 a 1951.

Durante a realização da pesquisa, não foi possível localizar atas ou relatórios referentes ao período de criação do grêmio de 1867 até os anos de 1890. Fontes encontradas relativas ao ano de 1892, revelaram que no período letivo 1893, eram mantidas aulas de português, francês, escrituração mercantil e aritmética, sem caráter obrigatório, onde os alunos podiam matricular-se nas disciplinas que desejassem cursar.

Conforme Leitão (1994), muitas outras disciplinas foram oferecidas no grêmio. Até os anos de 1910, mais de cem alunos frequentaram as aulas nessa instituição educativa. E em 1924, por intermédio do Dr. Fran Paxeco, que voltara ao Pará como cônsul de Portugal, as aulas que até então eram avulsas, passaram a constituir um curso de contabilidade que fora dividido em três anos de estudos.

As fontes documentais localizadas permitiram compreender o ensino da leitura e escrita desenvolvido na escola Filipa de Vilhêna. Assim, as análises passaram a ser pensadas a partir da fundação da Escola Filipa de Vilhêna, criada em 1921, que funcionou inicialmente no edifício do consulado de Portugal e posteriormente em dezembro 1923, passou a funcionar na sede do grêmio literário português. Segundo Leitão (1994) na medida em que a cidade ia se expandindo, surgiam novas escolas, e isso fez com que houvesse uma queda nas matrículas anuais no curso de contabilidade da instituição, que aliado a contribuições associativas, ajudavam a manter as aulas de ensino primário gratuito na escola Filia de Vilhêna. Dessa maneira, no fim da década de 1940/50, o grêmio encerrou suas atividades escolares, tanto dos cursos de contabilista, como do ensino primário.

Inicialmente, essa escola fora destinada ao ensino primário de adultos principalmente de origem portuguesa. As aulas ocorriam no período noturno, o que facilitava a assiduidade da maioria dos alunos que trabalhavam no comércio e nas indústrias de Belém. Porém, em 1923 quando a escola foi transferida para o grêmio, passou a admitir menores de origem portuguesa e brasileira de forma gratuita, tendo as aulas ministradas por professores brasileiros ou portugueses legalmente habilitados.

De acordo com o estatuto da escola em questão, a administração era feita por uma junta presidida pelo presidente do GLP, pelo cônsul de Portugal no Pará e pelo presidente da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria. E mantida por meio de contribuições de sócios efetivos, beneméritos ou de honra.

Em relação ao programa de ensino da escola Filipa de Vilhêna, pôde-se observar que além de disciplinas relacionadas a geometria, aritmética, desenho linear, educação cívica e outras; o ensino da leitura e escrita, que nessa pesquisa se configurou como relevante prática educativa, fora desenvolvido por professores do sexo masculino e feminino, aprovados em concurso perante o Conselho Permanente da instituição e que conheciam o método de João de Deus do qual se utilizariam nas aulas.

Durante o levantamento das fontes documentais vários desafios foram se revelando pelo caminho. Basicamente, essa pesquisa foi realizada nos arquivos e bibliotecas públicas de Belém, onde os registros não foram tão expressivos uma vez que se trata de uma instituição privada, tendo a maior parte de seus registros armazenadas em sua própria sede, que passou por um extenso período de reforma e atualização referente ao seu acervo. Mas esse evento não inviabilizou a continuidade dessa pesquisa, felizmente, foi possível encontrar, em meio a um material escasso e sensivelmente deteriorado pelo tempo, atas, relatórios, e o estatuto da escola de ensino primário a qual me debrucei, a fim de compreender de que maneira se desenvolveu o processo de alfabetização nesse espaço de instrução.

Estudar o gabinete de leitura do grêmio literário português, me fez compreender que, além de cumprir o propósito inicial de oferecer acesso a outras culturas por meio de seu valioso acervo e de propiciar momentos de prazer e congregação entre os portugueses que residiam em Belém, o GLP se construiu como um notável espaço de instrução escolar, configurando-se assim como uma instituição educativa, que se ocupou em contribuir para formação de portugueses e brasileiros, em um período onde não havia uma grande oferta de escolas e fato que contribuía com o aumento na taxa de analfabetismo na cidade.

Busquei nesse estudo, portanto, ressaltar a importância do grêmio literário português para a sociedade paraense no período que compreendeu a manutenção das atividades escolares na escola de ensino primário Filipa de Vilhêna, mais especificamente, de 1921 a 1940 quando houve a extinção total das atividades escolares nessa instituição educativa.

A presente pesquisa nos permitiu compreender que o gabinete de leitura do GLP foi muito mais que um espaço de locação de livros. No interior se suas dependências, ocorreram diversas atividades convergiram para o propósito de

exaltar a cultura portuguesa na cidade de Belém, sem deixar de considera as particularidades sociais locais e de impulsionar o crescimento intelectual, social e econômico da cidade.

A esse respeito, na bibliografia levantada e nas próprias fontes documentais encontradas, foi possível localizar registros de atividades como a criação da Biblioteca Fran Paxeco, da Universidade Livre do Pará, que objetivava promover a cultura das ideias gerais, por meio de conferências feitas nos termos do regulamento, como bem menciona Leitão (1994). Além disso, atividades como aulas ballet, curso comercial de contabilidade e comemorações patrióticas, referentes a datas como a descoberta do Brasil, ao “dia de Camões”, “dia de Portugal”, entre outras; eram constantemente desenvolvidas nessa associação.

Em especial, nesse estudo, busquei aprofundar as questões relativas ao processo de alfabetização que fora desenvolvido na escola Filipa de Vilhêna, no início do século XX, e pude entender que não se tratava apenas de um repasse de conhecimentos linguísticos e sim de uma gama de pensamentos que contribuíram para a formação social dos grupos e dos sujeitos que ali estavam inseridos.

Na referida escola, o processo de ensino de leitura e escrita, baseava-se no método da Cartilha Maternal ou Arte de Leitura de João de Deus, que fora publicada em 1877. Nesse método, os professores por meio de orientações contidas nesse compêndio, procuravam ensinar aos alunos as lições contidas na referida cartilha, nos moldes do método analítico, o qual primava por uma apresentação de unidades completas da linguagem, para depois dividi-las em partes menores.

Em vista disso, penso que a conclusão dessa etapa, não significa um encerramento a cerca desse objeto de pesquisa que é a escola Filipa de Vilhêna. Vejo que diante das fontes documentais inéditas levantadas e de alguns documentos administrativos, outrora já tratados, abriu-se um horizonte de possibilidades de pesquisas,

que podem ser abordadas a partir de novas perspectivas, cumprindo assim um interessante aspecto de nossos estudos, o de oferecer novos caminhos para que outros pesquisadores possam vir a se ocupar, contribuindo assim para o aprimoramento da escrita da história da educação no contexto amazônico e brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral Maria Izilda Santos de Matos. SOUSA Fernando de (orgs). **De colonos a imigrantes: i(E) migração portuguesa para o brasil**. São Paulo: Alameda, 2013.
- AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. **A memória discursiva e as estratégias em torno da identidade luso-brasileira nos discursos do gabinete Português de leitura do Rio de Janeiro: 1837-188**. 140 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2012.
- AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. TROTTA, Luís Felipe Dias. **A formação do acervo do gabinete Português de leitura no século XIX** R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 174 (volume 459):43-76, abr./jun. 2013.
- AZEVEDO, Fabiano Cataldo de, « **Contributo para o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura (1837-1847)**. Cultura [Online], Vol. 28 | 2011.
- AZEVEDO, Fernando. **A Transmissão de Cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos – In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo. Contexto, 2005.
- BASTOS, TATIANA QUINTELA DE AZEREDO. "**Gabinete Português de leitura: Construção de uma identidade portuguesa (1837- 1893)**". 149 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2007.
- BRITO, Eugénio Leitão. **História do Grémio Literário e Recreativo Português**. Belém: Gráfica Santo António Editora e Papelaria, 1994.
- BUFFA, Ester, NOSELLA, Paolo. **Instituições educativas: Porque e como pesquisá-las**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.
- BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008
- BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. 2ª. ed. São Paulo, Editora da UNESP, 1992.
- BUTELMAN, Ida. **Teorias e práticas em educação**. Porto Alegre: ARTMED.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Edição anotada por Étienne Bloch. Apresentação à edição brasileira: Lilia Moritz Schwarcz. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e família em uma capital Amazônica (Belém 1870-1920)**. Belém: Ed. Açai, 2011.
- \_\_\_\_\_. **A imigração portuguesa no Pará**. Belém: Estudos Amazônicos, 2012
- CARNEIRO, Orlando. **Paraguanes**. Belém : CEJUP, 1980.

- CASTANHO, Sérgio. **Institucionalização escolar no Brasil: 1879-1930**. 2005. Disponível em: [http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/525SergioCastanho .pdf](http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/525SergioCastanho.pdf); Acesso em: 18/12/2019;
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Maria Manuela Galhardo (trad.). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador; conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: UNESP/IMESP, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- \_\_\_\_\_. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: Mercado de Letras, p. 19-31. 1999.
- CHARTIER, R. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2003.
- COELHO, Maricilde Oliveira. A escola primária no Estado do Pará (1920-1940). Tese de Doutorado. 205p. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- FRANÇA, Maria do P. S. G. S. A. A implantação dos grupos escolares no Estado do Pará. In: **Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação (VII CBHE)**, 8, 2013, Mato Grosso. Mato Grosso: UFMT, 2013.
- FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. DA ESCOLA NORMAL DA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ NO IMPÉRIO NORMAL. **Revista Cocar**. Belém, vol 6, n.11, p. 29-40 | jan-jul 2012.
- FERNANDES, José Augusto Lacerda; ARAGON VACA, Luís Eduardo. **“Uma Casa portuguesa com certeza...”**: um estudo sobre a influência do Grêmio Literário e Recreativo Português na inserção produtiva de migrantes portugueses em Belém, PA. Belém: NAEA, 2014.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 1991.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GOFFMAN. E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, p.13 - 125. 1974.
- GRÊMIO LITERÁRIO E RECREATIVO PORTUGUÊS. **Nossa história**. 2017.
- JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**. Trad. Gizele de Souza. Rev. Bras. de História da Educação. Editora Autores Associados. Campinas, SP, 2001;
- LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.] – 7ª ed. revista - Campinas, SP Editora da UNICAMP, 2013.

LOPES, Eliane M. T. e GALVÃO, Ana M. de O. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAGALHÃES, Justino de. Breve apontamento para a História das Instituições Educativas. In: SANFELICE, José Luís, SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei (orgs.). **História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**, Campinas, SP: Autores Associados, p.67,1999.

MARTINS, ANA LUIZA. **Gabinetes de leitura da província de São Paulo: A pluralidade de um espaço esquecido, 1847-1890** 380 f. Mestrado em HISTÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo,1990

MEZZANO, Alicia Corvalén de. **Lembranças pessoais memórias institucionais: para uma metodologia de questionamento histórico-institucional**. IN: BUTELMAN, Ida (org) **Pensando as Instituições: teorias e práticas em educação**. PortoAlegre:Artmed.p35-66, 1998.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOBRE, Izenete Garcia. **Leituras a vapor: a cultura letrada na Belém oitocentista**!. 128 f. Dissertação de Mestrado Programa de Pós –Graduação em Linguística e Teoria literária, Universidade Federal do Pará, 2009.

OLIVEIRA, A de Almeida. **O Ensino público**. São Luís: [s.n],1874.

PAIXÃO, Alexandre Henrique Paixão, MALANDRIN, Hiago Vaccaro. Educação e Sociedade Oitocentistas: sobre positivismo e currículo em uma escola popular. 2019. Leitura: Teoria e Prática. V. 37. N 75.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2a Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2005. 132p.

PIGHIN, B.F. II Seminário di Concórdia-Pordenone. Pordenone: Seminário Diocesano, v. 1, 2004.

ROCQUE, Carlos. **História de A Província do Pará**. Belém: Mitograph, 1977;

RODRIGUES, Denise, FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. **A pesquisa documental sócio-histórica**. In: **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. MARCONDES, Maria Inês, TEIXEIRA, Elizabeth, APOLUCENO, Ivanilde. Belém: EDUEPA, 2010.

SALES, Germana Maria Araújo. **Um público Leitor em Formação**. Revista da Pós-Graduação em Letras da UFPA- MOARA. Belém: cla/ufpa. n° 23. 2005.

SALES, Germana Maria Araújo. **Floema — “Ainda Romance”**: Trajetória e Consolidação do Gênero no Brasil Oitocentista. \* Ano VII, n. 9, p. 73-90, jan./jun. 2011.

SANFELICE José Luís. **História das instituições escolares no Brasil**. In NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al (orgs). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. p.75-93. Campinas. SP: Autores Associados, 2007.

SANTOS, Roselito de Oliveira. **O livro e o processo civilizatório em Alagoas: do Gabinete de Leitura à Biblioteca Pública**. 154 f. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós- Graduação em Educação. Universidade Federal de Alagoas. 2012.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3 ed. Belém: Paka-tatu, 2010;

SAVIANI, Dermeval. **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. In: Nascimento, Maria Isabel Moura et all (Orgs). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de, MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa**. 2008. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf); Acesso em: 23/11/19;

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**, Eстера Muszkat Menezes. – 4. ed. rev. Atual, 138p. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOARES, Maria Angélica Lau Pereira. **Visão da modernidade a presença britânica no Gabinete de Leitura (1837-1838)**, 197 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2007.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo. Contexto. 2008.

SOUZA, C. F. de; PESAVENTO, S. J. (Org.) **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora UFRGS. 292p., 1997.

TEIXEIRA, Giselle Baptista. **O Grande Mestre da Escola: Os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro**. 237 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Rio do Janeiro, 2008.

VINÃO FRAGO, A. **Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões**. In VINÃO FRAGO, A.; ESCOLANO A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. P.59-13. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PIMENTEL, Joyce Assunção SALES, Germana Maria Araújo. **As Camilianas no Grêmio Literário Português: Uma trajetória do romance na Belém Oitocentista**– Seminário de Iniciação científica da UFPA, ISSN 2176-1213 Belém, v. 22, n.1, 2011

## Legislação

PARÁ. Decreto nº 625 de 2 de janeiro de 1899 que reorganiza o ensino primário do estado. In: PARÁ. Atos e Decisões. Typ. do Diário Oficial: Pará, 1899.





Universidade do Estado do Pará  
Centro de Ciências Sociais e Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Tv: Djalma Dutra s/n – Telegrafo  
[www.uepa.br/mestradoeducacao](http://www.uepa.br/mestradoeducacao)



UEPA-CCSE